



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

RELATÓRIO DO MONITORAMENTO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA – 2018

Em 2017, a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, nos termos do inciso II do art. 48 do Regimento Interno instituiu, por meio do Requerimento de Comissão nº 1.267/17, o Grupo de Trabalho de Fiscalização Orçamentária da Segurança Pública em Belo Horizonte para acompanhar, de forma constante e estruturada, os Programas relacionados à área de Segurança e seus respectivos informes divulgados quadrimestralmente pelo Poder Executivo na prestação de contas do município.

A iniciativa se propõe, portanto, a examinar se a atividade governamental atendeu à finalidade pública, à legislação e aos princípios básicos aplicáveis ao setor público. O empenho do Grupo de Trabalho prosseguiu para o exercício de 2018, com a aplicação da mesma metodologia de análise composta por quatro fases:

1. Diagnóstico;
2. Auditoria de Conformidade;
3. Auditoria Operacional;
4. Resultados.

O Grupo de Trabalho, entretanto, remodela a última etapa, que passa a ser intitulada “Encaminhamentos para a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção”. A atualização objetiva apresentar propostas concretas ao Poder Executivo para aprimorar os mecanismos de planejamento governamental, os níveis de informações divulgadas na prestação de contas da Prefeitura e a prestação de serviços no âmbito da Segurança Pública Municipal. Desta forma, o Legislativo contribui para otimizar o gasto de recursos públicos e aperfeiçoar a função fiscalizatória pertinente à atividade da vereança, que deve avaliar permanentemente a gestão e as ações do Prefeito.



1. DIAGNÓSTICO

O Diagnóstico é o estágio que delimita os Programas objeto de análise do Grupo de Trabalho. Assim como em 2017, foram selecionados todos os Programas cuja unidade orçamentária coube à Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção e o Programa Serviços de Iluminação Pública (84), o qual, embora seja executado pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, é de suma importância para o desempenho das políticas de Segurança Pública. Belo Horizonte, historicamente, é mais perigosa nas áreas menos iluminadas. O mapeamento de Zonas Quentes de criminalidade do município coincide com regiões de iluminação precária. A iluminação adequada e criteriosa dos logradouros públicos melhora a visibilidade e inibe a prática de crimes que atentam contra os munícipes e o patrimônio público.

A manutenção do critério de seleção dos Programas para o escopo do trabalho em 2018 evidenciou alterações no planejamento da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção no âmbito de todos os Programas selecionados. Em relação ao Programa “Serviços de Iluminação Pública” (84), nenhuma alteração foi observada.

A comparação entre os Programas analisados em 2017 e 2018 (Quadro 1) apresenta os Programas, Ações e Subações do PPAG 2014-2017 contrastados com aqueles contidos no PPAG 2018 – 2021 dispostos para possibilitar a equiparação nos três níveis de planejamento. O destaque em azul indica a continuidade do item, seja pela manutenção do código de referência, da nomenclatura ou semelhança desta. Aqueles sem destaque não apresentaram correspondência suficientemente conclusiva para serem classificados como continuados.

Observa-se, comparativamente ao PPAG 2014 – 2017, a alteração de nomenclatura de todos os Programas, a manutenção de algumas Ações e Subações e, por outro lado, a descontinuidade de determinadas Subações.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

QUADRO 1 – COMPARAÇÃO ENTRE OS PROGRAMAS ANALISADOS EM 2017 E 2018

PPAG 2014-2017			PPAG 2018-2021		
PROGRAMA	AÇÃO	SUBAÇÃO	PROGRAMA	AÇÃO	SUBAÇÃO
Gestão da Segurança Pública e Patrimonial (109)	Articulação da Política de Segurança Urbana (2802)	Articulação da Política de Segurança Urbana	Operacionalização dos serviços de segurança (109)	Gestão da Política de Segurança e Prevenção (2802)	Implantação da Política de Segurança e Prevenção
		Ampliação das ações do Gabinete de Gestão Integrada Municipal			
		Escotismo na GMBH			Escotismo na GMBH
	Operacionalização da GMBH (2803)	Operacionalização da GMBH		Operacionalização da GMBH	
		Controle, Fiscalização e Orientação do Trânsito		Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito	
	Operacionalização da GMBH na Área da Saúde (2820)	Operacionalização da GMBH na Área da Saúde		Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Saúde	
	Operacionalização da GMBH na Área da Educação (2821)	Operacionalização da GMBH na Área da Educação		Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Educação	
				Operações Especiais da GMBH	
	Capacitação e Reciclagem da Guarda Municipal de Belo Horizonte (2791)	Capacitação e Reciclagem da Guarda Municipal de BH		Equipamentos de Proteção Individual	
				Prevenção a Violência nas Escolas Municipais de BH	
Capacitação e Reciclagem da Guarda Municipal de Belo Horizonte (2791)	Reciclagem de Instrução de Armamento e Tiro	Promoção de Eventos Culturais de Interação com os Cidadãos			
		Realização do Estágio de Qualificação Profissional na GMBH			
Gestão da Mobilidade Urbana (60)	Gerenciamento do Centro de Operações do Município – COP (2897)	Gerenciamento do Centro de Operações do Município – COP			
		Implantação de Soluções Tecnológicas			
Gestão da Mobilidade Urbana (60)	Gerenciamento do Centro de Operações do Município – COP (2897)	Desenvolvimento e Implementação de Protocolos de Atuação Integrada			
		Implementação da Metodologia de Gestão Integrada Baseada em Metodologia de Solução de Problemas			
Gestão da Mobilidade Urbana (60)	Gerenciamento do Centro de Operações do Município – COP (2897)	Gerenciamento do Centro de Operações do Município - COP			
		Implantação de Soluções Tecnológicas			
Belo Horizonte Cidade Inteligente (302)	Gestão Integrada do COP-BH (2897)	Desenvolvimento e Implementação de Protocolos de Atuação Integrada			
		Implementação da Metodologia de Gestão Integrada Baseada em Metodologia de Solução de Problemas			



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

QUADRO 1 – COMPARAÇÃO ENTRE OS PROGRAMAS ANALISADOS EM 2017 E 2018 (continuação)

PPAG 2014-2017			PPAG 2018-2021			
PROGRAMA	AÇÃO	SUBAÇÃO	PROGRAMA	AÇÃO	SUBAÇÃO	
Prevenção da Violência (242) - Projeto Sustentador	Ampliação de Câmeras de Videomonitoramento em Equipamentos Públicos (1334)	Instalar Sistema de CFTV nas Escolas Municipais	Belo Horizonte Cidade Inteligente (302)	Videomonitoramento (1334)	Instalação de Circuito Interno de Televisão - CFTV em Equipamentos Municipais	
		Instalar Sistema de CFTV em Equipamentos de Saúde			Implantação de Videomonitoramento na Cidade	
	Instalação de Câmeras de Videomonitoramento em Vias Públicas (1391)	Ampliação do Videomonitoramento da Cidade			Manutenção de Pontos de Videomonitoramento	
		Identificação de situação de maus-tratos contra animais				
	Ações de Prevenção à Violência (2881)	Programa Construindo o Futuro de Nossos Jovens		Prevenção Social à Criminalidade (242)	Ações de Prevenção Social à Criminalidade (2881)	Prevenção à Criminalidade Juvenil
		Reativação do Fórum Metropolitano de Segurança				Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas
		Projeto Conselheiros Comunitários - Monitoramento de Jovens em Situação de Risco Social				Prevenção à Violência nas Escolas
		Implementação da Cultura de Paz e da Não-violência nas Escolas Municipais				
		Observatório de Prevenção Social				
		Programa de Educação para a Cidadania				
		Programa Rede pela Paz				
		Campanhas de Integração das Atividades de Ação Comunitária e Intervenção Familiar ao Programa Fica Vivo				
		Revitalização de Áreas Públicas Degradadas pelo Uso e Venda de Drogas				
		Criação de Câmaras Temáticas nas Regionais, vinculadas ao Gabinete de Gestão Integrada				
		Elaboração do Plano Municipal de Prevenção Social da Violência e Segurança				
Ações Educativas de Prevenção ao Envolvimento com Gangues						
Implantação da Central de Operações da Cidade (1355)	Manutenção da Central de Operações da Cidade					

Fonte: Elaboração do Grupo de Trabalho.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O diagnóstico finaliza com a definição do escopo de fiscalização da execução do orçamento em 2018 com a seleção dos seguintes Programas:

(109) Operacionalização dos serviços de segurança;

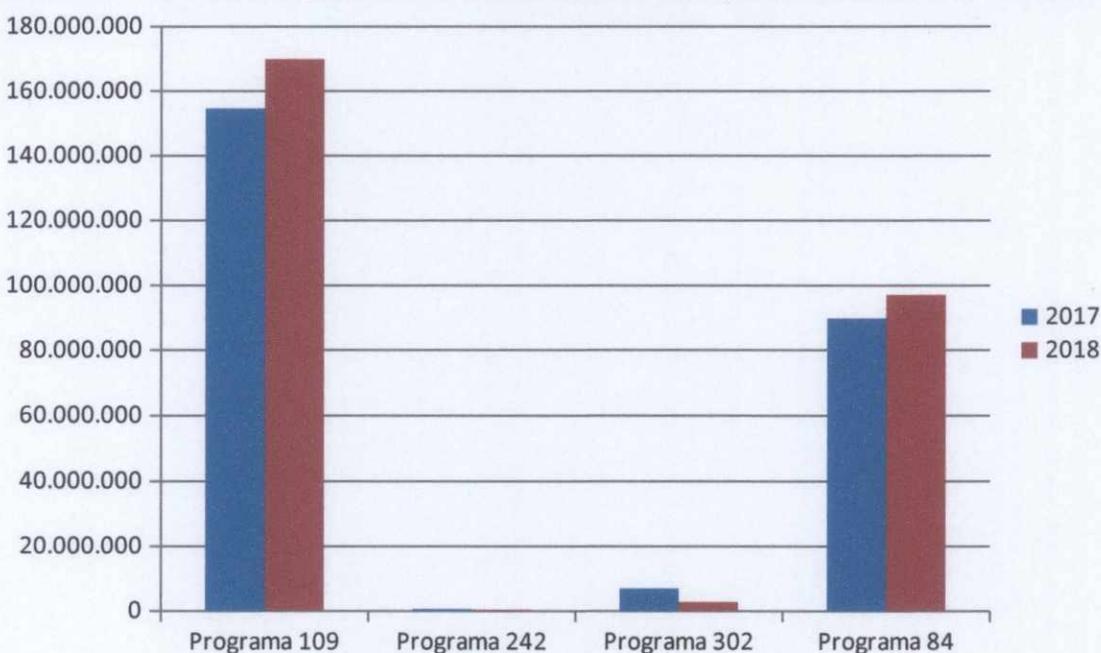
(242) Prevenção Social à Criminalidade;

(084) Serviços de Iluminação Pública;

(302) Belo Horizonte Cidade Inteligente.

A análise comparativa da previsão orçamentária dos exercícios de 2017 e 2018 denota aumento de 9% (nove por cento) para “Operacionalização dos serviços de segurança” (109) e 8% (oito por cento) para “Serviços de Iluminação Pública” (84). Os programas “Prevenção Social à Criminalidade” (242) e “Belo Horizonte Cidade Inteligente” (302) apresentaram um decréscimo de 30% (trinta por cento) e 61% (sessenta e um por cento) respectivamente, conforme ilustra o gráfico I.

GRÁFICO 1 – ANÁLISE COMPARATIVA DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2017 E 2018



Fonte:

Elaboração própria.

A discrepância entre os valores estimados para cada Programa decorre da concentração do Gasto com Pessoal no Programa 109.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Os Programas definidos pelo diagnóstico amparam a elaboração do Mapa de Monitoramento da Política de Segurança Pública – 2018 (Tabela II), que elenca os Programas, suas respectivas Ações e Subações, meta física e a previsão orçamentária.

QUADRO II – MAPA DE MONITORAMENTO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA - 2018

PROGRAMAS DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA - 2018			META FÍSICA		ORÇAMENTO	
PROGRAMA	AÇÃO	SUBAÇÃO	PREVISTA	PRODUTO	PREVISTO	
Operacionalização dos serviços de segurança (109)	Gestão da Política de Segurança e Prevenção	Implantação da Política de Segurança e Prevenção	Indisponível	Meta Administrativa	6.466.245	
	Capacitação em Estágio de Qualificação Profissional GMBH	Realização do Estágio de Qualificação Profissional na GMBH	2.072	Servidor capacitado	1.032.152	
	Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte	Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte		120.000	Equipamento público atendido	131.927.516
		Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito		130	Via atendida	Indisponível
		Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Saúde		Indisponível	Meta Administrativa	13.890.000
		Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Educação		Indisponível	Meta Administrativa	14.955.000
		Operações Especiais da GMBH		700	Ordem de serviço executada	Indisponível
		Equipamentos de Proteção Individual		2.072	Guarda equipado	1.486.723
		Escotismo na Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH		460	Criança / adolescente atendido	78.000
		Prevenção a Violência nas Escolas Municipais de BH		100	Atividade realizada	3.000
Promoção de Eventos Culturais de Interação com os Cidadãos		130	Evento realizado	3.000		
		Total do Programa Operacionalização dos serviços de segurança (109)			169.841.636	
Prevenção Social à Criminalidade (242)	Ações de Prevenção Social à Criminalidade	Prevenção à Violência nas Escolas	9	Território atendido	262.000	
		Prevenção à Criminalidade Juvenil	9	Programa implantado	53.000	
		Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas	9	Núcleo implantado	53.000	
		Total do Programa Prevenção Social à Criminalidade (242)			368.000	
Belo Horizonte Cidade Inteligente (302)	Gestão Integrada do COP-BH	Gerenciamento do Centro de Operações do Município - COP	Indisponível	Meta Administrativa	2.348.924	
		Implantação de Soluções Tecnológicas	4	Solução implantada	10.000	
		Desenvolvimento e Implementação de Protocolos de Atuação Integrada	4	Simulado realizado	Indisponível	
		Implementação da Metodologia de Gestão Integrada Baseada em Metodologia de Solução de Problemas	18	Território monitorado	50.000	
	Videomonitoramento	Instalação de Circuito Interno de Televisão - CFTV em Equipamentos Municipais	120	Equipamento público atendido	101.000	
		Implantação de Videomonitoramento na Cidade	185	Ponto com videomonitoramento	201.000	
Manutenção de Pontos de Videomonitoramento		336	Equipamento mantido	3.000		
		Total do Programa Belo Horizonte Cidade Inteligente (302)			2.713.924	
Serviços de Iluminação Pública (84)	Controle das Operações de Iluminação Pública	Controle das Operações de Iluminação Pública	Indisponível	Meta Administrativa	75.997.300	
		Ampliação de Redes de Iluminação Pública	Indisponível	Meta Administrativa	21.040.200	
		Total do Programa Serviços de Iluminação Pública (84)			97.037.500	
		Previsão orçamentária total dos Programas da Política de Segurança Pública			269.961.060	

Fonte: Elaboração do Grupo de Trabalho.

O orçamento previsto para atender os quatro Programas totaliza R\$ 269.961.060,00 (duzentos e sessenta e nove milhões, novecentos e sessenta e um mil e sessenta reais), montante



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

correspondente a, aproximadamente, 2% (dois por cento) da previsão orçamentária global do município, sendo cerca de 7% (sete por cento) superior à previsão do ano anterior, cuja quantia prevista foi R\$ 251.767.716,00 (duzentos e cinquenta e um milhões, setecentos e sessenta e sete mil e setecentos e dezesseis reais).

Coube à Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção a execução de R\$ 172.923.560,00, (cento e setenta e dois milhões, novecentos e vinte e três mil, quinhentos e sessenta reais) correspondente a 64% (sessenta e quatro por cento) do orçamento total, enquanto R\$ 97.037.500,00 (noventa e sete milhões, trinta e sete mil e quinhentos reais, equivalente a 36% (trinta e seis por cento), foram alocados para o Programa Serviços de Iluminação Pública (84) (gráfico II).

GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA



Fonte: Elaboração própria.

O orçamento previsto é distribuído por 23 (vinte e três) Subações e cada uma delas foi objeto de análise do Grupo de Trabalho de Fiscalização Orçamentária da Segurança Pública.

2. AUDITORIA DE CONFORMIDADE

A Auditora de Conformidade sucedeu a fase de Diagnóstico, expressando a investigação da execução orçamentária em confronto ao preconizado pela Prefeitura em seu planejamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ao longo do ano o Executivo despendeu o recurso orçado e, quadrimestralmente, publicou em seu site o montante utilizado e as metas físicas atingidas. A partir de tais informações o Grupo de Trabalho elaborou o Mapa de Monitoramento Final (Quadro III) para a realização da Auditoria de Conformidade, que abarcou o exame sistemático das execuções de metas físicas e orçamentárias, previstas e realizadas, verificando sua congruência ao longo do ano.

A Auditoria Operacional, motivada pelos resultados da Auditoria de Conformidade, materializou seus questionamentos por meio de Requerimentos de Comissão expedidos pela Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor. Os Requerimentos cobraram do Executivo as três premissas básicas da fiscalização legislativa:

1. Transparência na forma como o recurso é despendido;
2. Clareza tanto na medição dos resultados quanto das ações executadas;
3. Qualidade do gasto.

O Requerimento de Comissão 864/2018 (Anexo I) se refere ao primeiro quadrimestre e foi parcialmente atendido pelo Ofício SMSP/GP nº 275/2018, uma vez que 13% (treze por cento) dos tópicos não foram respondidos de forma elucidativa. Os Requerimentos de Comissão 212/2019 (Anexo II) e 250/2019 (Anexo III) objetivaram esclarecer as respostas superficiais da Prefeitura e expuseram dúvidas oriundas da prestação de contas final do exercício 2018. Até o dia 22/05/2019, data da finalização deste relatório, a Prefeitura não encaminhou resposta ao primeiro Requerimento. O Ofício SMSP/GP nº 119/2019 atendeu apenas 57% (cinquenta e sete por cento) dos questionamentos encaminhados pelo Requerimento 250/2019.

O Grupo de Trabalho utilizou o valor liquidado apresentado na prestação de contas da Prefeitura como referência para a execução orçamentária total no exercício de 2018.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

QUADRO III – MAPA DE MONITORAMENTO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA FINAL 2018

PROGRAMAS DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA - 2018			META FÍSICA			ORÇAMENTO			
PROGRAMA	AÇÃO	SUBAÇÃO	PREVISTO	REALIZADO	%	PREVISTO	REALIZADO	%	
Operacionalização dos serviços de segurança (109)	Gestão da Política de Segurança e Prevenção	Implantação da Política de Segurança e Prevenção	Indisponível	Indisponível	Indisponível	6.466.245	7.839.769	121,24%	
	Capacitação em Estágio de Qualificação Profissional GMBH	Realização do Estágio de Qualificação Profissional na GMBH	2.072	1677	80,94%	1.032.152	677.930	65,68%	
	Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte		Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte	120.000	148.881	124,07%	131.927.516	129.676.544	98,29%
			Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito	130	99	76,15%	Indisponível	Indisponível	Indisponível
			Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Saúde	Indisponível	Indisponível	Indisponível	13.890.000	13.805.370	99,39%
			Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Educação	Indisponível	Indisponível	Indisponível	14.955.000	16.003.767	107,01%
			Operações Especiais da GMBH	700	1345	192,14%	Indisponível	Indisponível	Indisponível
			Equipamentos de Proteção Individual	2.072	2.212	106,76%	1.486.723	1.630.177	109,65%
			Escotismo na Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH	460	456	99,13%	78.000	5.350	6,86%
			Prevenção a Violência nas Escolas Municipais de BH	100	120	120,00%	3.000	0	0,00%
Promoção de Eventos Culturais de Interação com os Cidadãos	130	24	18,46%	3.000	0	0,00%			
Prevenção Social à Criminalidade (242)	Ações de Prevenção Social à Criminalidade	Prevenção à Violência nas Escolas	9	1	11,11%	262.000	12.238	4,67%	
		Prevenção à Criminalidade Juvenil	9	1	11,11%	53.000	958	1,81%	
		Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas	9	1	11,11%	53.000	5.520	10,42%	
Belo Horizonte Cidade Inteligente (302)	Gestão Integrada do COP-BH	Gerenciamento do Centro de Operações do Município - COP	Indisponível	Indisponível	Indisponível	2.348.924	894.135	38,07%	
		Implantação de Soluções Tecnológicas	4	0	0,00%	10.000	0	0,00%	
		Desenvolvimento e Implementação de Protocolos de Atuação Integrada	4	4	100,00%	Indisponível	Indisponível	Indisponível	
	Videomonitoramento		Implementação da Metodologia de Gestão Integrada Baseada em Metodologia de Solução de Problemas	18	6	33,33%	50.000	0	0,00%
			Instalação de Circuito Interno de Televisão - CFTV em Equipamentos Municipais	120	0	0,00%	101.000	0	0,00%
			Implantação de Videomonitoramento na Cidade	185	0	0,00%	201.000	145.750	72,51%
Serviços de Iluminação Pública (84)	Controle das Operações de Iluminação Pública	Manutenção de Pontos de Videomonitoramento	336	268	79,76%	3.000	0	0,00%	
		Controle das Operações de Iluminação Pública	Indisponível	Indisponível	Indisponível	75.997.300	59.921.339	78,85%	
		Ampliação de Redes de Iluminação Pública	Indisponível	Indisponível	Indisponível	21.040.200	21.120.369	100,38%	
Previsão orçamentária total dos Programas da Política de Segurança Pública						269.961.060	251.739.215	93,25%	

Fonte: Elaboração do Grupo de Trabalho.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O Mapa de Monitoramento da Política de Segurança Pública Final – 2018 aponta a execução de cerca de R\$ 251.000.000,00 (duzentos e cinquenta e um milhões de reais), sendo R\$ 171.021.000,00 (cento e setenta e um milhões e vinte e um mil reais) pela Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção, ou seja, 68% (sessenta e oito por cento) do orçamento, enquanto os Serviços de Iluminação Pública (84) consumiram 32% (trinta e dois por cento), correspondentes a R\$ 81.000.000,00 (oitenta e um milhões de reais) conforme exposto no Gráfico 3.

GRÁFICO 3 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2018



Fonte: Elaboração própria.

A análise quadrimestral dos Demonstrativos da Execução de Metas Fiscais e do Relatório Analítico da Execução Orçamentária revelou a existência de metas genéricas que inviabilizam a mensuração da eficiência, entendida como a responsabilidade de assegurar a utilização máxima dos recursos para poder atingir determinado nível de resultado ou serviço; e efetividade, compreendida como a capacidade de produzir resultados com efeitos reais.

As Metas Administrativas denotam que a Prefeitura, na verdade, não possui meta, indicando a fragilidade de sua construção. Desta forma, 47% (quarenta e sete por cento) do orçamento executado distribuídos por sete Subações (Quadro 4) não puderam ser contrastados com o atingimento de objetivos previamente estabelecidos.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A Prefeitura não estabeleceu o custo das Subações “Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito” e “Operações Especiais da Guarda Municipal de Belo Horizonte – GMBH” e não previu nenhum recurso orçamentário para elas.

QUADRO 4 – SUBAÇÕES COM FALHAS CRÍTICAS DE PLANEJAMENTO

PROGRAMAS DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA - 2018	META FÍSICA	ORÇAMENTO
SUBAÇÕES	%	%
Implantação da Política de Segurança e Prevenção	Meta Administrativa	121,24%
Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito	Via atendida	Indisponível
Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Saúde	Meta Administrativa	99,39%
Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Educação	Meta Administrativa	107,01%
Operações Especiais da Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH	Ordem de serviço executada	Indisponível
Controle das Operações de Iluminação Pública	Meta Administrativa	78,85%
Ampliação de Redes de Iluminação Pública	Meta Administrativa	100,38%

Fonte: Elaboração própria.

Em 2018 o Executivo executou R\$ 251.739.215,00 (duzentos e cinquenta e um milhões, setecentos e trinta e nove mil e duzentos e quinze reais) do orçamento, ou seja, 93% (noventa e três por cento) do valor previsto. Percentual próximo à execução do ano anterior, quando havia sido observada a execução de 92% (noventa e dois por cento), correspondente a R\$ 232.995.231,00 (duzentos e trinta e dois milhões, novecentos e noventa e cinco mil, duzentos e trinta e um reais).

O Mapa de Monitoramento da Política de Segurança Pública Final – 2018 apresenta faróis de conformidade: o farol verde corresponde à execução acima de 80% do planejado, o amarelo aponta alcance entre 40% e 80%, enquanto o vermelho destaca cumprimento abaixo de 40%. Os faróis destacam tanto as metas físicas, quanto o orçamento planejado. Onze das vinte e três Subações executadas pela Prefeitura – ou seja, 48% (quarenta e oito por cento) – apresentaram execução orçamentária inferior à 40% do orçamento previsto.

O Gráfico 4 ilustra a alocação dos R\$ 170.936.000,00 (cento e setenta milhões, novecentos e trinta e seis mil reais) executados pela Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção:

- Gasto com Pessoal: R\$ 162.600.000,00 – 95,12% (o montante considera as seguintes naturezas de despesa: Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil, Obrigações



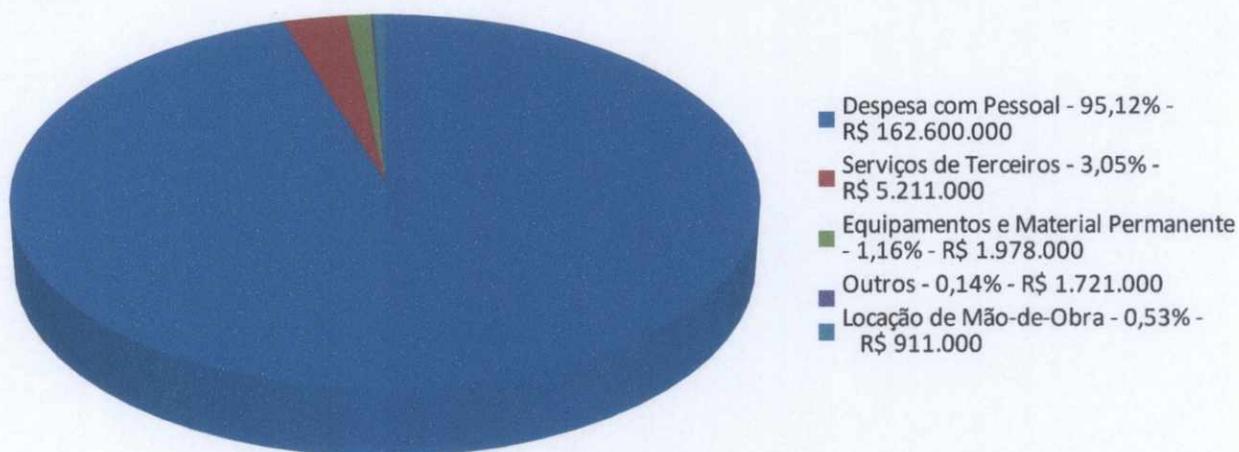
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Patronais, Contribuições, Diárias – Civil, Auxílio Alimentação, Auxílio-Transporte e Indenizações e Restituições);

- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: R\$ 5.211.000 – 3,05% ;
- Equipamentos e Material Permanente: R\$ 1.977.000,00 – 1,16%;
- Locação de Mão-de-Obra: R\$ 911.000,00 – 0,53%
- Outros: R\$ 237.000,00 – 0,14% (a somatória inclui as naturezas de despesa:

Material de consumo, Outros serviços de terceiros – Pessoa Física, Despesas de Exercícios Anteriores, Material de Distribuição Gratuita e Outros Auxílios Financeiros à Pessoa Física);

GRÁFICO 4 – ALOCAÇÃO DO ORÇAMENTO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E PREVENÇÃO



Fonte: Elaboração própria.

A seguir, cada Programa será analisado até a Natureza de despesa definida pelo Executivo, último nível do gasto disponibilizado pela Prefeitura para consulta pública.

2.1. OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA (109)

O Programa “Operacionalização dos Serviços de Segurança” é composto pelas Ações “Gestão da Política de Segurança e Prevenção”, “Capacitação em Estágio de Qualificação Profissional GMBH” e “Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte”.

A avaliação do Relatório Comparativo do Orçamento com Execução Analítico (Tabela 1) aponta que o Programa concentra todo o Gasto com Pessoal da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção. Considerando que 95% (noventa e cinco por cento) do orçamento



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

executado pela Secretaria é destinado para tal gasto, a centralização deste em apenas um Programa explica o contraste da alocação dos recursos entre os demais.

TABELA 1 – RELATÓRIO ANALÍTICO DO PROGRAMA OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA

NATUREZA DE DESPESA	ORÇADO	LIQUIDADO	%
Gasto Com Pessoal	158.703.632	162.599.883,23	102,46
Locação De Mão-De-Obra	440.000	345.888,38	78,61
Equipamentos E Material Permanente	2.336.694	1.828.782,30	78,26
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	6.751.677	4.893.428,50	72,48
Material De Consumo	1.609.633	30.346,22	1,89
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	0	46.494,54	-
Material De Distribuição Gratuita	0	3.837,00	-
Despesas De Exercícios Anteriores	0	1.467,14	-
TOTAL	169.841.636	169.750.127,31	99,95

Fonte: Elaboração própria.

A Relação de remuneração e benefícios do quadro geral da PBH - Dezembro 2018, disponível no portal da PBH, aponta a seguinte distribuição dos servidores da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção (SMSP):

TABELA 2 – ALOCAÇÃO DOS SERVIDORES DA SMSP

CATEGORIA	Nº	%
Operacional geral	1582	77,10
Operacional na área de Educação	210	10,23
Operacional na área de Saúde	184	8,97
Subinspetores	52	2,53
Gestão e coordenação	24	1,17
Total	2052	100

Fonte: Elaboração do Grupo de Trabalho

2.1.1. Ação Gestão da Política de Segurança e Prevenção

A Ação “Gestão da Política de Segurança e Prevenção” contém a Subação “Implantação da Política de Segurança e Prevenção”, cuja meta física estabelecida fora “Meta Administrativa”, com a previsão orçamentária estimada em R\$ 6.466.245,00 (seis milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, duzentos e quarenta e cinco reais).

A análise do Relatório Comparativo do Orçamento com Execução Analítico da Subação em questão (Tabela 3) revela execução de R\$ 7.851.632,21 (sete milhões, oitocentos e



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

cinquenta e um mil, seiscentos e trinta e dois reais e vinte e um centavos), valor que excede o estimado em 21% (vinte e um por cento), acréscimo provocado, principalmente, pelo Gasto com Pessoal, que ultrapassou a quantia planejada em 23% (vinte e três por cento). O Requerimento de Comissão nº 212/2019 questionou o motivo da superação do gasto e não obteve resposta.

TABELA 3 – RELATÓRIO ANALÍTICO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA E PREVENÇÃO

NATUREZA DE DESPESA	ORÇADO	LIQUIDADO	%
Gasto Com Pessoal	6.026.000	7.407.311,50	123
Material De Consumo	28.910	30.346,22	104,97
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	381.335	374.011,86	98,08
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	0	38.495,49	-
Despesas De Exercícios Anteriores	0	1.467,14	-
Equipamentos E Material Permanente	5.000	0,00	0,00
TOTAL	6.441.245	7.851.632,21	121,90

Fonte: Elaboração própria.

No Requerimento de Comissão nº 864/2018 o Grupo de Trabalho questionou quantos servidores estariam abarcados pela despesa com Gasto de Pessoal nesta subação, mas, novamente, não recebeu resposta.

Por meio do Ofício SMSP/GP nº 275/2018 a Prefeitura informou que a previsão de R\$ 381.335,00 (trezentos e oitenta e um mil e trezentos e trinta e cinco reais) visou o custeio dos seguintes itens:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

FIGURA 1 – DETALHAMENTO DE OUTROS SERVIÇOS – PESSOA JURÍDICA DA SUBAÇÃO IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA E PREVENÇÃO

Serviço de Confecção em Geral (Chaves/Carimbo)	R\$ 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta reais)
Serviços de Energia Elétrica (CEMIG)	R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)
Serviços de Água e Esgoto (COPASA)	R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)
Serviços de Telecomunicações (Oi e Claro)	R\$ 5.004,00 (cinco mil e quatro reais)
Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos (Recarga de Extintores)	R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos (Serviços de Impressão – Stoque)	R\$ 41.004,00 (quarenta e um mil e quatro reais)
Condomínio (pagamento da taxa de condomínio do edifício Bolsa de Valores – Sede da SMSP)	R\$ 49.077,00 (quarenta e nove mil e setenta e sete reais)
Locação de Veículos (Coopertur e M&E Aluguel de Carros)	R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais)
TOTAL	R\$ 381.335,00 (trezentos e oitenta e um mil, trezentos e trinta e cinco reais)

Fonte: Ofício SMSP/GP nº 275/2018

Observa-se o dispêndio com as naturezas “Outros Serviços de terceiros – Pessoa Física” e “Despesas de Exercícios Anteriores”, embora não tenham sido previstas no planejamento, assim como a ausência de execução do orçamento previsto com “Equipamentos e Material Permanente”.

O Requerimento de Comissão nº 212/2019 solicitou o detalhamento das despesas com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física, mas não recebeu a resposta.

2.1.2. Ação “Capacitação em Estágio de Qualificação Profissional GMBH”

A Ação “Capacitação em Estágio de Qualificação Profissional GMBH” é composta pela Subação “Realização do Estágio de Qualificação Profissional na GMBH”, cuja meta física estabelecida fora 2.072 (dois mil e setenta e dois) servidores capacitados com a previsão orçamentária estimada em R\$ 1.032.152,00 (um milhão, trinta e dois mil, cento e cinquenta e dois reais) apenas para o pagamento de “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”.

Foram executados cerca de R\$ 678.000,00 (seiscentos e setenta e oito mil reais), equivalentes a 65% (sessenta e cinco por cento) do orçamento previsto para a capacitação de 1.677 (mil seiscentos e setenta e sete) servidores, número que corresponde a 81% (oitenta e um por cento) da meta física estabelecida.

O Requerimento de Comissão nº 864/2018 questionou o Executivo acerca do curso de capacitação, solicitando sua ementa, as áreas de qualificação e o contrato celebrado com a empresa responsável em orientar o curso, uma vez que a única despesa executada fora para “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”. Em resposta, foi dada a seguinte informação:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A Capacitação e Reciclagem da Guarda Municipal de Belo Horizonte é realizada utilizando-se os meios logísticos disponíveis, ministrada preferencialmente por corpo docente composto por agentes da própria instituição, **sem custo adicional**. (Ofício SMSP /GP nº 275/2018, grifo do autor).

Na página seguinte do mesmo Ofício, foi informado que “há contratação de empresa para ministrar a referida capacitação”. Além de se contradizer, o Executivo não respondeu objetivamente a nenhum dos questionamentos encaminhados e os gestores responsáveis não compareceram à convocação feita pela Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor para prestar os devidos esclarecimentos.

O Requerimento de Comissão nº 212/2019 solicitou o detalhamento do gasto de R\$ 677.929,82 (seiscentos e setenta e sete mil, novecentos e vinte e nove reais e oitenta e dois centavos) com “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”, mas o Executivo não apresentou resposta.

2.1.2. Ação “Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte”

A Ação Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte apresenta nove das onze Subações previstas para o Programa “Operacionalização dos serviços de segurança”.

Foi previsto para a Subação “Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte” o montante de R\$ 131.927.516,00 (cento e trinta e um milhões, novecentos e vinte e sete mil, quinhentos e dezesseis reais) e a meta física de 120.000 (cento e vinte mil) Equipamentos públicos atendidos. A meta física foi extrapolada em 24% (vinte e quatro por cento), com a execução de 98% (noventa e oito por cento) do orçamento previsto. Contudo, a Prefeitura contabilizou os Patrulhamentos Preventivos Realizados para aferir o atingimento da meta, falha de planejamento exposta na Oitiva realizada no dia 04 de julho de 2018, na 21ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, que poderia ter sido retificada para o orçamento de 2018. Apesar de tardia, a Prefeitura propôs, para o exercício de 2019, revisão da meta para Patrulhamento Preventivo Realizado.

A análise do Relatório Comparativo do Orçamento com Execução Analítico da Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte (Tabela 4) revela a concentração de 77% (setenta e sete por cento) do Gasto com Pessoal de toda a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção, bem como tímida execução do orçamento previsto para Equipamentos e Material Permanente e Material de Consumo. A Subação também abarca o custeio com



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

“Material de Distribuição Gratuita” e “Outros Serviços de terceiros – Pessoa Física”, embora não tenham sido previstos valores para tais naturezas.

TABELA 4 – RELATÓRIO ANALÍTICO DA OPERACIONALIZAÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

NATUREZA DE DESPESA	ORÇADO	LIQUIDADO	%
Gasto Com Pessoal	123.832.632	125.383.434,28	101,25
Locação De Mão-De-Obra	440.000	345.888,38	78,61
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	5.270.190	3.836.136,82	72,79
Equipamentos E Material Permanente	1.029.694	272.962,50	26,51
Material De Consumo	1.355.000	45.708,85	3,37
Material De Distribuição Gratuita	0	3.837,00	-
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	0	7.999,05	-
TOTAL	131.927.516	129.895.966,88	98,46

Fonte: Elaboração própria.

No Requerimento de Comissão nº 864/2018, o Grupo de Trabalho questionou quantos servidores estavam abarcados pela despesa com Gasto de Pessoal nesta Subação, mas não recebeu resposta.

Por meio do Ofício SMSP/GP nº 275/2018 a Prefeitura informou que a natureza de despesa “Locação de Mão de Obra” se refere:

“ao contrato de Locação de Serviço de Conservação e Limpeza com a empresa MGS”. A despesa com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica “trata-se de gastos com os seguintes serviços: Energia Elétrica (CEMIG), Serviços de Telecomunicações (Oi e Claro), Serviços Gráficos (Confecção de Placas e Aquisição de Capas de Processo), Locação de Veículos (Apoio e Estrela), Outros Serviços de Terceiros PJ (Avaliação Psicológica para GMBH – Empresa Perspectiva)”. (Ofício SMSP /GP nº 275/2018)

A despesa com “Equipamentos e Material Permanente”, por sua vez, objetivou a aquisição de “58 Armas de Choque, com dispositivo Elétrico Incapacitante, SPARK Z 2.0 e 01 Equipamento de Coleta de Dados, Datakit Wi-Fi, DZ 2.0, a serem utilizadas pela Guarda Municipal em sua rotina operacional.” Até o primeiro quadrimestre de 2018 a Prefeitura executou R\$ 29.694,00 (vinte e nove mil, seiscentos e noventa e quatro reais) com os equipamentos descritos. Embora questionado, o Executivo não detalhou a utilização dos R\$ 243.268,50 (duzentos e quarenta e três mil, duzentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos) liquidados nesta natureza de despesa.

O gasto com “Material de Consumo” compreende os seguintes materiais: Material de Escritório (Papel A4), Material Elétrico e Eletrônico (Lâmpadas e Reatores), Material de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Limpeza e Produção de Higienização (Protetor Solar), Material para Segurança Urbana (Espargidor), Peças e Acessórios para Equipamentos e Outros Materiais Permanentes, além de Outros Materiais de Consumo, conforme informado no Ofício SMS/P/GP nº 275/2018.

Embora solicitado o detalhamento com as despesas “Material de Distribuição Gratuita” e “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”, a Prefeitura não encaminhou resposta.

A Subação “Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito”, ao apresentar a meta física de 130 (cento e trinta) vias atendidas sem prever orçamento para despesas, sugere que a Prefeitura lança atividades em seu planejamento tão somente para cumprir o preenchimento de uma planilha, atendendo ao que parece considerar ser apenas uma formalidade. Tanto a meta física quanto a previsão orçamentária desta Subação aparentam ser irrelevantes no âmbito orçamentário.

A Subação “Operações Especiais da Guarda Municipal de Belo Horizonte – GMBH” executou 1.345 (mil trezentos e quarenta e cinco) ordens de serviço sem o dispêndio de nenhum recurso. Ora, se o Executivo não consegue apropriar o custo desta prestação de serviço, não faz sentido alocá-la em uma linha do orçamento.

A Prefeitura não especificou em que consiste cada tipo de operação especial, quais os seus objetivos e como foi estimada a meta física. Pela resposta apresentada pela Prefeitura no Ofício SMS/P/GP nº 275/2018, são consideradas "operações especiais" formas de atuação da GMBH muito diversas entre si. Na prática, a meta escolhida (ordens de serviço executadas) não é um parâmetro adequado para avaliação do serviço. Afinal, a realização de um alto número de operações especiais é um sinal positivo ou negativo da situação da Segurança Pública na cidade?

Tanto a Subação “Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito”, quanto a “Operações Especiais da Guarda Municipal de Belo Horizonte – GMBH”, assim, não apresentam resultado prático de suas execuções e a Prefeitura não sabe informar quanto elas custam.

As Subações “Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Saúde” e “Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Educação”, por sua vez, também



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

apresentam as mesmas características: ausência de meta física planejada e orçamento previsto apenas para Gasto com Pessoal. Enquanto a primeira executou praticamente todo o orçamento previsto com Gasto de Pessoal, a segunda excedeu o gasto em cerca de 7% (sete por cento) – ou seja, R\$ 1.049.000,00 (um milhão e quarenta e nove mil reais) a mais que o planejado.

O Grupo de Trabalho questionou a justificativa técnica para a separação operacional do efetivo da Guarda Municipal na Saúde e na Educação e para a distribuição quantitativa do efetivo. Surpreendentemente recebeu a resposta de que as despesas estão relacionadas ao “pagamento de vale-transporte dos Guardas Municipais que atuam nos próprios municipais da área de Saúde” e ao “pagamento de vale-transporte e salário dos Guardas Municipais que atuam nos próprios municipais da área da Educação”. A resposta da Prefeitura parece então revelar um total desconhecimento de seu próprio planejamento, que, em ambas as Subações, previu recursos para salários, obrigações patronais, auxílio-alimentação e auxílio-transporte.

Inegável observar que a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção, quando deixa de responder quais os critérios técnicos estruturais para a alocação do Orçamento nestas Subações, demonstra a fragilidade de seu planejamento – ou até mesmo a falta dele – e o absoluto descaso para prestar contas à Câmara Municipal.

Tendo em vista a informação apresentada na Relação de remuneração e benefícios do quadro geral da PBH - Dezembro 2018 (Tabela I) e a distribuição do Gasto com Pessoal na Saúde e na Educação, teoricamente a Prefeitura apresenta uma alocação de cerca de 9% (nove por cento) do Pessoal da Guarda Municipal para os equipamentos de Saúde e 10% (dez por cento) para os equipamentos de Educação. Entretanto, em março de 2019 a Prefeitura anunciou o efetivo de 80 (oitenta) Guardas para atender ao Projeto “Patrulha SUS”, número inferior, portanto, ao averiguado na execução orçamentária de 2018.

Há, também, a possibilidade de os dados apresentados na Relação de remuneração e benefícios do quadro geral da PBH em 2018 serem uma divisão formal matemática da realidade, e não um retrato daquilo que se verifica na realidade. A ausência de resposta aos Requerimentos e o não comparecimento das autoridades em Oitiva tornam a análise inconclusiva e demonstram que a Prefeitura não tem nenhum compromisso em executar aquilo que ela própria se dispôs a realizar.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A Subação “Equipamentos de Proteção Individual” apresentou a meta física de 2.072 (dois mil e setenta e dois) Guardas Equipados e a previsão orçamentária de R\$ 1.486.723,00 (um milhão, quatrocentos e oitenta e seis mil, setecentos e vinte e três reais). Embora a meta física tenha sido superada em 6% (seis por cento) com a elevação de 9% (nove por cento) do gasto previsto, observa-se no Relatório Comparativo do Orçamento com Execução Analítico (Tabela 5) que o gasto com Equipamentos e Material Permanente foi 19% (dezenove por cento) superior ao valor orçado.

TABELA 5 - RELATÓRIO ANALÍTICO DA SUBAÇÃO EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

NATUREZA DE DESPESA	ORÇADO	LIQUIDADO	%
Equipamentos E Material Permanente	1.300.000	1.555.819,80	119,68
Material De Consumo	186.723	74.356,96	39,82
TOTAL	1.486.723	1.630.176,76	109,65

Fonte: Elaboração própria.

Houve um problema grave na forma de contabilização da meta, tendo em vista que o Executivo considerou o total de partes de equipamento adquiridas, e não o conjunto do equipamento de proteção individual. Essa forma de contabilização da meta não permite transparência adequada à informação, além de não ser metodologicamente correta, uma vez que guardas em funções diferentes precisam de equipamentos mais simples ou mais completos, e todos estão sendo igualmente contabilizados na meta física atualmente.

No projeto de revisão do PPAG, o produto da meta física está sendo alterado para "equipamento adquirido", com previsão de 2.072 (dois mil e setenta e dois) para 2019. Essa alteração não resolve os principais problemas da meta, que são a falta de transparência e de adequação metodológica, vez que, da forma como colocada, no seu cumprimento podem ser contabilizados equipamentos de todos os tipos. Assim, a aquisição de cada capacete, joelheira e cotoveleira é somada separadamente, mesmo que sejam necessárias para equipar um único guarda.

Para o cumprimento da meta física a Prefeitura apresentou a somatória dos itens adquiridos, não efetivo adequado, demonstrando descaso na apuração de metas finalísticas.

As Subações “Escotismo na Guarda Municipal de Belo Horizonte – GMBH”, “Prevenção a Violência nas Escolas Municipais de Belo Horizonte” e “Promoção de Eventos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Culturais de Interação com os Cidadãos" apresentam as metas físicas "Criança/adolescente Atendido", "Atividade Realizada" e "Evento Realizado", respectivamente.

No tocante ao planejamento orçamentário, apresentaram o mesmo problema: não contam com nenhuma previsão para Gasto com Pessoal. Tal ausência mostra-se incoerente, uma vez que a execução das Subações torna-se impossível se não forem conduzidas por pessoas. Caso não se tenham à disposição servidores da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção para conduzir a Subação, é certo que deveriam ter sido alocadas em outra área do orçamento.

Apenas a Subação "Escotismo na Guarda Municipal de Belo Horizonte – GMBH" apresentou execução orçamentária de R\$ 5.350,00 (cinco mil, trezentos e cinquenta reais), equivalente a 6% (seis por cento) do montante planejado. Tal quantia foi suficiente para a Prefeitura atender 456 (quatrocentas e cinquenta e seis) crianças e adolescente e atingir quase a totalidade da meta física prevista. Pois bem, se R\$ 5.350,00 (cinco mil, trezentos e cinquenta reais) seriam suficientes para atender a meta, não há explicação para a previsão de valor dezesseis vezes maior.

Em sua resposta, a Secretaria Municipal de Segurança de Prevenção informou que está impossibilitada de realizar qualquer atividade relacionada a esta Subação em decorrência da desatualização do cadastro da União dos Escoteiros do Brasil junto à Prefeitura de Belo Horizonte. Entretanto, contraditoriamente, há execução da meta física, mesmo diante de referida inconsistência no convênio e, ainda, da afirmada ausência de seguro de vida para as crianças e adolescentes, o que, segundo a própria secretária, seria pressuposto para a execução das atividades. (Ofício SMSP /GP nº 275/2018)

A Subação "Prevenção a Violência nas Escolas Municipais de Belo Horizonte" extrapolou a meta em 20% (vinte por cento), realizando 120 (cento e vinte) das 100 (cem) atividades previstas. A Prefeitura previu R\$ 3.000,00 (três mil reais) para executá-la – ou seja, R\$ 30,00 (trinta reais) por atividade, de modo que se questiona qualitativamente esta atividade. Surpreendentemente, houve superação da meta sem dispêndio de nenhum recurso.

A Subação "Promoção de Eventos Culturais de Interação com os Cidadãos" apresentou a meta de realização de 130 (cento e trinta) eventos com o orçamento de R\$



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

3.000,00 (três mil reais) – isto é, R\$ 23,00 (vinte e três reais) por evento. Ao longo de 2018, 24 (vinte e quatro) eventos foram realizados sem nenhum dispêndio de recursos. Novamente, pois, a Prefeitura levanta o questionamento do motivo pelo qual Subações sem execução orçamentária são elencadas no orçamento.

O Relatório Comparativo do Orçamento com Execução Analítico (Tabela 6) das Subações elenca os valores orçados com cada Natureza de Despesa nas Subações descritas.

TABELA 6 - RELATÓRIO COMPARATIVO DO ORÇAMENTO COM EXECUÇÃO ANALÍTICO

SUBAÇÃO	NATUREZA DE DESPESA	ORÇADO LIQUIDADADO		%
Escotismo na GMBH	Outros Serviços - Pessoa Jurídica	41.000	5.350	13,05
Escotismo na GMBH	Material De Consumo	37.000	0	0,00
Prevenção A Violência Nas Escolas Municipais De BH	Material De Consumo	1.000	0	0,00
Prevenção A Violência Nas Escolas Municipais De BH	Outros Serviços - Pessoa Jurídica	1.000	0	0,00
Prevenção A Violência Nas Escolas Municipais BH	Equipamentos E Material Permanente	1.000	0	0,00
Promoção De Eventos Culturais De Interação Com Os Cidadãos	Material De Consumo	1.000	0	0,00
Promoção De Eventos Culturais De Interação Com Os Cidadãos	Outros Serviços - Pessoa Jurídica	1.000	0	0,00
Promoção De Eventos Culturais De Interação Com Os Cidadãos	Equipamentos E Material Permanente	1.000	0	0,00
Total		84.000	5.350	6,37

Fonte: Elaboração própria.

A definição das Subações que compõem o Programa “Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte” reflete as tarefas realizadas pela Guarda Municipal, em vez de refletir os objetivos a serem atingidos, o que reforça a avaliação de que a estrutura do PPAG na área de segurança está mal planejada, dividida em Subações que dizem muito pouco sobre o que está sendo feito e almejado pela Secretaria, enquanto quase todo o valor previsto para a Segurança Pública está em uma única Subação (Operacionalização da Guarda Municipal), que acaba por concentrar todos os gastos de manutenção da estrutura da Guarda Municipal de Belo Horizonte.

2.2. PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE (242)

O Programa “Prevenção Social à Criminalidade” contém a Ação “Ações de Prevenção Social à Criminalidade” que, por sua vez, se desdobra nas Subações “Prevenção à Violência nas Escolas”, “Prevenção à Criminalidade Juvenil” e “Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas”, as quais continuam as metas físicas Território Atendido, Programa Implantado e Núcleo Implantado, respectivamente.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Assim como observado nas Subações “Escotismo na Guarda Municipal de Belo Horizonte – GMBH”, “Prevenção a Violência nas Escolas Municipais de Belo Horizonte” e “Promoção de Eventos Culturais de Interação com os Cidadãos”, nenhuma Subação do Programa “Prevenção Social à Criminalidade” conta com o planejamento de despesas para Gasto com Pessoal (Tabela 7).

TABELA 7 - RELATÓRIO COMPARATIVO DO ORÇAMENTO COM EXECUÇÃO ANALÍTICO

Nome Subação	Nome Natureza Despesa	Orçado	Liquidado	%
Prevenção à Violência nas Escolas	Material De Consumo	1.000	0	0,00
Prevenção à Violência nas Escolas	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	260.000	8.447	3,25
Prevenção à Violência nas Escolas	Outros Auxílios Financeiros A Pessoas Físicas	0	891	-
Prevenção à Violência nas Escolas	Equipamentos E Material Permanente	1.000	2.900	290,00
Prevenção à Criminalidade Juvenil	Material De Consumo	1.000	0	0,00
Prevenção à Criminalidade Juvenil	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	51.000	958	1,88
Prevenção à Criminalidade Juvenil	Equipamentos E Material Permanente	1.000	0	0,00
Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas	Material De Consumo	1.000	0	0,00
Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	51.000	5.520	10,82
Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas	Equipamentos E Material Permanente	1.000	0	0,00
TOTAL		368.000	18.715	5,09

Fonte: Elaboração própria.

A Subação “Prevenção à Violência nas Escolas” apresentou a meta de nove territórios atendidos. Ao ser questionada sobre a delimitação de tais territórios, a Prefeitura informou que a Subação receberá o nome de “Prevenção à Violência nos Territórios, sendo que a ação nas escolas é uma parte do programa”. Pode ser que cada território corresponda a uma regional, mas, não é possível compreender o significado de uma regional atendida, tendo em vista que a Prefeitura publicou que um, dos nove territórios, foi atendida com a execução de R\$ 12.238,00 (doze mil, duzentos e trinta e oito reais), menos de 5% (cinco por cento) do orçamento previsto.

O produto da meta física escolhido (território atendida) não tem critérios claros sobre os mínimos necessários para fins de contabilização de um território como "atendida", o que inviabiliza o acompanhamento adequado dos resultados dessa política pública. Além disso, a previsão da meta física demonstra que houve falha de dimensionamento na fase de planejamento, considerando a declaração da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção de que um projeto-piloto será realizado no território L4, localizado na regional Leste, com a perspectiva (sem previsão) de expansão do projeto para as demais regionais ao longo do período do PPAG. (Ofício SMSP /GP nº 275/2018)



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

As Subações “Prevenção à Criminalidade Juvenil” e “Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas” apresentam o cumprimento de um Programa e um Núcleo implantados, respectivamente. Entretanto, conforme informado no Ofício SMSP /GP nº 275/2018, ambas estão em fase de planejamento, não sendo verídico o cumprimento da meta conforme publicado pela Prefeitura.

O produto da meta física escolhido (programa implantado) para a Subação “Prevenção à Criminalidade Juvenil” não tem critérios claros sobre a amplitude ou abrangência dos programas para fins de contabilização da meta, não permitindo o acompanhamento adequado dos resultados dessa política pública.

Haverá alteração na meta da Subação “Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas”, mas não foi especificada na resposta qual será a nova meta. A Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção informou o custo de R\$ 113.000,00 (cento e treze mil reais) para implantar um núcleo. Assim, não parece verdadeira a informação, dada pela Prefeitura, a respeito da implantação de um núcleo no exercício de 2018.

O escasso dispêndio no Programa, da ordem de 5% (cinco por cento) do orçamento previsto, está distribuído nas naturezas de despesa “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”, “Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas” e “Equipamento e Material Permanente”, conforme retrata o Relatório Comparativo do Orçamento com Execução Analítico (Tabela 7). A Prefeitura não disponibilizou o detalhamento das despesas.

2.3. BELO HORIZONTE CIDADE INTELIGENTE (302)

O Programa “Belo Horizonte Cidade Inteligente”, para o qual foram previstos R\$ 2.713.924,00 (dois milhões, setecentos e treze mil, novecentos e vinte e quatro reais), compreende as Ações “Gestão Integrada do COP-BH” e “Videomonitoramento”.

2.3.1. Ação Gestão Integrada do COP – BH

A Ação “Gestão Integrada do COP – BH” apresenta as Subações “Gerenciamento do Centro de Operações do Município – COP”, “Implantação de Soluções Tecnológicas”, “Implementação da Metodologia de Gestão Integrada Baseada em Metodologia de Solução de Problemas” e “Desenvolvimento e Implementação de Protocolos de Atuação Integrada” – para esta última, vale dizer, não foi previsto nenhum recurso orçamentário.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A Subação “Gerenciamento do Centro de Operações do Município – COP” executou todo o recurso destinado à ação: R\$ 894.135,27 (oitocentos e noventa e quatro mil, cento e trinta e cinco reais e vinte e sete centavos). O Relatório Comparativo do Orçamento com Execução Analítico (Tabela 8) descreve as Naturezas de Despesa nas quais os recursos foram aplicados.

TABELA 8 - RELATÓRIO ANALÍTICO DA SUBAÇÃO GERENCIAMENTO DO CENTRO DE OPERAÇÕES DO MUNICÍPIO

NATUREZA DE DESPESA	ORÇADO	LIQUIDADO	%
Locação De Mão-De-Obra	675.000	565.468,88	83,77
Material De Consumo	68.500	32.775,19	47,85
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	1.595.424	302.650,30	18,97
Equipamentos E Material Permanente	10.000	0,00	0,00
TOTAL	2.348.924	1.268.894	54,02

Fonte: Elaboração própria.

A despesa com “Locação de Mão-de-Obra” refere-se à “contratação de empresas para prestação de serviços de limpeza conservação, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais de limpeza e equipamentos, bem como de serviços de apoio administrativo e operacional”. (Ofício SMSP /GP nº 275/2018)

Por sua vez, a despesa com “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica” abarcou os seguintes serviços:

TABELA 9 – DESPESAS COM OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA DA SUBAÇÃO GERENCIAMENTO DO CENTRO DE OPERAÇÕES DO MUNICÍPIO

DESPESA	VALOR
Serviços de Telefonia - Telemar	67.518,03
Serviços de Telefonia - Claro	7.592,36
Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos - Ar condicionado	152.656,10
Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos - Elevador	19.000,00
Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos - Subestação - Engevolt	24.274,66
Serviços de cópias e Reprodução de Documentos (Stoque)	51.031,61
Limpeza e conservação (Desinsetização e Desratização — Ddtiza)	5.078,00
Serviço de apoio Administrativo, Técnico e Operacional (Cartão combustível para gerador - Ticket)	2.263,24
Locação de veículos (Coopetur)	94.986,00
Despesas de Pronto Pagamento (Adiantamento Financeiro)	578,00
TOTAL	424.978,00

Fonte: Elaboração própria a partir do Ofício SMSP/GP nº 119/2019.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Curiosamente a Prefeitura informou no Ofício SMSP/GP nº 119/2019 execução superior em R\$ 122.327,70 (cento e vinte e dois mil, trezentos e vinte e sete reais e setenta e centavos) em relação ao valor publicado na prestação de contas no tocante à natureza de despesa “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”. A assimetria de informações insinua a alocação de gastos com o gerenciamento do COP em Subação(ões) distinta(s) ao “Gerenciamento do Centro de Operações do Município”, manobra que compromete a transparência da prestação de contas e demonstra o descaso com a Prefeitura em seguir o planejamento orçamentário.

Ao ser questionado sobre o impacto da não execução de 45% (quarenta e cinco por cento) do orçamento previsto para a subação, o Executivo informou que “Por se tratar de uma possibilidade de ingresso de recurso, a SMSP procurou realizar o seu planejamento de ações contando apenas com os valores efetivamente disponíveis na LOA e alterados pelo Decreto Municipal 16.839/2018”. Ou seja: a Prefeitura não é capaz de informar o efeito prático de quando não consegue executar o seu próprio planejamento. (Ofício SMSP/GP nº 119/2019)

O Executivo não forneceu detalhamento da despesa com “Material de Consumo”.

A meta física escolhida para a Subação “Desenvolvimento e Implementação de Protocolos de Atuação Integrada” não parece adequada, uma vez que não é representativa dos resultados alcançados ou do grau de evolução do projeto. Apesar de o produto da meta física ser “simulado realizado”, a resposta da PBH foi de que “os referidos simulados nada mais são do que as práticas rotineiras que a sala [*de controle integrado*] já está acostumada a gerir”. A Prefeitura foi incapaz de calcular o custo desta Subação e não previu nenhum recurso orçamentário para tal.

As Subações “Implantação de Soluções Tecnológicas” e “Implementação da Metodologia de Gestão Integrada Baseada em Metodologia de Solução de Problemas” não apresentaram execução orçamentária. No Ofício SMSP/GP nº 119/2019 o Executivo informou que o recurso de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) não foi realocado em outra Subação – ou seja: a Prefeitura optou por não gastá-lo em 2018.

A Prefeitura informou também que para a Subação “Implantação de Soluções Tecnológicas” estavam previstas:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

“a implantação de sistema transacional, para registro e gestão do atendimento integrado de ocorrências que são tratadas na Sala de Controle Integrado (...). Também está prevista a implantação de solução de compartilhamento dos dados capturados por radares de trânsito, para recuperação de carros roubados. (...) estão sendo prospectadas no mercado, alternativas de solução integradora que elevem o patamar de gestão sobre os problemas públicos de Belo Horizonte. Tais soluções permitirão, em termos gerais, a integração de dados e imagens de ocorrências atendidas pelos órgãos presentes no COP-BH, o que abrange o **monitoramento inteligente da cidade** (...) (Ofício SMSP /GP nº 275/2018, grifo do autor).

No Ofício SMSP/GP nº 119/2019 o Executivo informou:

Já foram realizados chamamento público, apresentações no laboratório aberto da Prodabel, Provas de Conceito (POC) para apresentação de soluções e testes real efetivo no ambiente de rede corporativa da PBH e do COP-BH. Alguns foram descartados e outros continuam no processo complexo de confecção de Termo de Referência (TR) e orçamentação destas soluções.

São exemplos destes trabalhos em processo, a solução integradora para o COP-BH, câmeras com reconhecimento facial, câmeras com leitor de placas e gerador automático de alarmes de furtos e roubos, solução de plataforma web para recepção, no COP-BH de imagens de vias públicas provenientes de sistemas de videomonitoramento privados. (Ofício SMSP/GP no. 119/2019)

A Prefeitura previu, para atender aos objetivos por ela descritos, o montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). A ideia seria implantar quatro soluções – ou seja: cada solução teria custo médio de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), o que evidencia que o recurso é insuficiente para atender ao que se propõe. A atual gestão evidencia sua postura política de negligenciar a aplicação de tecnologias de inteligência no município e, na ausência de ações coordenadas, condena o Centro de Operações à obsolescência.

No tocante à Subação “Implementação da Metodologia de Gestão Integrada Baseada em Metodologia de Solução de Problemas”, a meta física utilizada reflete os objetivos e a forma de execução da Subação. Os territórios tidos como monitorados são aquelas regionais do município que possuem algum tipo de ação que utilize a metodologia Gestão Integrada de Segurança e Prevenção (GISP). No entanto, essa forma de medição não se mostra a mais indicada, tendo em vista que considera igualmente todas as regionais em que alguma atividade desse tipo está sendo desenvolvida, independentemente de seu volume, impacto ou abrangência.

2.3.1. Ação Videomonitoramento

A Ação “Videomonitoramento” apresenta as Subções “Instalação de Circuito Interno de Televisão - CFTV em Equipamentos Municipais”, “Implantação de Videomonitoramento na



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Cidade” e “Manutenção de Pontos de Videomonitoramento”, para as quais foram previstos R\$ 305.000,00 (trezentos e cinco mil reais).

A Subação “Instalação de Circuito Interno de Televisão - CFTV em Equipamentos Municipais”, apresentou a meta de implantar o CFTV em 120 (cento e vinte) equipamentos públicos com a previsão orçamentária de R\$ 101.000,00 (cento e um mil reais), o que significa um gasto de, aproximadamente, R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais) por estabelecimento.

Se no orçamento de 2017 cada ponto de câmera externa custou, em média, cerca de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), a estimativa de R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais) por estabelecimento para instalar o circuito interno de televisão, valor 32 (trinta e duas) vezes menor, não condiz com a realidade.

Os equipamentos públicos de Saúde, Educação e Assistência Social selecionados apresentaram, até abril de 2018, 1.029 (mil e vinte e nove) ocorrências. Contudo, a Prefeitura não dará continuidade à Subação “Instalação de Circuito Interno de Televisão - CFTV em Equipamentos Municipais” no ano de 2019.

No Ofício SMS/P/GP nº 119/2019 a Prefeitura informou que “cabe a cada Secretaria, responsável por cada equipamento público, demandar os projetos específicos, bem como destinar orçamento próprio para a execução dos trabalhos.” Com a descontinuidade desta Subação, o Executivo pretende:

Fazer gestões com as Secretarias através dos (GISPs) para que soluções de monitoramento e videomonitoramento sejam implementados com alguns padrões mínimos de interoperabilidade Realizar reuniões com os gestores para mostrar soluções mais eficazes de monitoramento eletrônico e sua interligação técnica e operacional.

Desta forma, a Prefeitura delega aos gestores das áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, que deveriam centralizar os seus esforços na condução de suas atividades finalísticas, a incumbência de traçar estratégias de promoção da segurança de próprios públicos e usuários. Tarefa esta que, obviamente, deveria ser executada pela Secretaria de Segurança e Prevenção conciliando a aplicação de recursos tecnológicos à distribuição do efetivo da Guarda Municipal.

Apenas a Subação “Implantação de Videomonitoramento na Cidade” apresentou execução orçamentária com a Natureza de Despesa “Equipamentos e Material Permanente” na



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

quantia de R\$ 145.749,60 (cento e quarenta e cinco mil, setecentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos), despesa que se refere à aquisição de câmeras e equipamentos em substituição a outros com defeito, roubados ou vandalizados, conforme informado pela Prefeitura. Assim, esse gasto não se refere à implantação de novos pontos, que seria o objetivo da Subação. Isso mostra que houve falha de planejamento e possível prática de conduta ilícita por parte da Prefeitura, vez que o gasto deveria constar da Subação “Manutenção de Pontos de Videomonitoramento”, que, por sua vez, apresentou ínfimo valor orçado.

No Ofício SMSP/GP nº 119/2019 o Executivo informou o orçamento de R\$ 14.800.000,00 (catorze milhões e oitocentos mil reais) para a “Implantação de Videomonitoramento na Cidade”, montante que não foi aprovado. Quanto à meta de 185 (cento e oitenta e cinco) pontos com videomonitoramento, a Secretaria esclareceu que:

A meta é composta por **150 novos pontos** identificados através de estudo realizado pela SMSP, **onde não existia nenhuma cobertura por câmeras e em locais com uma mancha criminal relevante**, além disso mais 35 câmeras estavam previstas e aprovadas no somatório dos Orçamentos Participativos de 2009/10 (Parque 1º de Maio e Parque Nossa Senhora da Piedade) e 2005/16 (bairros Santa Amélia, Camargos, Gutierrez, Santa Tereza e Califórnia).

Todo o levantamento inicial de localização e estudo básico foi realizado sendo também aberto um chamado na Prodabel para a confecção do referido Termo de Referência e posterior licitação. Entretanto, não há previsão orçamentária para a SMSP dar continuidade no referido Termo e no trâmite licitatório fazendo com que não conseguíssemos cumprir a meta pactuada. Quanto às câmeras do Orçamento participativo, ainda não houve liberação de recursos financeiros para a execução da demanda.

A descontinuidade da Subação “Implantação de Videomonitoramento na Cidade” ignora o diagnóstico técnico produzido pela Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção, desamparando-a de recursos tecnológicos com o potencial de otimizar a alocação do efetivo da Guarda Municipal em locais já identificados com uma “mancha criminal relevante”.

A Prefeitura previu R\$ 3.000,00 (três mil reais) para a Subação “Manutenção de Pontos de Videomonitoramento”, o que corresponde a R\$ 9,00 (nove reais) para cada uma das 336 câmeras instaladas no município. Seria inverossímil considerar a presença de análise técnica para a previsão deste orçamento. A insignificante previsão indica que a Prefeitura, ao realizar o planejamento do orçamento, não estava de fato interessada em proceder com a manutenção dos pontos de videomonitoramento da cidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Belo Horizonte apresenta um parque de câmeras que gradativamente param de funcionar e a Prefeitura não aloca recurso suficiente para a realização de manutenção. Para piorar o cenário, a Subação “Implantação de Videomonitoramento” será descontinuada no exercício de 2019. O Centro de Operações da cidade, quando de sua inauguração, chegou a ser considerado o melhor centro de tecnologia assistiva do país, contudo, no que depender do atual contexto, está sob o risco de se transformar em um prédio que servirá para acompanhar as câmeras que ainda estiverem funcionando em Belo Horizonte.

2.3. SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (89)

O Programa “Serviços de Iluminação Pública”, para o qual foram previstos R\$ 97.037.500,00 (noventa e sete milhões, trinta e sete mil e quinhentos reais), compreende a Ação “Controle das Operações de Iluminação Pública” subdividida nas Subações “Controle das Operações de Iluminação Pública” e “Ampliação de Redes de Iluminação Pública”. Ambas apresentam Meta Administrativa, impossibilitando associar a aplicação dos recursos ao cumprimento de algum objetivo.

A Subação “Controle das Operações de Iluminação Pública” executou cerca de R\$ 66.500.000,00 (sessenta e seis milhões e quinhentos mil reais), sendo R\$ 15.590.000,00 (quinze milhões, quinhentos e noventa mil reais) com a contraprestação dos serviços prestados pelo Consórcio BH Iluminação Pública (BHIP).

TABELA 10 – RELATÓRIO ANALÍTICO DA SUBAÇÃO CONTROLE DAS OPERAÇÕES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

NATUREZA DE DESPESA	ORÇADO	LIQUIDADO	%
Contraprestação De Serviços	15.572.000	15.591.134,26	100,12
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	59.915.300	49.337.198,98	82,34
TOTAL	79.441.648	66.499.877,91	83,71

Fonte: Elaboração própria.

Do recurso executado com “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”, R\$ 49.337.000,00 (quarenta e nove milhões, trezentos e trinta e sete mil reais) cobriu despesas junto à CEMIG e à empresa Ernst & Young Assessoria. Embora questionado, o Executivo não se pronunciou acerca dos valores destinados a cada uma das empresas na execução orçamentária de 2018. É sabido que o contrato com a empresa Ernst & Young Assessoria tem o valor estimado de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) para prestação de serviço de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

verificação independente de contrato de concessão celebrado entre o município de Belo Horizonte e a Concessionária BHIP.

A Subação “Ampliação de Redes de Iluminação Pública” executou R\$ 21.120.000,00 (vinte e um milhões, cento e vinte mil reais) dentre despesas com “Obras e Instalações” e “Despesas decorrentes de contrato de Parceria Público Privada” – Tabela 11.

TABELA 11 – RELATÓRIO ANALÍTICO DA SUBAÇÃO AMPLIAÇÃO DE REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

NATUREZA DE DESPESA	ORÇADO	LIQUIDADO	%
Obras E Instalações	1.028.200	328.176	31,92
Despesas Decorrentes De Contrato Parceria Público Privada	20.000.000	20.792.193	103,96
TOTAL	21.028.200	21.120.369	100,44

Fonte: Elaboração própria.

O recurso aplicado com “Obras e Instalações” arcou com “despesas referentes aos serviços de remoção ou realocação de postes em função da interferência nas obras executadas pela SMOBI”.

A Prefeitura não confirmou se o dispêndio de R\$ 21.120.000,00 (vinte e um milhões, cento e vinte mil reais) é referente ao contrato com o Consórcio BHIP.



3. ENCAMINHAMENTOS AO PODER EXECUTIVO

Os dados e informações oriundos da Auditoria de Conformidade guarnecem a elaboração de encaminhamentos para a Prefeitura, que compõem o último capítulo deste relatório.

Orçamento público é o instrumento utilizado pelo Governo Municipal para planejar a utilização do dinheiro arrecadado com os tributos. Esse planejamento é essencial para oferecer serviços públicos adequados, além de especificar gastos e investimentos que foram priorizados pelo Executivo.

Uma vez que o orçamento detalha as despesas, pode-se acompanhar as prioridades do governo para cada ano, como, por exemplo, com o gasto na Segurança Pública. Esse acompanhamento contribui para fiscalizar o uso do dinheiro público e a melhoria da gestão pública. A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), entretanto, não estrutura o orçamento da Segurança Pública para viabilizar a fiscalização do uso dos recursos públicos.

A Auditora de Conformidade denuncia que o Poder Público em Belo Horizonte não está minimamente preocupado em apurar metas finalísticas, sendo patente a falta de qualidade na extração das informações, o que é muito grave. Percebe-se que a PBH não mede o que está sendo feito e nem qual é o resultado alcançado com as suas ações. O planejamento e execuções orçamentárias não possibilitam a medição da entrega dos serviços.

Se a informação disponibilizada pelo Executivo é ruim e mal trabalhada, praticamente impossibilita avaliar a qualidade do gasto, vez que dificulta o entendimento de como exatamente o dinheiro foi gasto. Se a PBH não propõe metas adequadas, se ela não mede adequadamente o que está fazendo, é difícil criticar e apreciar o gasto que está sendo promovido na cidade. Na sistemática atual, nem mesmo o próprio Executivo consegue analisar com critério o que mudar para melhorar a qualidade do gasto.

Em Oitiva realizada no dia 04 de julho de 2018, na 21ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, o Secretário Municipal de Segurança e Prevenção Sr. Genílson Ribeiro Zeferino, o Comandante da Guarda



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Municipal de Belo Horizonte Sr. Rodrigo Sérgio Prates e o Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção Sr. Filipe Galgani tomaram conhecimento da necessidade de aperfeiçoamento das metas para adequar a mensuração de seu objeto e dos indicadores, que deveriam registrar o que realmente importa: a efetividade dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção.

As autoridades reconheceram o mérito da fiscalização desempenhada pelo Grupo de Trabalho, sua contribuição para a excelência da prestação do serviço público, assim como a fragilidade das metas e sua mensuração, e a ausência de indicadores efetivos e de séries históricas acessórias para a tomada de decisão.

Metas e indicadores são imprescindíveis para a avaliação, manutenção e aprimoramento dos projetos. Contudo, a Prefeitura insiste em tratar o planejamento como uma atividade meramente formal e propõe indicadores que não apontam os desdobramentos do gasto com Segurança Pública, tais como “Quantitativo de viagens acompanhadas na Operação Viagem Segura”, “Quantitativo de registros de furtos nos Centros de Saúde”, “Quantitativo de registros de furtos nas UPAs” e “Quantitativo de ocorrências nas Escolas Municipais com encaminhamentos aos órgãos de atendimento ao adolescente autor de ato infracional”.

A Prefeitura não adota a diminuição do número de registros ou a diminuição do número de furtos como indicadores, mas se os registros estão ocorrendo. A Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção mede, portanto, se os registros estão sendo realizados – tão somente! Em que pese a notória importância da coleta de dados, obviamente o objetivo deste Órgão não é se tornar um agente estatístico da criminalidade na cidade, mas sim de promoção e manutenção da Segurança Pública.

Cabe ainda destacar que, não obstante as críticas já feitas no passado, os indicadores propostos pela Prefeitura em 2018 continuam sendo limitados. É fato que ocorrem outros crimes em Unidades de Pronto Atendimento (UPAS) e Centros de Saúde e há outros próprios públicos para atuação da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção. Quanto ao “Quantitativo de viagens acompanhadas na Operação Viagem Segura”, o que se busca conhecer é se a presença do agente cumpre com o objetivo de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

reduzir a criminalidade no transporte público – e não quantas viagens são acompanhadas pelo Guarda Municipal.

A Prefeitura não pode medir apenas o que lhe convém. O Grupo de Trabalho propôs em 2018 a inclusão dos indicadores “Percentual de redução de crimes ocorridos no transporte público coletivo”, “Percentual de redução de crimes ocorridos em equipamentos públicos municipais de saúde”, “Percentual de redução de crimes ocorridos em equipamentos públicos municipais de educação”, “Taxa de roubos por 100 mil habitantes”, “Taxa de furtos por 100 mil habitantes” e “Percentual de redução de crimes de intolerância”, que seriam mais adequados para averiguar se o dinheiro executado com Segurança Pública surte algum efeito positivo na população.

Acerca dos “Equipamentos de Proteção individual”, um indicador mais adequado seria, por exemplo, o percentual de guardas municipais que se encontram devidamente equipados, considerando-se o tipo adequado de equipamento conforme as funções que exerce.

A presença ostensiva da Guarda Municipal pela cidade, em tese, deveria contribuir para a redução de roubos e furtos, ainda que a repressão a tais modalidades criminosas não seja de competência específica da Guarda Municipal. Por isso a medição seria interessante, para entender se houve impacto.

Se a Prefeitura realiza o mapeamento das zonas quentes de furto e roubo e observa uma redução da prática de tais crimes nos pontos em que a Guarda encontra-se presente de forma estática, é possível afirmar que a presença dela é eficaz. Se não é observada tal diminuição, é um indicativo de necessidade de readequação da Política de Segurança Pública em exercício.

Com base na análise da peça orçamentária dos anos de 2017 e 2018, não é possível compreender o critério técnico para alocação de recursos em veículos de médio porte, como *Jeep Renegade* e caminhonete do tipo *Amarok*, nem se essa escolha respeita a economicidade dos recursos públicos.

Há uma série de denúncias de sobreposição da Guarda Municipal com a Polícia Militar. Em compensação, há zonas de esvaziamento de presença de ambas as forças. A Guarda precisa saber onde a Polícia Militar está para que ela esteja em outro lugar.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Patrulhamento aleatório é uma forma eficiente de desperdiçar recurso público. Os carros perambulam a esmo pela cidade. Há notícia de uso dos veículos para atividades particulares. A chance de tal estratégia colaborar com a promoção da Segurança cabe à coincidência de o crime ocorrer no momento em que determinada viatura ali se encontra. Dai faz-se necessário distribuir o efetivo com inteligência, estrangulando os pontos de fuga dos criminosos.

O trabalho da Guarda Municipal, definitivamente, precisa ser melhor planejado e orientado. O Executivo não pode se furtar em prestar contas quando provocado nem se esconder atrás de respostas superficiais e evasivas.

A Prefeitura não alocou recurso suficiente para a implantação de *softwares* de inteligência. As imagens captadas pelas 336 (trezentas e trinta e seis) câmeras dispostas na cidade, atualmente, só têm utilidade se, no momento da ocorrência, há um agente olhando para a tela.

Há solução de software de área vedada, que informaria a Guarda Municipal movimentação suspeita nos próprios públicos, por exemplo. Os portais de segurança podem informar prontamente a circulação de veículos roubados. Entretanto, o único recurso que a Prefeitura gasta com inteligência vai para atividades de zeladoria e manutenção predial do Centro de Operações.

É descabida a alocação de cerca de R\$ 163.000.000,00 (cento e sessenta e três milhões de reais) com Gasto de Pessoal e não investir qualquer quantia sequer em implantação de tecnologia que venha a otimizar a prestação dos serviços públicos de segurança.

A Prefeitura orçou R\$ 1.263.000,00 (um milhão, duzentos e sessenta e três mil reais) em naturezas de despesa diversas que não foram executadas. O valor previsto para “Material de Consumo” na Subação “Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte”, R\$ 1.355.000,00 (um milhão, trezentos e cinquenta e cinco mil reais) é desproporcional aos R\$ 10.000,00 (dez mil reais) previstos para a “Implantação de Soluções Tecnológicas”, ainda mais considerando que o primeiro se refere a despesas com material de escritório, protetor solar, espargidor e afins.

O valor previsto para esse tipo de gasto é muito superior a todo o previsto para o programa de Prevenção à Violência, R\$ 368.000,00 (trezentos e sessenta e oito mil



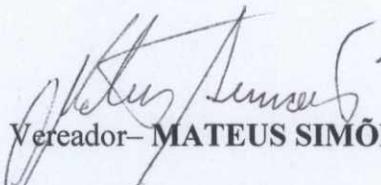
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

reais). Ainda por cima, apenas 3% (três por cento) do valor previsto foi gasto no acumulado nos dois primeiros quadrimestres, o que só mostra a falta de planejamento para a alocação desse recurso, que poderia ter sido alocado em outra área mais necessitada.

Ao descontinuar a Subação “Instalação de Circuito Interno de Televisão - CFTV em Equipamentos Municipais”, a Prefeitura escolhe em não investir em tecnologia, sendo que a Guarda Municipal não é capaz fisicamente de promover a Segurança em todos os próprios públicos do município.

O Executivo insiste em não divulgar em sua prestação de contas quadrimestral o detalhamento por item de despesa das Subações. A análise da prestação no formato atual não permite distinguir uma natureza de despesa com “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”, o que foi gasto com pagamento da conta de energia, serviços de consultoria, aluguel de veículos, manutenção de ar condicionado ou serviços de zeladoria. Tal nível de detalhamento está disponível para consulta no Sistema Orçamentário/Financeiro/Contábil – SOF utilizado pela Prefeitura, que opta por não conceder tal acesso à Câmara Municipal, atitude esta que prejudica as atividades de fiscalização pertinentes aos parlamentares por expressa previsão constitucional.

Belo Horizonte, 27 de maio de 2019.


Vereador – **MATEUS SIMÕES**
Relator - Partido NOVO

Avulsos distribuídos
Em 03/06/19
336
Responsável pela distribuição

ARROVADO O RELATÓRIO
PLENÁRIO CAMIL CARAM
EM 03/06/2019





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

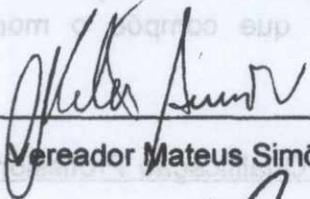
Requerimento de Comissão

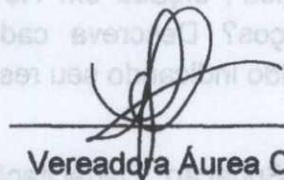
864/2018

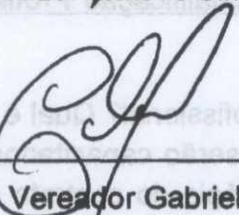
PROTOCOLIZADO EM PLENÁRIO 08/08/18 às 10:35 h. Cm 623 Responsável pelo protocolo

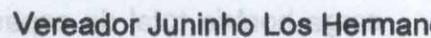
Requeiro a esta Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Alexandre Kalil, Prefeito de Belo Horizonte, ao Sr. André Reis, Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Sr. Genilson Ribeiro Zeferino, Secretário Municipal de Segurança e Prevenção, com cópia para a Sra. Denise Barcellos, Diretoria Central de Planejamento (PPAG), pedido de informação sobre os resultados dos programas relativos à Segurança Pública no Município no 1º quadrimestre de 2018, conforme documento anexo.

Belo Horizonte, 08 de agosto de 2018


Vereador Mateus Simões


Vereadora Áurea Carolina


Vereador Gabriel


Vereador Juninho Los Hermanos


Vereador Pedro Lula Patrus

À Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Questionamentos relativos à prestação de contas do 1º quadrimestre de 2018 dos programas, ações e subações relacionados à política de segurança pública do município de Belo Horizonte

1. Programa “109 – Operacionalização dos Serviços de Segurança”:

1.1. Subação “Implantação da Política de Segurança e Prevenção”:

- Em que consiste a atual política de segurança e prevenção da PBH?
- A natureza de despesa “319011 Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil”, orçada em R\$ 4.985.000,00, engloba quantos servidores públicos? Quais cargos eles ocupam?
- A natureza de despesa “339039 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”, orçada em R\$ 381.355,00, se refere à contratação de quais serviços? Descreva cada serviço orçado que compõe o montante referido indicando seu respectivo valor.
- A natureza de despesa “339139 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”, orçada em R\$ 25.000,00, se refere à contratação de quais serviços? Descreva cada serviço orçado que compõe o montante referido indicando seu respectivo valor.

1.2. Subação “Capacitação em Estágio de Qualificação Profissional na GMBH”:

- No que consiste o estágio de qualificação profissional? Qual é a ementa do curso? Em que áreas/temas os guardas serão capacitados? Qual a carga horária total da capacitação? Enviar cópia do contrato celebrado com a Pessoa Jurídica responsável por ministrar a capacitação.
- Qual foi a razão da discrepância entre o percentual realizado da meta financeira (21,8%) e o da meta física (5,4%)?

1.3. Subação “Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte”:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- A meta física dessa subação é cumulativa mensalmente? Se sim, por quê? Um equipamento público atendido durante todo o ano será contabilizado 12 vezes?
- A natureza de despesa "319011 Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil", orçada em R\$ 96.282.000,00, engloba quantos servidores públicos? Quais cargos eles ocupam?
- A natureza de despesa "339030 Material de Consumo", orçada em R\$ 1.355.000,00, compreende quais materiais? Esses materiais pretendem atender quais próprios públicos? Descrever os materiais e seu local de destinação.
- A natureza de despesa "339037 Locação de Mão de Obra", orçada em R\$ 440.000,00, corresponde a qual demanda? Enviar a(s) cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) responsável(is) pela prestação do(s) serviço(s).
- A natureza de despesa "339039 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica", orçada em R\$ 5.270.190,00, se refere à contratação de quais serviços? Enviar a(s) cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) responsável(is) pela prestação do(s) serviço(s).
- A que se refere a natureza de despesa "339093 Indenizações e Restituições", orçada em R\$ 1.816.632,00?
- Quais equipamentos e materiais a natureza de despesa "449052 Equipamentos e Material Permanente", orçada em R\$ 1.029.694,00, pretende adquirir? Descrever os materiais, os equipamentos e seus locais de destinação.

1.4. Subação "Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito":

- Como é quantificada a meta física (vias atendidas)? Essas vias contam com a presença permanente de guardas municipais?
- Por que o número de vias atendidas foi quase três vezes superior ao previsto, ainda no primeiro quadrimestre?
- Por que não foram orçadas despesas específicas para essa subação, tal como foi feito para a operacionalização da guarda municipal na saúde e na educação? As despesas com a atividade de controle, fiscalização e



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

orientação no trânsito foram contabilizadas em outra(s) subação(ões)?
Se sim, em quais e por qual motivo?

1.5. Subação "Operacionalização da Guarda Municipal – GMBH na Saúde":

- Qual a justificativa técnica para separar a operacionalização da Guarda Municipal na saúde da operacionalização em seu espectro geral? Quais as especificidades operacionais desta subação que justificam o referido desmembramento?
- A natureza de despesa "319011 Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil", orçada em R\$ 10.501.000,00, engloba quantos servidores públicos? Quais cargos eles ocupam?

1.6. Subação "Operacionalização da Guarda Municipal – GMBH na Educação":

- Qual a justificativa técnica para separar a operacionalização da Guarda Municipal na educação da operacionalização em seu espectro geral? Quais especificidades operacionais desta subação que justificam referido desmembramento?
- A natureza de despesa "319011 Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil", orçada em R\$ 11.882.000,00, engloba quantos servidores públicos? Quais cargos eles ocupam?

1.7. Subação "Operações Especiais da Guarda Municipal de Belo Horizonte – GMBH":

- No que consistem as operações especiais da GMBH? Onde são realizadas e com qual objetivo?
- Essas operações decorrem de demandas emergenciais de intervenção da Guarda Municipal ou são ações previamente planejadas?
- Como foi feita a projeção dessa meta física?

1.8. Subação "Equipamentos de Proteção Individual":

- A natureza de despesa "339030 Material de Consumo", orçada em R\$ 186.723,00, compreende quais materiais? Esses materiais pretendem



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

atender quais próprios públicos? Descrever os materiais e sua destinação.

- Quais equipamentos e materiais a natureza de despesa "449052 Equipamentos e Material Permanente", orçada em R\$ 1.300.000,00, pretende adquirir? Esses equipamentos incluem o uniforme? Descrever os materiais, os equipamentos e sua destinação.
- Todo o efetivo da GMBH está recebendo novos equipamentos de proteção individual? Os guardas municipais já contavam com equipamentos de proteção individual até então? Se sim, qual será a destinação dos equipamentos que estão sendo substituídos?
- Como foi possível equipar 472 guardas sem custo algum? Como esses equipamentos foram obtidos? Foram utilizados equipamentos usados? Nesse caso, isso poderia ser contabilizado como a realização de uma meta física deste exercício?

1.9. Subação "Escotismo na Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH":

- A natureza de despesa "339030 Material de Consumo", orçada em R\$ 37.000,00, compreende quais materiais? Esses materiais pretendem atender quais equipamentos públicos? Descrever os materiais e seu local de destinação.
- A natureza de despesa "339039 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica", orçada em R\$ 41.000,00, se refere à contratação de quais serviços? Enviar a(s) cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) responsável(is) pela prestação do(s) serviço(s).
- Como foi possível realizar quase 4 vezes a meta física prevista sem efetuar qualquer realização financeira? Se não é necessária a realização de despesas para alcance e superação da meta, por que foram orçados R\$ 78.000,00 para essa subação?

1.10. Subação "Prevenção a Violência nas Escolas Municipais de Belo Horizonte":

- Em que consiste a política de prevenção à violência nas escolas? Qual o foco da prevenção? Qual a metodologia aplicada? Quais estudos fundamentam a metodologia adotada?



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- Por que há duas subações com a mesma finalidade? (A outra está no programa “prevenção social à criminalidade”)

1.11. Subação “Promoção de Eventos Culturais de Interação com os Cidadãos”:

- A quais eventos culturais essa subação se refere? Onde e como ocorrem os eventos? Qual a sua finalidade?
- Como foram realizados 10 eventos sem nenhum gasto?

2. Programa “242 – Prevenção Social à Criminalidade”:

2.1. Subação “Prevenção à Violência nas Escolas”:

- A natureza de despesa “339039 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”, orçada em R\$ 260.000,00, se refere à contratação de quais serviços? Enviar a(s) cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) responsável(is) pela prestação do(s) serviço(s).
- Qual a justificativa para a não execução desta subação no primeiro quadrimestre?
- Quantas escolas serão contempladas nessa subação?
- Por que a meta física se refere ao número de territórios atendidos e não ao número de escolas contempladas no município?

2.2. Subação “Prevenção à Criminalidade Juvenil”:

- Que ações concretas estão sendo tomadas para prevenção à criminalidade juvenil? Houve mudanças na estratégia da Prefeitura e da Guarda Municipal para prevenção à criminalidade juvenil? Se sim, quais foram as principais mudanças?
- A natureza de despesa “339039 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”, orçada em R\$ 51.000,00, se refere à contratação de quais serviços? Enviar a(s) cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) responsável(is) pela prestação do(s) serviço(s).



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- Qual a justificativa para a baixa execução desta subação no primeiro quadrimestre (apenas 1,8% do valor orçado)?
- Quantos jovens serão contemplados nessa subação?
- Por que a meta física se refere ao número de programas implantados nas 9 regionais e não ao número de jovens participantes ou contemplados por esses programas?

2.3. Subação "Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas":

- No que consiste essa subação? Como são realizadas as mediações de conflito? Qual a metodologia aplicada no processo de mediação? Como se dão as ações de práticas restaurativas?
- Como são selecionados os casos em que haverá mediação de conflitos e práticas restaurativas? Qual é o critério de seleção dos atendidos?
- Quantos profissionais serão responsáveis pela execução desta subação? Qual a formação prevista para esses profissionais que irão atuar como mediadores?
- Quantas pessoas/famílias serão contempladas nessa subação? Os núcleos a serem implantados serão dimensionados para atender quantos casos por ano cada um?
- A natureza de despesa "339039 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica", orçada em R\$ 51.000,00, se refere à contratação de quais serviços? Enviar a(s) cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) responsável(is) pela prestação do(s) serviço(s).
- Qual a justificativa para a não execução desta subação no primeiro quadrimestre?
- O valor de R\$ 53.000,00, orçado para essa subação, será suficiente para a implantação de nove núcleos de mediação de conflitos em 2018?
- Após a implantação dos nove núcleos previstos para 2018, com quais recursos serão custeadas as despesas dos mesmos?

3. Programa "84 – Serviços de Iluminação Pública":



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

3.1. Subação "Controle das Operações de Iluminação Pública":

- A natureza de despesa "339039 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica", orçada em R\$ 59.915.300,00, se refere à contratação de quais serviços? Enviar a(s) cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) responsável(is) pela prestação do(s) serviço(s).
- A natureza de despesa "336783 Contraprestação de Serviços", orçada em R\$ 15.572.000,00, se refere à contratação de quais serviços? Enviar a(s) cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) responsável(is) pela prestação do(s) serviço(s).
- A natureza de despesa "339035 Serviços de Consultoria", orçada em R\$ 500.000,00, se refere à contratação de quais serviços? Enviar a(s) cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) responsável(is) pela prestação do(s) serviço(s).

3.2. Subação "Ampliação de Redes de Iluminação Pública":

- A natureza de despesa "449051 Obras e Instalações", orçada em R\$ 1.028.200,00, se refere à quais obras e instalações? Enviar a(s) cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) responsável(is) pela prestação do(s) serviço(s).
- Quantos novos pontos de iluminação pública estão previstos para serem instalados em 2018? Por que esse critério não foi utilizado como meta física para essa subação?

4. Programa "302 – Belo Horizonte Cidade Inteligente":

4.1. Subação "Gerenciamento do Centro de Operações do Município - COP":

- A natureza de despesa "339037 Locação de Mão de Obra", orçada em R\$ 675.000,00, corresponde a qual demanda? Enviar a(s) cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) responsável(is) pela prestação do(s) serviço(s).
- A natureza de despesa "339039 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica", orçada em R\$ 1.595.424,00, se refere à contratação de quais serviços? Enviar a(s) cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) responsável(is) pela prestação do(s) serviço(s).



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

4.2. Subação "Implantação de Soluções Tecnológicas":

- Quais são as soluções tecnológicas previstas para implantação?

4.3. Subação "Desenvolvimento e Implementação de Protocolos de Atuação Integrada":

- A meta física dessa subação se refere a quais simulados? Como e quando eles foram realizados? O que foi testado por meio desses simulados? Quais foram os resultados obtidos nos mesmos?
- Como foi possível a realização dessa subação sem nenhum gasto?
- No que consistem os Protocolos de Atuação Integrada de que trata essa subação? Quais ações/atividades/serviços estão sendo integrados por meio desses protocolos?
- Considerando que a meta física dessa subação já foi 100% alcançada ainda no primeiro quadrimestre de 2018, isso significa que os Protocolos de Atuação Integrada já estão plenamente desenvolvidos e implementados? Se não, em que fase se encontra seu desenvolvimento e/ou implementação?

4.4. Subação "Implementação da Metodologia de Gestão Integrada Baseada em Metodologia de Solução de Problemas":

- Em que consiste a metodologia de gestão integrada para solução de problemas que está sendo implementada pela PBH?
- Como foi possível realizar 89% da meta física sem gastar nada dos R\$50.000,00 inicialmente orçados? Qual a finalidade desse valor?
- Quais são os dezoito territórios selecionados para monitoramento? Destes, quais são os dois que ainda não estão sendo monitorados?
- No que consiste o monitoramento a que se refere a meta física dessa subação? Como se dá esse monitoramento? Que situações/ocorrências/fatos são monitorados dessa forma? Quais foram os resultados decorrentes do monitoramento realizado? Que conclusões puderam ser obtidas a partir desse monitoramento?



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

4.5. Subação "Instalação de Circuito Interno de Televisão - CFTV em Equipamentos Municipais":

- Em quais equipamentos municipais serão instalados circuitos internos de televisão? Quais critérios estão sendo utilizados para escolha desses equipamentos públicos?

4.6. Subação "Implantação de Videomonitoramento na Cidade":

- Em que pontos serão instaladas câmeras de videomonitoramento? Quais critérios estão sendo utilizados para escolha desses pontos?
- Quem será responsável pela gestão das câmeras de videomonitoramento na cidade? Quanto tempo as imagens ficarão disponíveis? Quem poderá acessar a gravação das imagens e como?
- Enviar cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) para aquisição dos equipamentos e materiais referentes à natureza de despesa "449052 Equipamentos e Material Permanente", em que já foram empenhados R\$ 145.749,60.

4.7. Subação "Manutenção de Pontos de Videomonitoramento":

- Por que não foi feita a manutenção de nenhum equipamento no primeiro quadrimestre de 2018 no âmbito dessa subação (realização de 0% da meta física)?
- O recurso de R\$ 3.000,00 orçado para essa subação é suficiente para a manutenção de 336 pontos de videomonitoramento?

SEGURANÇA PÚBLICA			FÍSICO			FINANCEIRO			
PROGRAMAS	AÇÕES	SUBAÇÕES	PREVISTO	REALIZADO	%	PREVISTO ¹	REALIZADO ²	%	
Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte	Gestão da Política de Segurança e Prevenção	Implantação da Política de Segurança e Prevenção	#N/DISP	#N/DISP	#VALOR!	6.466.245	2.208.790	34,2%	
	Capacitação em Estágio de Qualificação Profissional na GMBH	Realização do Estágio de Qualificação Profissional na GMBH	2.072	111	5,4%	1.032.152	225.300	21,8%	
	Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte	Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte	Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte	120.000	54.435	45,4%	131.927.516	36.397.126	27,6%
			Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito	130	376	289,2%	#N/DISP	#N/DISP	#VALOR!
			Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Saúde	#N/DISP	#N/DISP	#VALOR!	13.890.000	3.891.798	28,0%
			Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Educação	#N/DISP	#N/DISP	#VALOR!	14.955.000	4.479.084	30,0%
			Operações Especiais da Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH	700	282	40,3%	#N/DISP	#N/DISP	#VALOR!
			Equipamentos de Proteção Individual	2.072	472	22,8%	1.486.723	0	0,0%
			Escotismo na Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH	460	1.717	373,3%	78.000	0	0,0%
			Prevenção a Violência nas Escolas Municipais de Belo Horizonte	100	8	8,0%	3.000	0	0,0%
			Promoção de Eventos Culturais de Interação com os Cidadãos	130	10	7,7%	3.000	0	0,0%
Prevenção Social à Criminalidade	Ações de Prevenção Social à Criminalidade	Prevenção à Violência nas Escolas	9	0	0,0%	262.000	0	0,0%	
		Prevenção à Criminalidade Juvenil	9	0	0,0%	53.000	958	1,8%	
		Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas	9	0	0,0%	53.000	0	0,0%	
Serviços de Iluminação Pública	Controle das Operações de Iluminação Pública	Controle das Operações de Iluminação Pública	#N/DISP	#N/DISP	#VALOR!	75.997.300	15.976.231	21,0%	
		Ampliação de Redes de Iluminação Pública	#N/DISP	#N/DISP	#VALOR!	21.040.200	0	0,0%	
Belo Horizonte Cidade Inteligente	Gestão Integrada do COP-BH	Gerenciamento do Centro de Operações do Município - COP	#N/DISP	#N/DISP	#VALOR!	2.348.924	246.254	10,5%	
		Implantação de Soluções Tecnológicas	4	0	0,0%	10.000	0	0,0%	
		Desenvolvimento e Implementação de Protocolos de Atuação Integrada	4	4	100,0%	#N/DISP	#N/DISP	#VALOR!	
		Implementação da Metodologia de Gestão Integrada Baseada em Metodologia de Solução de Problemas	18	16	88,9%	50.000	0	0,0%	
	Videomonitoramento	Videomonitoramento	Instalação de Circuito Interno de Televisão - CFTV em Equipamentos Municipais	120	0	0,0%	101.000	0	0,0%
			Implantação de Videomonitoramento na Cidade	185	0	0,0%	201.000	0	0,0%
			Manutenção de Pontos de Videomonitoramento	336	0	0,0%	3.000	0	0,0%
TOTAL						269.961.060	63.425.540	23,5%	

1 Referente ao valor orçado para cada subação.

2 Referente ao valor liquidado para cada subação.

Fonte: Portal da Transparência PBH. Elaboração própria, a partir dos dados dos relatórios: Demonstrativo de Execução das Metas Físicas (atualizado) – 1º Quad./2018; Relatório Comparativo Orçamento com Execução Analítico – 1º Quad./2018.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DESPACHO DE DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

REQUERIMENTO DE COMISSÃO nº 864 / 2018

Solicitação relativa a:

- Pedido de Informação, encaminhado por meio da Mesa
 Solicitação de Estudo Técnico à Consultoria Legislativa
 Envio de Ofício
 Apresentação de Indicação de autoria da Comissão
 Apresentação de Moção de autoria da Comissão
 Outros tipos: _____

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor deliberou por:

- adiar a apreciação do requerimento.
 rejeitar o requerimento.
 aprovar o requerimento.
 outros: _____

26ª Reunião Ordinária

Em 08 / 08 / 18


Presidente da Reunião
Vereador Antônio Simões

Avulsos distribuídos em:

09 / 08 / 2018

Conia / 218
SECAPC

Coordenador responsável:

Episela / Mariana / Alex

Consultor responsável:

Bernique / Ivana

Arquivado

Ciência à Comissão sobre a resposta

Em _____ / _____ / _____

DIRLEG



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

212/2019

PROTOCOLIZADO EM

PLENÁRIO

18/03/19

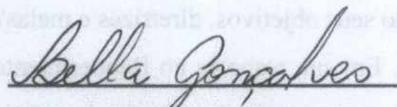
às 13h32m.

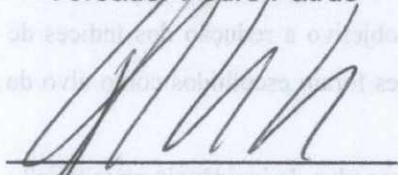
Qua/218

Requeremos a esta Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II, do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Alexandre Kalil, Prefeito de Belo Horizonte, ao Sr. André Reis, Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Sr. Genílson Ribeiro Zeferino, Secretário Municipal de Segurança e Prevenção, com cópia para a Sra. Denise Barcellos, Diretora Central de Planejamento (PPAG), pedido de informação sobre a execução orçamentária e as diretrizes de atuação no âmbito da Segurança Pública no Município, conforme documento anexo.

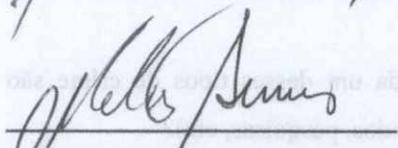
Belo Horizonte, 18 de março de 2019


Vereador Pedro Patrus


Vereadora Bella Gonçalves


Vereador Gilson Reis


Vereador Maninho Félix


Vereador Mateus Simões

À Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

SEGURANÇA PÚBLICA EM BELO HORIZONTE

Comissão de Direitos Humanos e Direito do Consumidor

Grupo de Trabalho de Fiscalização da Segurança Pública

Questionamentos relativos à prestação de contas de 2018 dos Programas “Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte” (programa 109) e “Prevenção Social à Criminalidade” (programa 242) do PPAG 2018-2021 no município de Belo Horizonte.

QUESTÕES

Questões gerais sobre a Segurança Pública

1. Qual é a perspectiva da SMSP de elaboração do Plano Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, cuja obrigação foi prevista no § 5º do art. 22 da Lei Federal nº 13.675/18? A SMSP já possui algum documento oficial (disponível para acesso público) destinado a apresentar à população a política de segurança e prevenção no município, detalhando seus objetivos, diretrizes e metas? Se sim, enviar cópia.

2. Em sua resposta ao Requerimento de Comissão nº 864/18, a SMSP informou que a política de segurança e prevenção do município tem como objetivo a redução dos índices de criminalidade em Belo Horizonte. Nesse sentido, quais crimes foram escolhidos como alvo de enfrentamento prioritário por parte da SMSP?

2.1 Por que estes crimes foram escolhidos como alvo de incidência prioritária?

2.2 Em linhas gerais, quais são as estratégias definidas para redução de cada um desses tipos de crime escolhidos como prioridade?

2.3 As estratégias de enfrentamento de cada um desses tipos de crime são baseadas em que tipo de referências (estudos, diagnósticos, dados, pesquisas, etc)?

3. Qual é o percentual de homens e mulheres na Guarda Municipal? Qual é o percentual de mulheres em cada área/setor da GMBH?

4. Foi feita alguma reforma/readequação de unidade da Guarda Municipal no Barreiro? Se sim, quais melhorias/adequações foram feitas?

4.1 A unidade está em utilização atualmente pela Guarda Municipal?

4.2 A Comissão recebeu informações de que esta unidade estaria sendo depredada por vândalos. Houve alguma ocorrência nesse sentido?



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Programa Operacionalização dos Serviços de Segurança (109)

Ação 2802 - Gestão da Política de Segurança e Prevenção

Subação "Implantação da Política de Segurança e Prevenção" (2802-1)

1. A previsão orçamentária para custeio de pessoal era de R\$ 6.025.000,00 (somatória das naturezas de despesa "Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil", "Obrigações Patronais", "Diárias - Civil" e "Auxílio-Alimentação"). Entretanto, o valor executado com o custeio de pessoal foi de R\$ 7.480.931,04, ou seja, 24% superior ao previsto. Por quais motivos a execução orçamentária superou o planejado?

2. Não havia previsão orçamentária para a despesa de natureza "Outros serviços de terceiros - Pessoa Física", entretanto foram liquidados R\$ 38.495,49. A quais serviços se refere a execução desta despesa? Quais foram os critérios para a contratação destes serviços?

3. Havia R\$ 30.000,00 planejados para as naturezas de despesa 339139 "Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica" e 449052 "Equipamentos e Material Permanente", entretanto não houve execução orçamentária. Quais foram os critérios para planejar tais naturezas de despesa?

3.1 Quais foram os impactos para a ação "Gestão da Política de Segurança e Prevenção" da não execução das referidas naturezas?

4. No Ofício SMSP/GP nº 275/2018 página 2 foi informado a despesa de R\$ 190.000,00 com Locação de Veículos junto às empresas Coopertur e M&E Aluguel de Veículos. O contrato da empresa Coopertur enviado em anexo ao referido ofício revela a despesa da Secretaria Municipal de Segurança Pública com 01 Picape, a qual ao longo de um ano totaliza R\$ 74.023,20. O contrato da empresa M&E Aluguel de veículos não foi enviado. Encaminhar o contrato com a referida empresa.

4.1 Qual foi o critério técnico para a escolha destes veículos?

Ação 2791 – Capacitação em Estágio de Qualificação Profissional na GMBH

Subação "Realização do Estágio de Qualificação Profissional na GMBH" (2791-1)

1. Tendo em vista a resposta no Ofício SMSP/GP nº 275/2018: "não temos contrato celebrado com pessoa jurídica responsável por ministrar a qualificação, para ser apresentado", a que se refere a natureza de despesa "339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica", orçada em R\$ 1.032.152,00?

2. Qual(is) empresa(s) recebeu(ram) o valor de R\$ 677.929,82 já liquidado e pago no âmbito dessa subação?

3. Enviar cópia integral dos contratos que respaldam o pagamento dos valores supra indicados.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

4. Considerando que esse valor não se refere à capacitação dos agentes, conforme informado no Ofício SMSP/GP nº 275/2018, então a qual serviço ele se refere?

Ação 2803 – Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte

Subação “Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte” (2803-1)

1. Não havia previsão orçamentária para a despesa de natureza "Outros serviços de terceiros - Pessoa Física", entretanto foram liquidados R\$ 7.999,05. A quais serviços se refere a execução desta despesa?

1.1 Quais foram os critérios para a contratação destes serviços?

2. Discriminar o valor previsto e gasto com cada empresa na natureza de despesa "Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica".

3. A PBH está em dia com o pagamento da Indenização de Uniformes aos Guardas Municipais?

4. No Relatório Analítico do 3º Quadrimestre de 2018 consta o crédito disponível de R\$ 1.700.694,00 para a natureza de despesa "Equipamentos e Material Permanente". Por que apenas 16%, ou seja, R\$ 272.962,50 foram liquidados?

5. No Ofício SMSP/GP nº 275/2018 não foram enviados os seguintes contratos:

- Confecção de Placas e Aquisição de Capas de Processo
 - Avaliação Psicológica para GMBH – Empresa Perspectiva
- Enviar os contratos acima.

Subação “Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito” (2803-2)

1. Qual é o Plano de Ação da Guarda Municipal na execução desta subação?

Subação “Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Saúde” (2803-3)

1. Quais são as diretrizes que orientam a ação da GMBH nesta subação?

2. Enviar o detalhamento dos próprios públicos de saúde atendidos da seguinte forma:

2.1 Com a presença de Guardas Municipais durante todo o horário de seu funcionamento;

2.2 Por meio de patrulhamento diário;

2.3. Somente mediante a solicitação da presença de Guarda Municipal.

Subação “Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Educação” (2803-4)



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1. Quais são as diretrizes que orientam a ação da GMBH nesta subação?
2. Enviar o detalhamento dos próprios públicos de educação atendidos da seguinte forma:
 - 2.1 Com a presença de Guardas Municipais durante todo o horário de seu funcionamento;
 - 2.2 Por meio de patrulhamento diário;
 - 2.3 Somente mediante a solicitação da presença de Guarda Municipal.

Subação "Operações Especiais da Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH" (2803-5)

1. Como foi estipulado o número de 700 Ordens de Serviço de caráter planejado?
2. Enviar quadro detalhado das operações especiais por tipo (Operação Sentinela, Operação Viagem Segura, Grupamento de Fiscalização da Ordem Pública, etc), com os respectivos quantitativos de ordens de serviço. Informar ainda quantas destas operações foram previamente planejadas e quantas se referem a ações emergenciais, por tipo de operação.

Subação "Equipamentos de Proteção Individual" (2803-6)

1. Encaminhar a lista dos equipamentos adquiridos.
2. Qual é o percentual de guardas municipais que se encontram atualmente com seu equipamento completo (considerando as variações conforme as funções exercidas por cada um)?
3. Qual é a atual defasagem da GMBH em cada item de proteção (ex: capacetes, joelheiras, cotoveleiras, coletes balísticos, etc) em relação ao quantitativo adequado?

Subação "Escotismo na Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH" (2803-7)

1. No Ofício SMSP/GP nº 275/18, foi informado pela PBH que a taxa de anuidade junto à UEB garante a efetivação do seguro de vida e acidente e é prerrogativa para desenvolver ações e atividades. Informou ainda que essa despesa não foi executada, tendo em vista a desatualização do cadastro da UEB junto ao sistema da Prefeitura. Assim, questiona-se:
 - 1.1 Se a taxa de anuidade é prerrogativa para o desenvolvimento das atividades, como foi possível atender 456 crianças, conforme indicado na meta física?
 - 1.2 As atividades de escotismo estão sendo executadas mesmo sem o seguro de vida e acidentes?



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Subação "Prevenção a Violência nas Escolas Municipais de Belo Horizonte" (2803-8)

1. Os guardas municipais destacados para essas atividades recebem algum tipo de capacitação específica?

Programa Prevenção Social à Criminalidade (242)

Ação 2881 – Ações de Prevenção Social à Criminalidade

Subação "Prevenção à Violência nas Escolas" (2881-1)

1. O planejamento e a execução das atividades de prevenção social à criminalidade e à violência estão sendo feitas em articulação com a política de assistência social? Considerando os objetivos propostos e a forma de atuação, conforme se observa no Chamamento Público SMSP nº 2/18, essa estratégia de atuação tem grande correlação com os serviços da assistência social, e devem estar alinhados para atuar em sinergia e apoio mútuo.

2. Além da iniciativa de estabelecimento de parceria com entidades da sociedade civil para execução de atividades de prevenção à violência e à criminalidade, a SMSP tem desenvolvido estratégias de atuação comunitária diretamente pela GMBH em áreas de alta vulnerabilidade social, por exemplo com a realização periódica de reuniões com moradores para ouvir sugestões e relatos de acontecimentos locais, com vistas a aproximar o efetivo da GMBH destacado para cada região à comunidade local, numa perspectiva de segurança cidadã, nos termos do inciso IX do art. 5º da Lei Federal nº 13.022/14?

2.1 Em caso positivo, qual tem sido o resultado dessas experiências?

3. Enviar cópia do Pacto GISP pela segurança nas escolas, o qual, segundo informado pela SMSP no Ofício SMSP/GP nº 275/18, foi assinado no último mês de junho.

4. Os territórios a que se refere a meta física equivalem às regionais do município ou aos Territórios de Gestão Compartilhada (TGC)?

Subação "Prevenção à Criminalidade Juvenil" (2881-2)

1. Considerando que a subação "Prevenção à Violência nas Escolas" está sendo renomeada na revisão do PPAG para "Prevenção à Violência nos Territórios", e considerando que ela terá como foco a prevenção à violência juvenil, de modo a reduzir o Índice de Vulnerabilidade Juvenil, conforme se verifica no Chamamento Público SMSP nº 2/18, ainda se justifica a existência da subação "Prevenção à Criminalidade Juvenil"?

1.1 Caso sim, quais são as razões para a separação entre essas subações?



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

2. Enviar cópia do documento que contém o diagnóstico da violência contra jovens em situação de risco, apresentado durante o II Seminário Municipal de Prevenção ao Crime e à Violência.
3. Enviar cópia da Carta de Intenções assinada pela PBH junto ao Instituto Igarapé (campanha Instinto de Vida) sobre redução de letalidade juvenil.

Subação Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas (2881-3)

1. Em que estágio se encontra a implantação do Projeto de Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas?
2. Onde foi implantado o Núcleo de Mediação e Promoção dos Direitos da SMSP constituído no dia 10/04/2018 conforme informado no Ofício SMSP/GP nº 275/2018 página 14?





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PROGRAMAS	AÇÕES	SUBAÇÕES	PREVISTO	REALIZADO 1º QUAD.	REALIZADO 2º QUAD.	REALIZADO 3º QUAD. (ACUMULADO)	% DO 3º QUAD.	PREVISTO	REALIZADO 1º QUAD.	REALIZADO 2º QUAD.	REALIZADO 3º QUAD. (ACUMULADO)	% DO 3º QUAD.	
Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte (109)	Gestão da Política de Segurança e Prevenção	Implantação da Política de Segurança e Prevenção	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	6.466.245	2.208.790	5.028.127	7.639.769	118,3%	
	Capacitação em Gestão de Qualificação Profissional GMBH	Realização do Estágio de Qualificação Profissional na GMBH	2.072	111	959	1677	80,5%	1.032.152	225.300	454.808	677.930	65,7%	
		Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte	120.000	54.435	102.702	148.861	124,0%	131.927.516	36.397.126	82.066.382	129.676.544	98,3%	
	Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte		Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito	130	376	99	99	76,2%	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP
			Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Saúde	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	13.890.000	3.891.798	8.806.168	13.805.370	99,4%
			Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Educação	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	14.955.000	4.479.084	10.134.465	16.003.767	107,0%
			Operações Especiais da Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH	700	282	557	1345	192,1%	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP
			Equipamentos de Proteção Individual	2.072	472	2.207	2.212	105,3%	1.486.723	0	1.630.177	1.630.177	109,7%
			Escotismo na Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH	460	1.717	456	456	99,1%	78.000	0	0	5.350	6,9%
			Prevenção à Violência nas Escolas Municipais de Belo Horizonte	100	8	91	120	120,0%	3.000	0	0	0	0,0%
Promoção de Eventos Culturais de interação com os Cidadãos			130	10	17	24	18,5%	3.000	0	0	0	0,0%	
Prevenção Social à Criminalidade (242)	Ações de Prevenção Social à Criminalidade	Prevenção à Violência nas Escolas	9	0	0	1	11,1%	262.000	0	2.500	12.238	4,7%	
		Prevenção à Criminalidade Juvenil	9	0	0	1	11,1%	53.000	958	958	958	1,8%	
		Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas	9	0	0	1	11,1%	53.000	0	0	5.520	10,4%	
Serviços de Iluminação Pública (84)	Controle das Operações de Iluminação Pública	Controle das Operações de Iluminação Pública	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	75.997.300	15.976.231	37.735.127	59.921.339	78,9%	
		Ampliação de Redes de Iluminação Pública	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	21.040.200	0	272.750	21.120.369	100,4%	
Belo Horizonte Cidade Inteligente (302)	Gestão Integrada do COP-BH	Gerenciamento do Centro de Operações do Município - COP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	2.348.924	246.254	611.264	894.135	38,1%	
		Implantação de Soluções Tecnológicas	4	0	0	0	0,0%	10.000	0	0	0	0,0%	
		Desenvolvimento e Implementação de Protocolos de Atuação Integrada	4	4	4	4	100,0%	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	
	Videomonitoramento	Implementação da Metodologia de Gestão Integrada Baseada em Metodologia de Solução de Problemas	16	16	4	6	37,5%	50.000	0	0	0	0,0%	
		Instalação de Circuito Interno de Televisão - CFTV em Equipamentos Municipais	120	0	0	0	0,0%	101.000	0	0	0	0,0%	
		Implantação de Videomonitoramento na Cidade	185	0	1	0 [1]	0,0%	201.000	0	145.750	145.750	72,5%	
	Manutenção de Pontos de Videomonitoramento	336	0	0	268	79,8%	3.000	0	0	0	0,0%		
TOTAL							269.991.000	63.425.940	146.898.478	261.733.215	97,3%		

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados dos relatórios: Demonstrativo de Execução das Metas Físicas – 1º Quad./2018; Demonstrativo de Execução das Metas Físicas – 2º Quad./2018; Demonstrativo de Execução das Metas Físicas – 3º Quad./2018; Relatório Comparativo Orçamento com Execução Analítico – 1º Quad./2018; Relatório Comparativo Orçamento com Execução Analítico – 2º Quad./2018; Relatório Comparativo Orçamento com Execução Analítico – 3º Quad./2018.

Obs: o valor financeiro “Previsto” se refere ao valor orçado para cada subação. O valor financeiro “Realizado” se refere ao valor liquidado para cada subação.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DESPACHO DE DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

REQUERIMENTO DE COMISSÃO nº 3 / 1

Solicitação relativa a:

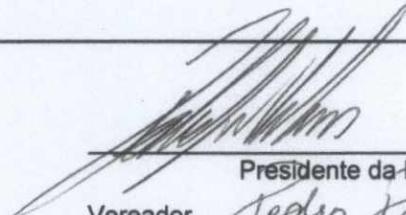
- Pedido de Informação, encaminhado por meio da Mesa
- Solicitação de Estudo Técnico à Consultoria Legislativa
- Envio de Ofício
- Apresentação de Indicação de autoria da Comissão
- Apresentação de Moção de autoria da Comissão
- Outros tipos: _____

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor deliberou por:

- adiar a apreciação do requerimento.
- rejeitar o requerimento.
- aprovar o requerimento.
- outros: _____

4ª Reunião Ordinária

Em 18 / 03 / 2019


 Presidente da Reunião
 Vereador Pedro Satrus

Avulsos distribuídos em:
18 / 03 / 19
 627
 SECAPC

Coordenador responsável:
Mariana/Gabriela/Teander
 Consultor responsável:
Ivânia

Arquivado
 Ciência à Comissão sobre a resposta
 Em _____ / _____ / _____
 DIRLEG



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

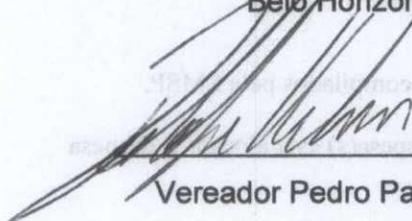
250/2019

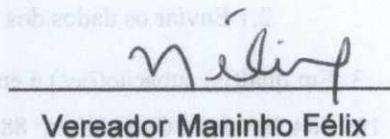
PROTOCOLIZADO EM PLENÁRIO
25/03/19
às 13 h 39 min
<i>dua/218</i>
Responsável

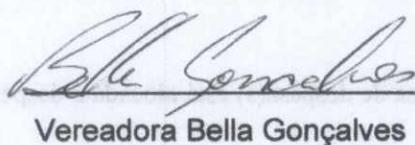
Requeremos a esta Comissão de Direitos Humanos e Defesa do

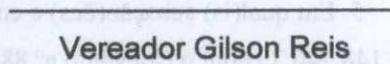
Consumidor, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II, do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Alexandre Kalil, Prefeito de Belo Horizonte, ao Sr. André Reis, Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Sr. Genilson Ribeiro Zeferino, Secretário Municipal de Segurança e Prevenção, ao Sr. Leandro César Pereira, Subsecretário de Planejamento, Gestão e Finanças da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura com cópia para a Sra. Denise Barcellos, Diretora Central de Planejamento (PPAG), pedido de informação sobre a execução orçamentária e as diretrizes de atuação no âmbito da Segurança Pública no Município, conforme documento anexo.

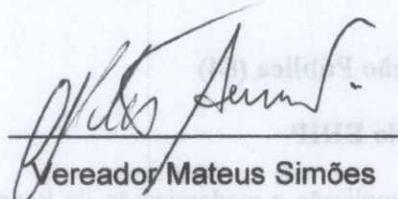
Belo Horizonte, 25 de março de 2019


Vereador Pedro Patrus


Vereador Maninho Félix


Vereadora Bella Gonçalves


Vereador Gilson Reis


Vereador Mateus Simões

À Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ação 2035 – Controle das Operações de Iluminação Pública

Subação "Controle das Operações de Iluminação Pública" (2035-1)

1. No Of. SUPFG-OBI SUPLOR nº 014/2018, não foram enviadas cópias dos contratos com a BH Iluminação Pública S.A. e a Ernest & Young Assessoria Empresarial Ltda, conforme solicitado no requerimento. Assim, reitera-se a necessidade de envio dos mesmos.
2. Detalhar, considerando o valor liquidado total de R\$ 49.337.198,98, qual foi o montante dispendido com o contrato da Cemig e o valor dispendido com o contrato junto à Ernest & Young Assessoria Empresarial Ltda.
3. Conforme informado Of. SUPPG-OBI - SUPLOR nº 014/2018, considerando que o contrato com o Consórcio BHIP contempla "o desenvolvimento, modernização, ampliação, efficientização energética, operação e manutenção da Rede Municipal de Iluminação Pública" será revisado o Termo de Transferência e acordo Operativo do Sistema de Iluminação Pública realizado junto à Cemig Distribuição S.A, uma vez que o segundo também trata de serviços de operação, manutenção, ampliação e modificação do sistema de iluminação pública?

Programa Belo Horizonte Cidade Inteligente (302)

Ação 2897 – Gestão Integrada do COP-BH

Subação "Gerenciamento do Centro de Operações do Município - COP" (2897-1)

1. Do total orçado para a natureza de despesa "Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica", R\$ 1.000.000,00 é de fonte "captação de recursos vinculados", sendo que não constam despesas nessa rubrica em 2018. A que despesa esse valor se referia?
 - 1.1 Considerando que esse valor representa quase metade de todo o orçado para essa subação, que impactos a ausência de execução dessa rubrica tem sobre o funcionamento e/ou desenvolvimento do COP?
2. Descrever os valores dispendidos com cada um dos serviços mencionados no OF. GABPREF Nº 179/18: "Serviço de Telefonia (Telemar, Claro), Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos (Ar condicionado - Airtemp, Elevador - Módulo, Subestação – Engenvolt), Serviço de Cópias e Reprodução de Documentos (Stoque), Limpeza e Conservação (Desinsetização e desratização - Ddtiza), Serviço de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional (Cartão combustível para gerador - Ticket), Locação de Veículos (Coopertur) e Despesas de Pronto Pagamento (Adiantamento Financeiro)".

Subação "Implantação de Soluções Tecnológicas" (2897-2)

1. O que justifica a ausência de execução dessa subação em 2018?



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

2. As 45 câmeras de videomonitoramento adquiridas, conforme informado no OF. GABPREF N° 179/18, foram integralmente instaladas no Conjunto Arquitetônico da Orla da Lagoa da Pampulha?

Subação "Desenvolvimento e Implementação de Protocolos de Atuação Integrada" (2897-3)

1. Considerando, conforme informado no OF. GABPREF N° 179/18, que a meta física estipulada para 2018 "contempla somente uma das faces dos serviços geridos pela SCI, portanto é necessária ainda a confecção das outras frentes de trabalho do COP-BH, tais como serviços urbanos, defesa civil, segurança pública e outros", qual é o planejamento da prefeitura para 2019?

Subação "Implementação da Metodologia de Gestão Integrada Baseada em Metodologia de Solução de Problemas" (2897-4)

1. Conforme informado no OF. GABPREF N° 179/18, qual foi o destino do remanejamento do recurso destinado para esta subação?

Ação 1334 – Videomonitoramento

Subação "Instalação de Circuito Interno de Televisão - CFTV em Equipamentos Municipais" (1334-1)

1. Conforme informado no OF. GABPREF N° 179/18 "foram elencados 120 equipamentos públicos municipais para a instalação de equipamentos de monitoramento eletrônico e imagens" cujo "critério adotado foi a quantidade de crimes registrados nos Boletins de Intervenção da Guarda Municipal de Belo Horizonte no interior dos equipamentos públicos". Entretanto não houve execução orçamentária. Por que essa subação não foi executada?

2. Quais foram as razões para a descontinuidade dessa subação na revisão do PPAG?

2.1 Diante dessa decisão, qual será a estratégia da SMSP para prevenir futuras ocorrências nesses equipamentos públicos, considerando seu histórico de grande volume de ocorrências?

Subação "Implantação de Videomonitoramento na Cidade" (1334-2)

1. Por que essa subação não foi executada?

2. Quais foram as razões para a descontinuidade dessa subação na revisão do PPAG?

2.1 Diante dessa decisão, qual será a estratégia da SMSP para prevenir a violência/criminalidade nos pontos em que o videomonitoramento seria instalado?



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PROGRAMAS	AÇÕES	SUBAÇÕES	PREVISTO	REALIZADO 1º QUAD.	REALIZADO 2º QUAD.	REALIZADO 3º QUAD. (ACUMULADO)	% DO 3º QUAD.	PREVISTO	REALIZADO 1º QUAD.	REALIZADO 2º QUAD.	REALIZADO 3º QUAD. (ACUMULADO)	% DO 3º QUAD.	
Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte (109)	Gestão da Política de Segurança e Prevenção	Implantação da Política de Segurança e Prevenção	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	6.466.245	2.208.790	5.028.127	7.539.769	115,22%	
		Realização do Estágio de Qualificação Profissional na GMBH	2.072	111	969	1677		1.032.152	225.300	464.808	677.930	65,67%	
	Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte	Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte	Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte	120.000	54.435	102.702	148.881		131.927.516	36.397.126	82.066.382	129.676.544	98,29%
			Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito	130	376	99	99		#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP
			Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Saúde	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	13.890.000	3.891.798	8.808.168	13.805.370	99,39%
			Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Educação	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	14.955.000	4.479.084	10.134.465	16.003.767	107,02%
			Operações Especiais da Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH	700	282	557	1345		#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP
			Equipamentos de Proteção Individual	2.072	472	2.207	2.212		1.486.723	0	1.630.177	1.630.177	109,67%
			Esportes na Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH	460	1.717	456	456		78.000	0	0	5.350	6,86%
			Prevenção à Violência nas Escolas Municipais de Belo Horizonte	100	8	91	120		3.000	0	0	0	0,00%
Promoção de Eventos Culturais de Interação com os Cidadãos	130	10	17	24		3.000	0	0	0	0,00%			
Prevenção Social à Criminalidade (242)	Ações de Prevenção Social à Criminalidade	Prevenção à Violência nas Escolas	9	0	0	1		262.000	0	2.500	12.238	4,67%	
		Prevenção à Criminalidade Juvenil	9	0	0	1		53.000	968	968	968	1,83%	
		Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas	9	0	0	1		53.000	0	0	5.520	10,41%	
Serviços de Iluminação Pública (84)	Controle das Operações de Iluminação Pública	Controle das Operações de Iluminação Pública	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	75.997.300	15.976.231	37.735.127	59.921.339	78,84%	
		Ampliação de Redes de Iluminação Pública	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	21.040.200	0	272.750	21.120.389	100,43%	
Belo Horizonte Cidade Inteligente (302)	Gestão Integrada do COP-BH	Gerenciamento do Centro de Operações do Município - COP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	2.348.924	246.254	611.264	894.135	38,11%	
		Implantação de Soluções Tecnológicas	4	0	0	0		10.000	0	0	0	0,00%	
		Desenvolvimento e Implementação de Protocolos de Atuação Integrada	4	4	4	4		#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	
	Videomonitoramento	Implementação da Metodologia de Gestão Integrada Baseada em Metodologia de Solução de Problemas	18	16	4	6		50.000	0	0	0	0,00%	
		Instalação de Circuito Interno de Televisão - CFTV em Equipamentos Municipais	120	0	0	0		101.000	0	0	0	0,00%	
		Implantação de Videomonitoramento na Cidade	185	0	1	0 [1]		201.000	0	145.750	145.750	72,51%	
		Manutenção de Pontos de Videomonitoramento	336	0	0	268		3.000	0	0	0	0,00%	
TOTAL							263.961.968	63.425.640	146.898.476	281.738.215	106,76%		

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados dos relatórios: Demonstrativo de Execução das Metas Físicas – 1º Quad./2018; Demonstrativo de Execução das Metas Físicas – 2º Quad./2018; Demonstrativo de Execução das Metas Físicas – 3º Quad./2018; Relatório Comparativo Orçamento com Execução Analítico – 1º Quad./2018; Relatório Comparativo Orçamento com Execução Analítico – 2º Quad./2018; Relatório Comparativo Orçamento com Execução Analítico – 3º Quad./2018.

Obs: o valor financeiro “Previsto” se refere ao valor orçado para cada subação. O valor financeiro “Realizado” se refere ao valor liquidado para cada subação.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DESPACHO DE DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

REQUERIMENTO DE COMISSÃO nº 250 / 2019

Solicitação relativa a:

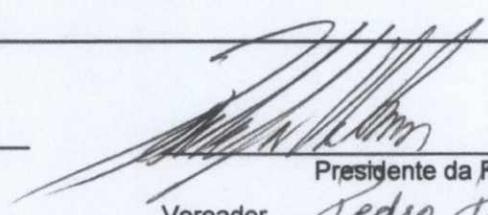
- Pedido de Informação, encaminhado por meio da Mesa
- Solicitação de Estudo Técnico à Consultoria Legislativa
- Envio de Ofício
- Apresentação de Indicação de autoria da Comissão
- Apresentação de Moção de autoria da Comissão
- Outros tipos: _____

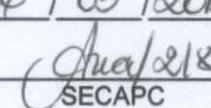
A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor deliberou por:

- adiar a apreciação do requerimento.
- rejeitar o requerimento.
- aprovar o requerimento.
- outros: _____

5ª Reunião Ordinária

Em 25 / 03 / 2019


 Presidente da Reunião
 Vereador Pedro Satius

Avulsos distribuídos em:
26 / 03 / 2019

 SECAPC

Coordenador responsável:
Fabiana / Florina
 Consultor responsável:
Iranira / Dêvio

Arquivado
 Ciência à Comissão sobre a resposta
 Em _____ / _____ / _____

 DIRLEG



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

OF. GABPREF Nº 179 /18

Belo Horizonte, 17 / 9 /2018

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 864/2018** – Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor– encaminhado pelo ofício Of. DIRLEG Nº 2.845/18, de 10/08/18.

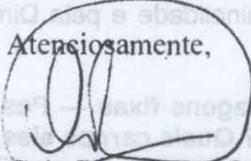
Senhor Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 864/2018, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, que solicita informações sobre os resultados dos programas relativos à Segurança Pública no Município no 1º quadrimestre de 2018.

Consultadas, a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão e a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção manifestaram-se por meio do Ofício GAB-SUPLOR/DTL-GP Nº 023/2018, e Ofício SMSP/GP nº 275/2018, acompanhado de mídia digital – CD – respectivamente, conforme cópias anexas.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,


Caio Barros Cordeiro
Diretor Técnico-Legislativo em exercício
Gabinete do Prefeito

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal
Vereador Henrique Braga
CAPITAL

AVULSOS DISTRIBUÍDOS
Em 17/09/18
2396
Responsável pela distribuição



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção

Ofício SMSP/GP nº. 275/2018

Belo Horizonte, 11 de setembro de 2018

Referência: Requerimento de Comissão nº. 864/2018 - TAG-LAI nº 85322

Senhor Diretor,

Em atenção ao requerimento de Comissão nº. 864/2018, encaminhamos as seguintes informações:

1. Programa "109 — Operacionalização dos Serviços de Segurança":

1.1. Subação "Implantação da Política de Segurança e Prevenção":

• Em que consiste a atual política de segurança e prevenção da PBH?

A Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção (SMSP) de Belo Horizonte atua na coordenação e planejamento de ações preventivas voltadas para a defesa do cidadão e do patrimônio público municipal, sendo este último representado pelas unidades de saúde, escolas, parques e praças.

O objetivo da pasta é reduzir o índice de criminalidade em Belo Horizonte, o que inclui entre suas funções também a manutenção da ordem pública e do espaço urbano, garantindo, por exemplo, a fluidez do trânsito e coibindo a ação de vendedores clandestinos, flanelinhas, pichadores e evitando a invasão de terrenos públicos municipais.

Com a finalidade de proteger e cuidar da cidade e das pessoas que nela habitam ou transitam, a SMSP coordena a Guarda Municipal de Belo Horizonte (GMBH), sendo composta também pela Subsecretaria de Qualidade e Controle, pela Diretoria do Centro Integrado de Operações de Belo Horizonte (COP-BH), pela Diretoria de Prevenção à Criminalidade e pela Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças.

• A natureza de despesa "319011 Vencimentos e vantagens fixas — Pessoal Civil", orçada em R\$ 4.985.000,00, engloba quantos servidores públicos? Quais cargos eles ocupam?

Com relação a natureza de despesa 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas, informamos que o detalhamento deverá ser solicitado à Gerência de Gestão da Folha de Pagamento, vinculada à Subsecretaria de Gestão de Gestão de Pessoas.

• A natureza de despesa "339039 Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica", orçada em R\$ 381.355,00, se refere à contratação de quais serviços? Descreva cada serviço orçado que compõe o montante referido indicando seu respectivo valor.

A natureza de despesa em questão, se refere a contratação dos seguintes serviços:

Ao Senhor
Caio Barros Cordeiro
Diretoria Técnico-Legislativa
Gabinete do Prefeito
Avenida Afonso Pena, 1212 – Centro
Belo Horizonte/MG



Serviço de Confeção em Geral (Chaves/Carimbo)	R\$ 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta reais)
Serviços de Energia Elétrica (CEMIG)	R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)
Serviços de Água e Esgoto (COPASA)	R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)
Serviços de Telecomunicações (Oi e Claro)	R\$ 5.004,00 (cinco mil e quatro reais)
Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos (Recarga de Extintores)	R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos (Serviços de Impressão – Stoque)	R\$ 41.004,00 (quarenta e um mil e quatro reais)
Condomínio (pagamento da taxa de condomínio do edifício Bolsa de Valores – Sede da SMSM)	R\$ 49.077,00 (quarenta e nove mil e setenta e sete reais)
Locação de Veículos (Coopertur e M&E Aluguel de Carros)	R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais)
TOTAL	R\$ 381.335,00 (trezentos e oitenta e um mil, trezentos e trinta e cinco reais)

• A natureza de despesa "339139 Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica", orçada em R\$ 25.000,00, se refere à contratação de quais serviços? Descreva cada serviço orçado que compõe o montante referido indicando seu respectivo valor.

No que se refere a natureza de despesa em questão, informamos que esse valor foi orçado para pagamento de aluguel do imóvel que abrigaria a Junta de Serviço Militar, porém o recurso não foi utilizado, uma vez que a JSM foi lotada no prédio do BHRsolve.

1.2. Subação "Capacitação em Estágio de Qualificação Profissional na GMBH":

• No que consiste o estágio de qualificação profissional? Qual é a ementa do curso? Em que áreas/temas os guardas serão capacitados? Qual a carga horária total da capacitação? Enviar cópia do contrato celebrado com a Pessoa Jurídica responsável por ministrar a capacitação.

O Estágio de Qualificação Profissional consiste no alinhamento e aprimoramento das práticas e conhecimentos técnicos adquiridos através da formação inicial, bem como das vivências do dia-a-dia de cada agente, sempre, com vistas à eficiência nos serviços prestados para atuarem corretamente diante do que a sociedade espera. Assim, o Estágio de qualificação Profissional, tendo como princípios norteadores os mencionados no art. 3º, da Lei 13022/2014, atende o previsto no Decreto Federal nº 5.123, de 1 de julho de 2004.

Por questões operacionais e estratégicas, o treinamento ocorre gradativamente ao longo do ano, na Sede da GMBH, por meio do Estágio de Qualificação Profissional, objetivando alcançar 100% do efetivo. Neste sentido, o primeiro quadrimestre reflete apenas a primeira etapa do referido treinamento. Complementamos ainda, que a Capacitação e Reciclagem da Guarda Municipal de Belo Horizonte, é realizada utilizando-se os meios logísticos disponíveis, ministrada preferencialmente por corpo docente composto por agentes da própria instituição, que atual como multiplicadores e repassam aos seus pares informações e conhecimentos técnicos proporcionados pela Administração Municipal, sem custo adicional.

No que se refere à Ementa, o Estágio de Qualificação tem como referência a matriz curricular nacional para as Guardas Municipais, elaborado pelo Ministério da Justiça e SENASP.

Com relação às áreas/temas em que os guardas foram capacitados, informamos que no primeiro quadrimestre do corrente ano, a Guarda Civil Municipal e a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção, proporcionou cursos, realizados pela PBH por meio das secretarias e coordenadorias, com ênfase à atuação na prevenção da violência e da criminalidade, bem como ações com foco em direitos e cidadania para mulheres, LGBT, crianças, adolescentes e jovens.



No que tange à carga horária total de capacitação, informamos que os cursos de atualização tem o objetivo de alcançar 80h/anual e são contabilizados cursos à distância oferecidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), seminários, palestras, treinamentos, bem como cursos avulsos realizados de forma presencial, concluídos no corrente ano, com pertinência temática com o cargo público efetivo/posto hierárquico da Guarda Municipal.

Por fim, informamos que, como as aulas de qualificação são ministradas pelos próprios agentes da instituição, como multiplicadores de conhecimentos técnicos, proporcionados pela Administração Municipal, bem como eventos realizados pela PBH, órgãos pertencentes ao Sistema de Defesa Social, e parcerias entre a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção e as diversas secretarias e coordenadorias do município, não temos contrato celebrado com pessoa jurídica responsável por ministrar a qualificação, para ser apresentado.

• Qual foi a razão da discrepância entre o percentual realizado da meta financeira (21,8%) e o da meta física (5,4%)?

A Meta financeira se refere ao treinamento, capacitação e avaliação, abrangendo conteúdos teóricos e práticos de manuseio de arma de fogo e uso progressivo da força, para Guardas Municipais de Belo Horizonte, com fornecimento de material didático e infraestrutura em que há contratação de empresa para ministrar a referida capacitação.

Na meta física, somente são contabilizados os Guardas Municipais que já completaram o Estágio de Qualificação Profissional, citado na questão anterior, com 80h/aula. Esse estágio é realizado durante todo o ano. Assim, mesmo que o GM tenha realizado o treinamento de tiro, mas não completou a carga horária total das 80h/aulas, não há a contabilização, para não ocorrer sobreposição.

1.3. Subação "Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte":

• A meta física dessa subação é cumulativa mensalmente? Se sim, por quê? Um equipamento público atendido durante todo o ano será contabilizado 12 vezes?

A meta é cumulativa, pois o produto trata-se da realização de Patrulhamento Preventivo Motorizado em Equipamentos Municipais. Assim, não são contabilizados os equipamentos públicos atendidos, mas sim, os patrulhamentos preventivos realizados.

O patrulhamento preventivo é o exercício da atividade de policiamento da Guarda Civil Municipal, em que é realizada a ronda em áreas propensas a atividades criminosas, utilizando-se de estratégia de emprego de efetivo a pé ou em veículo adaptado para tal função. O patrulhamento destina-se a ações realizadas em setores pré-definidos, constituindo-se em medidas preventivas e operações que viabilizem um nível satisfatório na sensação de segurança da população quando da utilização dos espaços públicos.

• A natureza de despesa "319011 Vencimentos e vantagens fixas — Pessoal Civil", orçada em R\$ 96.282.000,00, engloba quantos servidores públicos? Quais cargos eles ocupam?

Com relação a natureza de despesa 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas, informamos que o detalhamento deverá ser solicitado à Gerência de Gestão da Folha de Pagamento, vinculada à Subsecretaria de Gestão de Gestão de Pessoas.

• A natureza de despesa "339030 Material de Consumo", orçada em R\$ 1.355.000,00, compreende quais materiais? Esses materiais pretendem atender quais próprios públicos? Descrever os materiais e seu local de destinação.

A Natureza de despesa 339030 compreende os seguintes materiais: Material de Escritório (Papel A4),



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção

Material Elétrico e Eletrônico (Lâmpadas e Reatores), Material de Limpeza e Produção de Higienização (Protetor Solar), Material para Segurança Urbana (Espargidor), Peças e Acessórios para Equipamentos e Outros Materiais Permanentes, além de Outros Materiais de Consumo.

No que se refere ao Protetor Solar, esses são distribuídos aos agentes empenhados nas atividades de controle e fiscalização do trânsito.

Já o espargidor, é distribuído aos agentes da corporação objetivando o uso moderado da força quando necessário, utilizando-se de sprays incapacitantes com tecnologia não letal.

• **A natureza de despesa "339037 Locação de Mão de Obra", orçada em R\$ 440.000,00, corresponde a qual demanda? Enviar a(s) cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) responsável(is) pela prestação do(s) serviço(s).**

A natureza de despesa 339037 se refere ao contrato de Locação de Serviço de Conservação e Limpeza, com a Empresa MGS.

• **A natureza de despesa "339039 Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica", orçada em R\$ 5.270.190,00, se refere à contratação de quais serviços? Enviar a(s) cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) responsável(is) pela prestação do(s) serviço(s).**

No que tange a Natureza de Despesa 339039, informamos que trata-se de gastos com os seguintes serviços: Energia Elétrica (CEMIG), Serviços de Telecomunicações (Oi e Claro), Serviços Gráficos (Confecção de Placas e Aquisição de Capas de Processo), Locação de Veículos (Apolo e Estrela), Outros Serviços de Terceiros PJ (Avaliação Psicológica para GMBH – Empresa Perspectiva).

• **A que se refere a natureza de despesa "339093 Indenizações e Restituições", orçada em R\$ 1.816.632,00?**

A Natureza de Despesa 339033 se refere ao pagamento da Indenização de Uniformes para os integrantes da carreira da Guarda Municipal, instituído por meio da Lei nº 10.799, de 26 de Janeiro de 2015.

• **Quais equipamentos e materiais a natureza de despesa "449052 Equipamentos e Material Permanente", orçada em R\$ 1.029.694,00, pretende adquirir? Descrever os materiais, os equipamentos e seus locais de destinação.**

No que tange a Natureza de Despesa 449052, informamos que R\$1.000.000,00 se trata de abertura orçamentária para fonte de recursos vinculados. Para o período, foi realizada a captação de R\$ 217.242,81 (duzentos e dezessete mil, duzentos e quarenta e dois reais e oitenta e um centavos), por meio de Convênio Federal nº 841353/2016, que objetivou a aquisição de 58 Armas de Choque, com dispositivo Elétrico Incapacitante, SPARK Z 2.0 e 01 Equipamento de Coleta de Dados, Datakit Wi-Fi, DZ 2.0, a serem utilizadas pela Guarda Municipal em sua rotina operacional.

Já o valor de R\$ 29.694,00 será utilizado para aquisição de armamento. Deste valor, R\$ 2.179,69 já foi gasto como contrapartida do município no referido convênio.

1.4. Subação "Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito":

• **Como é quantificada a meta física (vias atendidas)? Essas vias contam com a presença permanente de guardas municipais?**

A quantificação da meta física vias atendidas se realiza por meio da contabilização das vias onde houve a presença do agente de trânsito da Guarda Municipal em determinado mês. Assim, nem toda interseção possui um Guarda Municipal fixo, uma vez que o efetivo lançado é disponibilizado de acordo com a demanda operacional.



- **Por que o número de vias atendidas foi quase três vezes superior ao previsto, ainda no primeiro quadrimestre?**

Informamos que a Guarda Municipal de Belo Horizonte, por meio da Inspetoria de Trânsito, possui a meta de atender 130 vias/ano e no primeiro quadrimestre houve uma média de atendimento de 94 vias/mês. Este número se deve às rotas da operação de fiscalização de rotativo.

Existem ainda, variações durante o período de carnaval, em função da proporção que este evento tomou nos últimos anos na capital.

- **Por que não foram orçadas despesas específicas para essa subação, tal como foi feito para a operacionalização da guarda municipal na saúde e na educação? As despesas com a atividade de controle, fiscalização e orientação no trânsito foram contabilizadas em outra(s) subação(ões)? Se sim, em quais e por qual motivo?**

As despesas desta subação foram efetivadas dentro a Subação 1.3 Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte.

1.5. Subação "Operacionalização da Guarda Municipal — GMBH na Saúde":

- **Qual a justificativa técnica para separar a operacionalização da Guarda Municipal na saúde da operacionalização em seu espectro geral? Quais as especificidades operacionais desta subação que justificam o referido desmembramento?**

Com relação a ação Operacionalização da Guarda Municipal na área da saúde, informamos que trata-se de despesas relacionadas à pagamento de vale-transporte dos Guardas Municipais que atuam no próprios municipais da área da Saúde.

- **A natureza de despesa "319011 Vencimentos e vantagens fixas — Pessoal Civil", orçada em R\$ 10.501.000,00, engloba quantos servidores públicos? Quais cargos eles ocupam?**

Com relação a natureza de despesa 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas, informamos que o detalhamento deverá ser solicitado à Gerência de Gestão da Folha de Pagamento, vinculada à Subsecretaria de Gestão de Gestão de Pessoas.

1.6. Subação "Operacionalização da Guarda Municipal — GMBH na Educação":

- **Qual a justificativa técnica para separar a operacionalização da Guarda Municipal na educação da operacionalização em seu espectro geral? Quais especificidades operacionais desta subação que justificam referido desmembramento?**

Com relação a ação Operacionalização da Guarda Municipal na área da educação, informamos que trata-se de despesas relacionadas à pagamento de vale-transporte e salário dos Guardas Municipais que atuam no próprios municipais da área da Educação.

- **A natureza de despesa "319011 Vencimentos e vantagens fixas — Pessoal Civil", orçada em R\$ 11.882.000,00, engloba quantos servidores públicos? Quais cargos eles ocupam?**

Com relação a natureza de despesa 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas, informamos que o detalhamento deverá ser solicitado à Gerência de Gestão da Folha de Pagamento, vinculada à Subsecretaria de Gestão de Gestão de Pessoas.

1.7. Subação "Operações Especiais da Guarda Municipal de Belo Horizonte — GMBH":

- **No que consistem as operações especiais da GMBH? Onde são realizadas e com qual**



objetivo? Essas operações decorrem de demandas emergenciais de intervenção da Guarda Municipal ou são ações previamente planejadas? Como foi feita a projeção dessa meta física?

No que se refere a subação Operações Especiais, informamos que o Departamento de Missões Especiais da Guarda Municipal é o setor que concentra as operações/grupamentos como: Operação Sentinela, Operação Viagem Segura, Grupamento de Fiscalização da Ordem Pública e outros grupamentos considerados especializados, devido as características de atuação e preparação prévia. Esses grupamentos também podem atuar em situações nas quais não é possível um planejamento prévio como manifestações espontâneas e outros, onde é necessário o empenho emergencial do efetivo. A meta de 700 Ordens de serviço decorre especialmente destas ações planejadas ou espontâneas, bem como do atendimento e apoio aos diversos eventos que ocorrem nesta capital rotineiramente.

1.8. Subação "Equipamentos de Proteção Individual":

• A natureza de despesa "339030 Material de Consumo", orçada em R\$ 186.723,00, compreende quais materiais? Esses materiais pretendem atender quais próprios públicos? Descrever os materiais e sua destinação.

A natureza de despesa 339030, abrange os seguintes materiais: 336 Capacetes, 340 bastões anti-tumulto, 50 escudos, 50 joelheiras, 50 cotoveleiras e extintores de incêndio, a serem utilizados na rotina operacional e em grandes eventos em que a Guarda Municipal de Belo Horizonte atua.

• Quais equipamentos e materiais a natureza de despesa "449052 Equipamentos e Material Permanente", orçada em R\$ 1.300.000,00, pretende adquirir? Esses equipamentos incluem o uniforme? Descrever os materiais, os equipamentos e sua destinação.

Com o recurso previsto na natureza de despesa 449052, a SMSP adquiriu 940 Coletes Balísticos para ser utilizados pelos Guardas Municipais, a fim de substituir os coletes que tiveram a data de validade vencida.

• Todo o efetivo da GMBH está recebendo novos equipamentos de proteção individual? Os guardas municipais já contavam com equipamentos de proteção individual até então? Se sim, qual será a destinação dos equipamentos que estão sendo substituídos?

Através dos processos de aquisições que já foram concluídos durante o primeiro quadrimestre do corrente ano aprimoramos o nosso quadro logístico de EPI's. Os equipamentos adquiridos nesse período é cautelado nas intendências de forma de revezamento, tendo em vista que não atende o efetivo total dos agentes que necessitam.

Os novos equipamentos suplementam a logística operacional já existente, atendendo assim, um maior número de agentes. Portanto, descarte de materiais só ocorre em razão de vencimento ou perda de utilidade em razão de desgastes naturais ocorridos.

• Como foi possível equipar 472 guardas sem custo algum? Como esses equipamentos foram obtidos? Foram utilizados equipamentos usados? Nesse caso, isso poderia ser contabilizado como a realização de uma meta física deste exercício?

Foram adquiridos, no primeiro quadrimestre de 2018, 50 joelheiras/caneleiras e 50 cotoveleiras, com recurso do tesouro municipal. A compra foi concluída em março/2018.

Além disso, foram adquiridas, 150 agasalhos para chuva, com recursos do tesouro, cujo processo de compra foi concluído em janeiro/2018.

Em função da realização dos eventos de carnaval, a GMBH recebeu da BELOTUR, 100 unidades de



capacetes anti-tumulto.

Equivocadamente, foi contabilizado dentro desta meta, a aquisição de espingardas, cartuchos e rádios transceptores, como itens que poderiam promover o cumprimento da meta de guardas equipados. Assim, solicitaremos a retificação dos dados informados, uma vez que, para o primeiro quadrimestre, deveremos considerar 300 guardas municipais equipados com equipamentos de proteção individual.

1.9. Subação "Escotismo na Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH":

• **A natureza de despesa "339030 Material de Consumo", orçada em R\$ 37.000,00, compreende quais materiais? Esses materiais pretendem atender quais equipamentos públicos? Descrever os materiais e seu local de destinação.**

Na referida natureza de despesa, podem ser feitas aquisições de uniformes escoteiros para atendimento às crianças, adolescente e adultos coordenadores das ações que são desenvolvidas, uma vez que o uniforme escoteiro traz o sentimento de pertencimento e traduz, através de distintivos e insígnias, as conquistas do público juvenil. Além disso, serão adquiridos materiais para serem utilizados no desenvolvimento de atividades, enriquecendo a qualidade das ações e aumentando as possibilidades, tais como cordas, material de proteção individual e de segurança (capacete, luvas, cadeirinha, mosquetão, freio, cordelete, fita tubular, polia). Esses materiais estariam disponíveis para atendimento das unidades escoteiras ligadas ao Projeto que estão sediadas nas Regionais Barreiro, Noroeste, Nordeste, Norte, Leste, Oeste e Venda Nova. Além da nova unidade a ser criada na Regional Centro Sul. Os uniformes subsidiariam a nova unidade para atender crianças e adolescentes no Morro do Papagaio e cujo trâmite para criação já está em processo. Os uniformes são adquiridos junto à União dos Escoteiros do Brasil – UEB. Neste semestre não foi possível executar nenhum processo por questões administrativas da UEB junto ao sistema de cadastro da Prefeitura de Belo Horizonte.

• **A natureza de despesa "339039 Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica", orçada em R\$ 41.000,00, se refere à contratação de quais serviços? Enviar a(s) cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) responsável(is) pela prestação do(s) serviço(s).**

Essa natureza de despesa pode ser utilizada para o pagamento da taxa de anuidade junto a UEB, para todas as pessoas inseridas no Projeto. Essa taxa anual garante a efetivação do seguro de vida e acidente e é prerrogativa para desenvolver ações e atividades no ano corrente. Não foi executado, tendo em vista a desatualização do cadastro da UEB junto ao sistema da Prefeitura. Outros serviços que podem ser contratados no decorrer do ano como a locação de ônibus para transporte dos participantes em atividades que demandam deslocamento, como os acampamentos, visitas, excursões; e ainda, há possibilidade de custear inscrições em cursos técnicos e de formação para os Guardas Municipais que coordenam o desenvolvimento das atividades/ações.

• **Como foi possível realizar quase 4 vezes a meta física prevista sem efetuar qualquer realização financeira? Se não é necessária a realização de despesas para alcance e superação da meta, por que foram orçados R\$ 78.000,00 para essa subação?**

Anualmente, a destinação de recursos financeiros ao Projeto Escotismo conduzem ao alcance das metas e objetivos estipulados. Nos anos anteriores, (2015, 2016 e 2017) o Projeto foi executado com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que facultou alcance das metas. Em 2018, pela destinação dos recursos mencionados, pretende-se subsidiar o Projeto para alcance da meta estipulada.

Reforçamos ainda, que nos meses de Janeiro a Março, foram atendidos 456 crianças/jovens. Já nos meses de abril a Julho, esse número passou para 349 crianças/adolescentes atendidos, não sendo por tanto, uma meta acumulativa.



1.10. Subação "Prevenção a Violência nas Escolas Municipais de Belo Horizonte":

- **Em que consiste a política de prevenção à violência nas escolas? Qual o foco da prevenção? Qual a metodologia aplicada? Quais estudos fundamentam a metodologia adotada?**

Informamos que a Subação "Prevenção a Violência nas Escolas Municipais de Belo Horizonte" visa assegurar a adoção de medidas voltadas à resolução de conflitos no ambiente escolar, a ser desenvolvido de forma integrada entre a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção, Guarda Municipal de Belo Horizonte e a Secretaria Municipal de Educação, objetivando, basicamente, orientar, prevenir e proteger as unidades escolares da rede municipal, no âmbito de Belo Horizonte.

São utilizadas rodas de conversas (temáticas pertinentes à faixa etária), palestras, oficinas, dia de brincar, atividades lúdicas, caminhadas preventivas entre outras.

O Grupamento de Patrulha Escolar – GPE, responsável pelo desenvolvimento destas ações, foi instituído em atenção aos projetos e programas de prevenção à violência e promoção da paz em escolas da rede municipal de ensino, em conformidade com a Lei 10.213/2011, que cria o Programa BH Trote Solidário e de Prevenção e Combate ao Bullying. Com o Advento da Lei Federal 13.022/2014, a atuação da Guarda Municipal no ambiente escolar foi reforçada, já que no inciso XVIII, art. 5º, Das Competências Específicas, estabelece que a instituição deve atuar mediante ações preventivas na segurança escolar, zelando pelo entorno e participando de ações educativas com o corpo discente e docente das unidades de ensino municipal, de forma a colaborar com a implantação da cultura de paz na comunidade local.

- **Por que há duas subações com a mesma finalidade? (A outra está no programa "prevenção social à criminalidade")**

Esta subação, cujo produto são atividades realizadas, refere-se ao trabalho que foi desenvolvido em alguma escola de BH, pelo Grupamento de Patrulha Escolar.

Já a subação que consta dentro do Programa Prevenção Social à Criminalidade, tem como foco desenvolver projetos e ações de articulação comunitária e institucional, individuais e coletivas, em espaços de altos índices de vulnerabilidade e de violência na/pela cidade, para redução da sensação de insegurança e interferência nos fenômenos próprios de produção dessas violências, em que a ação nas escolas é uma parte do programa. Mais informações sobre esse programa no item 2.

1.11. Subação "Promoção de Eventos Culturais de Interação com os Cidadãos":

- **A quais eventos culturais essa subação se refere? Onde e como ocorrem os eventos? Qual a sua finalidade?**

Esta subação se refere as atividades desenvolvidas pela Banda de Música da GMBH. Desde sua criação a Banda de Música da GMBH desenvolve um conjunto de ações e projetos junto às escolas do município e a comunidade, além de estar presente nos eventos cívicos e oficiais da Prefeitura. A Banda da Guarda Municipal de Belo Horizonte, constituída há 11 anos, desenvolve um trabalho integrador com as comunidades de Belo Horizonte.

As apresentações da Banda possibilitam um estreitamento das relações com as comunidades, permitindo a constituição de um espaço coletivo, participativo, integrador e de socialização, movimentado e embalado pela arte. A música é um elemento socializador na construção de aspectos como a disciplina, concentração, construção de grupo, atitude responsável do ser. Aspectos esses que são fundamentais para a construção de uma dinâmica social pautada na cultura da paz e no reconhecimento do direito à segurança como um direito social.

- **Como foram realizados 10 eventos sem nenhum gasto?**



O demandante que solicita a apresentação da Banda de Música da Guarda Municipal, é responsável por providenciar o transporte, que seria o gasto mais considerável nas atividades que a banda desenvolve, além de providenciar os equipamentos sonoros tais como caixa de som, mesa, microfones, dentre outros, o que justifica a ausência de gastos nesta subação.

2. Programa "242 — Prevenção Social à Criminalidade": 2.1. Subação "Prevenção à Violência nas Escolas":

• A natureza de despesa "339039 Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica", orçada em R\$ 260.000,00, se refere à contratação de quais serviços? Enviar a(s) cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) responsável(is) pela prestação do(s) serviço(s).

Com a criação da Diretoria de Prevenção Social a Criminalidade em 2017, foram envidados esforços no sentido de constituir uma Política Municipal de Prevenção Social à Criminalidade. Este esforço resultou em frentes de ações. Inicialmente teríamos uma linha de atuação focada nas escolas, entretanto a análise das variáveis sobre a violência nos remeteu para o território.

Esclarecemos que já foi solicitada a revisão da Subação "Prevenção à Violência nas Escolas" para "Prevenção à Violência nos Territórios", sendo que a ação nas escolas é uma parte do programa. O projeto territórios de prevenção à violência juvenil tem por objetivo desenvolver projetos e ações de articulação comunitária e institucional, individuais e coletivas, em espaços de altos índices de vulnerabilidade e de violência na/pela cidade, para redução da sensação de insegurança e interferência nos fenômenos próprios de produção dessas violências. Para cada território de execução serão realizadas as seguintes ações:

- Diagnóstico e Identificação de fatores de risco e proteção;
- Mapeamento das redes locais e lideranças comunitárias;
- Seleção das escolas prioritárias;
- Realização de estudos técnicos com a rede institucional;
- Seminário Comunitário;
- Encontros formativos com lideranças comunitárias e validação do pacto local de prevenção às violências;
- Celebração do pacto comunitário de prevenção às violências;
- Execução das ações e estratégias coordenadas;
- Monitoramento e avaliação do plano de ação e indicadores de resultados.

No reordenamento orçamentário realizado pela Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção essa subação teve seu recurso estabelecido em R\$147.188,29

Os recursos previstos na Subação "Prevenção à Violência nas Escolas" foram planejados para contratação de serviços técnicos especializados que promovam a prevenção social à criminalidade e às violências em territórios de maior vulnerabilidade juvenil. A SMSP definiu pela modalidade Chamamento Público que propõe uma parceria com a sociedade civil.

• A PORTARIA SMSP nº 009/2018 instituindo a Comissão de Seleção de Organização da Sociedade Civil foi publicada em 16 de julho de 2018. Cabe ressaltar que os recursos já foram aprovados pela CCG em reunião do dia 13 de agosto, o edital aguarda aprovação para publicação nos próximos dias.

• Qual a justificativa para a não execução desta subação no primeiro quadrimestre?

A Subação "Prevenção à Violência nas Escolas" está em execução desde 2017 – com as seguintes ações:

- 16 de novembro de 2017 - inscrição do Programa Territórios junto ao Conselho Municipal da Criança e Adolescente
- 11 de dezembro de 2017 - Criação do grupo de trabalho para elaborar propostas intersetoriais



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção

para prevenção à letalidade violenta de jovens e adolescentes no município.

Em 2018, conforme relatórios mensais de prestação de contas e acompanhamento enviados para cadastro no Sistema Orçamentário Financeiro – SOF pela Diretoria de Prevenção Social à Criminalidade foram executadas as ações conforme quadro abaixo.

Esclarecemos que de janeiro a março o programa executou as etapas de estruturação de suas ações e de elaboração de instrumentos legais para a contratação dos serviços.

Nesse mesmo período foi criado o Grupo de trabalho segurança nas escolas, em 29 de janeiro de 2018. O grupo se reúne toda última terça-feira de cada mês, com representação do comando da guarda e equipe de gestão da SMED.

Em 27 de junho de 2018 foi efetivada a assinatura do Pacto GISP (Grupo de gestão integrada de segurança e prevenção) pela segurança nas escolas - na mesa permanente de discussão sobre convivência escolar.

Programa/ Subação	Unidade de Medida	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho
Prevenção à violência nas escolas	Território atendido	0	0	0	0	0	0
		Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
		0	-	-	-	-	-

Observação: Programa estruturado e em fase de estabelecimento de parcerias e contratação de serviços.

Abril: Ações realizadas objetivando a implantação do programa: Visitas à comunidade; Contatos com Organizações Sociais com o intuito de constituição de uma rede local de prevenção do crime e da violência; Reuniões com a comunidade; Reuniões GISP Leste; Elaboração do pacto de prevenção da violência nas escolas; Apresentação do Pacto para o GISP Leste; Reuniões do GT Segurança da Educação – apresentação de dados; Articulação intersectorial com a SMED, SMSA, SMASAC, SMC.

Maior: Ações realizadas objetivando a implantação do programa: Visitas à comunidade; Contatos com Organizações Sociais com o intuito de constituição de uma rede local de prevenção do crime e da violência; Elaboração do pacto de prevenção da violência nas escolas.

Junho: Houve a continuidade das ações de implantação do programa que envolveram visitas às comunidades, contatos com Organizações Sociais, reunião com a SMED com a finalidade de discutir os resultados do 1º semestre.

Julho: As ações junto à comunidade foram continuadas com reuniões de articulação dos serviços e identificação de atores

• **Quantas escolas serão contempladas nessa subação?**

O Território L4, definido como prioritário para implantação do Programa Territórios, abrange os Bairros Granja de Freitas, Alto Vera Cruz, Conjunto Taquaril, Taquaril e engloba um total de 8 escolas da Rede Municipal de Ensino, sendo 5 que compreendem o 1º, 2º e 3º ciclos e 3 UMEIS.

O Diagnóstico das ocorrências registradas pela GM no interior das Escolas Municipais de 2017, produzido pela Secretária Municipal de Segurança e Prevenção revelou que as escolas com maior quantitativo de ocorrências no ano de 2017 estão localizadas no território L4. A Escola Municipal Fernando Dias Costa apresentou o maior número de ocorrências com 23, seguida pelas Escolas Municipais Doutor Júlio Soares – 21, Israel Pinheiro – 17 e Escola Municipal Professora Alcida Torres – 16. Esse diagnóstico aliado ao processo de análise de ocorrências policiais no escopo limite de 500



metros contribuiu para que essas 4 escolas sejam prioritárias nas ações que serão implantadas. No entanto todas as escolas estão dentro do escopo de atuação do programa.

Escola Municipal Doutor Júlio Soares	Sede	88	824
Escola Municipal George Ricardo Salum	UMEI Alto Vera Cruz	41	318
Escola Municipal George Ricardo Salum	Sede	78	656
Escola Municipal Professora Alcida Torres	Sede	74	798
Escola Municipal Fernando Dias Costa	Sede	82	714
Escola Municipal Doutor Júlio Soares	UMEI Granja de Freitas	44	239
Escola Municipal Israel Pinheiro	Sede	94	920
Escola Municipal Fernando Dias Costa	UMEI Taquaril	58	324

Fonte: Sistema de Gestão Escolar (SGE); 13/09/2017

• Por que a meta física se refere ao número de territórios atendidos e não ao número de escolas contempladas no município?

O programa trabalha a prevenção da violência no território e as escolas são uma porta de entrada para as ações estruturadas até o momento, mas não restritas a elas. Várias são as possibilidades de unidade de medida para a meta física como: quantidade de alunos atendidos, quantidade de escolas e quantidade de ações realizadas.

A opção por território atendido sintetiza esse conjunto de ações e pondera numa perspectiva de ampliação da política para as demais regionais ao longo dos 4 anos de vigência do PPAG 2018-2022. Considerou-se também o fato de que a unidade de medida territórios subentende todas as outras unidades de medidas como: alunos atendidos, escolas atendidas, ações desenvolvidas, reuniões realizadas, rondas realizadas entre outras.

2.2. Subação "Prevenção à Criminalidade Juvenil":

• Que ações concretas estão sendo tomadas para prevenção à criminalidade juvenil? Houve mudanças na estratégia da Prefeitura e da Guarda Municipal para prevenção à criminalidade juvenil? Se sim, quais foram as principais mudanças? (Ver com a Guarda)

O Programa de Prevenção à Criminalidade Juvenil é uma política complexa e absolutamente nova para a gestão pública municipal. A principal ação para esse momento de seu estabelecimento, é a construção de uma agenda de articulação e responsabilização com a estratégia dos agentes sociais e políticos que estarão diretamente envolvidos no desenvolvimento desse programa.

Até o presente momento foram executadas concretamente as seguintes ações, conforme relatórios mensais de prestação de contas e acompanhamento enviados para cadastro no Sistema Orçamentário Financeiro – SOF, pela Diretoria de Prevenção Social à Criminalidade, de acordo com o quadro abaixo. Esclarecemos que de janeiro a março o programa executou as etapas de estruturação de suas ações e de elaboração de instrumentos legais para a contratação dos serviços.

No primeiro quadrimestre destacam-se as ações executadas de implantação do Grupo de Trabalho Letalidade, instituído por meio do Decreto nº 16.795 de 11/12/2017, composto por servidores das Secretarias de Saúde, Esporte e Lazer, Cultura, Educação e Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, coordenado pela Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção, com o objetivo de elaborar um Plano Municipal de Prevenção à Letalidade de Jovens e adolescentes.



Além da constituição de um grupo qualificado, num esforço conjunto para tentar diminuir em 50% a taxa de homicídios nos próximos 10 anos, o poder executivo assinou uma Carta de Intenções com o Instituto Igarapé aderindo a campanha Instinto de Vida. Essa adesão à campanha está possibilitando uma articulação para elaborar um sistema de dados para compreender e prevenir fatores que coloque o jovem/adolescente vulnerável a morte por homicídio. O Banco de Dados sobre a letalidade permitirá maior assertividade na condução da política e permitirá o início do monitoramento de jovens identificados como em risco de morte no Território L4.

Para que a implantação da política seja assertiva, durante segundo semestre de 2017 e o primeiro de 2018 foi realizada uma pesquisa que resultará em um diagnóstico com dados quantitativos sobre a realidade dos homicídios dos munícipes da faixa etária de 15 a 29 anos. Os dados qualitativos que foram colhidos em escuta ativa de adolescentes que se encontravam abrigados em cumprimento de medidas do sócio educativo em regime semi-aberto. Dessa escuta foram extraídos dados qualitativos sobre a relação desses adolescentes com a criminalidade e a convivência com o risco de morte ocasionada por homicídio. Esse trabalho foi realizado em todas as Unidades sediadas na cidade. O diagnóstico está em processo de revisão.

Programa/ Subação	Unidade de Medida	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho
Prevenção à criminalidade juvenil	Programa implantado	0	0	0	0	0	0
		Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
		0	-	-	-	-	-

Observação: Programa estruturado e em fase de estabelecimento de parcerias e contratação de serviços.

Abril: Implantação do GT Letalidade; estruturação de parceria com o Instituto Igarapé para formulação de Plano diminuição da letalidade juvenil.

Mai: Reunião do Grupo de Trabalho Letalidade.

Junho: Os trabalhos do Grupo de Trabalho Letalidade foram continuados e foi realizada reunião com o instituto Igarapé com o intuito de constituir uma plataforma de dados da prevenção.

Julho: Considerando a metodologia constituída para o programa já foram realizadas articulações com parceiros institucionais para definição da porta de entrada do público do programa e os primeiros jovens identificados como em situação de risco já estão sendo acompanhados.

• A natureza de despesa "339039 Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica", orçada em R\$ 51.000,00, se refere à contratação de quais serviços? Enviar a(s) cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) responsável(is) pela prestação do(s) serviço(s).

No reordenamento orçamentário realizado pela Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção essa subação teve seu recurso redimensionado de R\$ 51.000,00 para R\$164.811,71

Os recursos previstos na Subação "Prevenção à Criminalidade Juvenil" foram planejados para contratação de serviços técnicos especializados que promovam a prevenção social à criminalidade e às violências em territórios de maior vulnerabilidade juvenil. A SMSP optou pela modalidade Chamamento Público que propõe uma parceria com a sociedade civil.

• A PORTARIA SMSP Nº 009/2018 instituindo a Comissão de Seleção para seleção de Organização da Sociedade Civil foi publicada em 16 de julho de 2018. Cabe ressaltar que os recursos já foram



aprovados pela CCG em reunião do dia 13/08/2018 e o edital aguarda aprovação para publicação nos próximos dias.

• **Qual a justificativa para a baixa execução desta subação no primeiro quadrimestre (apenas 1,8% do valor orçado)?**

Os valores gastos até o momento são relativos às despesas com serviços de apoio ao processo de construção da agenda de articulação e responsabilização política efetivados com os diversos atores sociais envolvidos. As demais ações concretizadas até o momento foram viabilizadas com recursos de custeio/pessoal previstos na subação de infraestrutura e pessoal da SMSP. Os recursos adicionais previstos para a contratação de serviços são objeto de contratação que está em curso na SMSP.

• **Quantos jovens serão contemplados nessa subação?**

Em conformidade com a metodologia de trabalho definida, em cada território de intervenção serão estruturadas equipes de trabalho com 01 Articulador Político Metodológico, 03 Orientadores Sociais e 02 Estagiários, que serão responsáveis por trabalhar com quantitativo de 15 jovens identificados como em situação de risco de morte no território. Os recursos previstos para 2018 respondem pela contratação de uma equipe de trabalho para o Território L4 com atendimento a 15 jovens.

• **Por que a meta física se refere ao número de programas implantados nas 9 regionais e não ao número de jovens participantes ou contemplados por esses programas?**

O programa "Prevenção à Criminalidade Juvenil" tem o jovem atendido como uma forma possível de mensuração das entregas para a sociedade, no entanto a abrangência do programa extrapola somente a ação com o jovem, por envolver toda uma rede pública de ofertas de apoio e ações com capacidade de influenciar a realidade desse indivíduo.

Ponderamos que adotar a unidade de medida jovem atendido poderia impactar futuramente em restrições na abrangência metodológica do projeto, já que um encaminhamento seria o suficiente para alcançar o resultado estipulado. Por considerar que para além dos jovens com risco eminente, o programa terá uma atuação direta com as famílias, mães, a escola, comunidades, constituição de instrumentais como banco de dados, redes de proteção, protocolos de atendimento junto a instituições que atendem o jovem em risco, foi adotada a unidade de medida programas implantados.

A definição por programa implantado atentou para uma unidade que propiciasse a ampliação da política, com vista à redução do número de jovens em risco. Cabe ressaltar que a redução do número de jovens em situação de risco será o principal indicador da efetividade da política, sendo de fundamental importância, nesse momento, a ampliação do seu escopo de atuação.

2.3. Subação "Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas":

• **No que consiste essa subação? Como são realizadas as mediações de conflito? Qual a metodologia aplicada no processo de mediação? Como se dão as ações de práticas restaurativas?**

Inicialmente, quando do primeiro planejamento da Diretoria de Prevenção Social à Criminalidade em 2017, foi feita uma proposta para implantação de Núcleos de Mediação que sofreu um rigoroso ajuste orçamentário ainda no seu nascedouro, visto que a proposta orçamentária da SMSP extrapolava o teto de crescimento dentro do proposto pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão. A implantação de cada um dos Núcleos exigiria, no mínimo, um valor de R\$113.000,00. Esses valores foram planejados para viabilizar despesas com formação da equipe, aquisição de infraestrutura de capital e custeio. Os gastos com pessoal foram planejados no montante geral das despesas com pessoal da SMSP. Mesmo diante dessa decisão a DCRI vem empenhando esforços no amadurecimento da metodologia.



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção

Assim foi necessário replanejar a Subação "Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas" no PPAG 2018/2022 para trabalhar a prevenção social à criminalidade junto com a Guarda Municipal, numa perspectiva de atuação ampliada de Segurança e Prevenção. A proposta teve como prioridade a constituição e uma prática de mediação através da atuação da Guarda Municipal em conflitos cotidianos vivenciados interna e externamente na instituição. Para que essa experiência pudesse ser institucionalizada foram pensadas ações de formação, a constituição de um Núcleo de Promoção de Direitos e Mediação de Conflitos, e a elaboração de um projeto de mediação para GM contratualizado com o Governo para ser apresentado em 30/09/2018.

Por considerar uma ação estruturante para a política de prevenção, a DCRI mantém a proposta de institucionalizar um projeto de mediação e para tanto investe na formação em mediação de conflitos da Guarda Municipal. Como resultado desse investimento entre os dias 24 e 28 de setembro o Ministério Público de Minas Gerais através da Escola Superior do Ministério Público de Minas Gerais irá formar 35 agentes da Guarda Municipal nos preceitos da Justiça restaurativa e mediação de conflitos.

Além da ação de formação da Guarda Municipal foi constituído em 10 de abril de 2018 o Núcleo de Mediação e Promoção dos Direitos da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção e em 08 de agosto foi implantado o grupo de mulheres do Granja de Freitas.

• Como são selecionados os casos em que haverá mediação de conflitos e práticas restaurativas? Qual é o critério de seleção dos atendidos?

Inicialmente a entrada para o programa seria os boletins de intervenção da Guarda Municipal e encaminhamentos de toda a rede sócio-assistencial do município que se depara com ações de violência contra a mulher e idoso.

• Quantos profissionais serão responsáveis pela execução desta subação? Qual a formação prevista para esses profissionais que irão atuar como mediadores?

Para o Projeto inicial, foi planejada uma equipe de 8 profissionais, sendo 1 do direito e 3 das diversas áreas do conhecimento, mas com foco nas ciências humanas, 1 guarda municipal e 2 administrativos por núcleo implantado. O planejado pela SMSP os núcleos teriam a participação da sociedade civil por meio de cidadãos voluntários no trabalho da mediação. Seriam voluntários da própria comunidade.

O Núcleo de Mediação e Promoção dos Direitos da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção é formado pela Diretoria de Prevenção (coordenação), GMBH (20 representantes, 1 representante da Diretoria de Saúde do Trabalhador da SMSP e 1 representante da Corregedoria da GMBH.

• Quantas pessoas/famílias serão contempladas nessa subação? Os núcleos a serem implantados serão dimensionados para atender quantos casos por ano cada um?

Não se aplica já que os Núcleos nas comunidades não serão implantados. Nas escolas, onde está sendo implantado o programa de Justiça restaurativa para mediar conflitos, o atendimento no primeiro semestre de ocorrências no interior das escolas foi de 224 casos.

• A natureza de despesa "339039 Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica", orçada em R\$ 51.000,00, se refere à contratação de quais serviços? Enviar a(s) cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) responsável(is) pela prestação do(s) serviço(s).

No reordenamento orçamentário realizado pela Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção essa subação teve seu recurso estabelecido em R\$30.000,00

Os recursos previstos na Subação "Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas" foram planejados para contratação de serviços técnicos especializados que promovam a prevenção social à



criminalidade e às violências em territórios de maior vulnerabilidade juvenil. A SMSP optou pela modalidade Chamamento Público que propõe uma parceria com a sociedade civil.

A PORTARIA SMSP Nº 009/2018 instituindo a Comissão de Seleção para seleção de Organização da Sociedade Civil foi publicada em 16 de julho de 2018. Cabe ressaltar que os recursos já foram aprovados pela CCG em reunião do dia 13 de agosto, o edital aguarda aprovação para publicação nos próximos dias.

• Qual a justificativa para a não execução desta subação no primeiro quadrimestre?

Conforme relatório de prestação de contas mensal elaborado pela DCRI a ação de mediação vem sendo realizada com restrições orçamentárias, conforme quadros abaixo.

Relatório Mensal de Prestação de Contas PPAG metas DPSC – janeiro e fevereiro - 2018

Prevenção à violência nas escolas	Território atendido	0	0	Programa estruturado e em fase de estabelecimento de parcerias e contratação de serviços
Prevenção à criminalidade juvenil	Programa implantado	0	0	Programa estruturado e em fase de estabelecimento de parcerias e contratação de serviços
Mediação de conflitos e práticas restaurativas	Núcleo implantado	0	0	Atividade sem dotação orçamentária

Solicitamos a revisão dos quantitativos das metas físicas aprovados na Lei Orçamentária, tendo em vista a proposta enviada por essa Diretoria que considerou uma escala de implantação das atividades gradual e em conformidade com o orçamento.

Considerando as negociações com a Secretaria de Planejamento para a elaboração do projeto Estratégico de Prevenção à Criminalidade, enviamos abaixo o que efetivamente está na pauta para execução conforme segue.

Programa/ Subação	Unidade de Medida	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho
Mediação de conflitos e práticas restaurativas	Núcleo implantado	0	0	0	0	0	0
		Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
		0	-	-	-	-	-

Observação: Atividade sem dotação orçamentária.

Abril: Em 10 de abril de 2018, composição do Núcleo de Mediação e Promoção dos Direitos da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção.

Maior: Participação do núcleo em audiência pública na Câmara Municipal de Belo Horizonte em 16/05 com a finalidade de esclarecer as diretrizes elaboradas para a política; Em 17/05 reunião com a subsecretaria de Direitos e Cidadania para diretrizes de formação na área de direitos humanos; Reunião com o Núcleo para discutir a prevenção da violência contra a mulher.

Junho: Os trabalhos do Núcleo de Mediação e Promoção dos Direitos da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção foram continuados com as reuniões ordinárias, bem como foram realizadas reuniões extraordinárias com a SMASAC e no CRAS Granja de Freitas.

Julho: Em julho foi realizada a primeira atividade externa da ação de mediação com a realização do

Handwritten signature



Projeto Mães do Alto.

- O valor de R\$ 53.000,00, orçado para essa subação, será suficiente para a Implantação de nove núcleos de mediação de conflitos em 2018?

Não, conforme levantamento realizado quando da elaboração orçamentária o valor necessário sem pessoal efetivo seria da ordem de R\$113.000,00.

- Após a implantação dos nove núcleos previstos para 2018, com quais recursos serão custeadas as despesas dos mesmos?

A implantação dos núcleos significaria a sua inclusão no sistema municipal de prevenção a violência com base territorial e as despesas de custeio da SMSM seriam absorvidas no custeio de pessoal, com aluguel, água, luz, material de consumo e no investimento com despesas focadas na qualificação da sociedade civil e dos profissionais designados.

3. Programa "302 — Belo Horizonte Cidade Inteligente":

4.1. Subação "Gerenciamento do Centro de Operações do Município - COP":

- A natureza de despesa "339037 Locação de Mão de Obra", orçada em R\$ 675.000,00, corresponde a qual demanda? Enviar a(s) cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) responsável(is) pela prestação do(s) serviço(s).

A natureza de despesa "339037 Locação de Mão de Obra" refere-se a contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza e conservação, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais de limpeza e equipamentos, bem como de serviços de apoio administrativo e operacional. O contrato em vigor atualmente foi firmado com a empresa MGS, conforme cópia anexa.

- A natureza de despesa "339039 Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica", orçada em R\$ 1.595.424,00, se refere à contratação de quais serviços? Enviar a(s) cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) responsável(is) pela prestação do(s) serviço(s).

Estão acobertados na natureza da despesa "339039 Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica" os seguintes serviços: Serviço de Telefonia (Telemar, Claro), Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos (Ar condicionado - Airtemp, Elevador - Módulo, Subestação - Engevolt), Serviço de Cópias e Reprodução de Documentos (Stoque), Limpeza e Conservação (Desinsetização e desratização - Ddtiza), Serviço de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional (Cartão combustível para gerador-Ticket), Locação de Veículos (Coopetur) e Despesas de Pronto Pagamento (Adiantamento Financeiro). Segue em anexo a cópia dos contratos citados.

4.2. Subação "Implantação de Soluções Tecnológicas":

- Quais são as soluções tecnológicas previstas para implantação?

O COP-BH pretende implantar sistemas informatizados e soluções de monitoramento do espaço público da capital, de forma a potencializar o trabalho das instituições municipais que atuam nesta unidade integrada e, conseqüentemente, prestar melhores serviços à população.

Nessa perspectiva, está prevista a implantação de sistema transacional, para registro e gestão do atendimento integrado de ocorrências que são tratadas na Sala de Controle Integrado - SCI do COP-BH. Também está prevista a implantação de solução de compartilhamento dos dados capturados por radares de trânsito, para recuperação de veículos furtados e roubados. Ainda no tocante a soluções de tecnologia da informação, estão sendo prospectadas no mercado, alternativas de solução integradora que elevem o patamar de gestão sobre os problemas públicos de Belo Horizonte. Tais solução



permitirão, em linhas gerais, a integração de dados e imagens de ocorrências atendidas pelos órgãos presentes no COP-BH, o que abrange o monitoramento inteligente da cidade, com emissão de alertas e a produção de informações gerenciais sobre os problemas de segurança, fiscalização, mobilidade, defesa civil, emergência em saúde, limpeza urbana, serviços urbanos, etc.

Em relação às soluções de monitoramento do espaço público, foram adquiridas 45 câmeras de videomonitoramento e será contratada a instalação do sistema de videomonitoramento do Conjunto Arquitetônico da Orla da Lagoa da Pampulha.

4.3. Subação "Desenvolvimento e Implementação de Protocolos de Atuação Integrada":

• **A meta física dessa subação se refere a quais simulados? Como e quando eles foram realizados? O que foi testado por meio desses simulados? Quais foram os resultados obtidos nos mesmos?**

O Protocolo de Atuação Integrada é uma ferramenta que descreve as ações gerenciadas pela Sala de Controle Integrado (SCI). Inicialmente foram aprovados os protocolos de Botão de Pânico e de mobilidade. Trata-se da rotina da SCI e os referidos simulados nada mais são do que as práticas rotineiras que a sala já está acostumada a gerir. O Protocolo de Atuação Integrada é a formalização e validação dos procedimentos com aceite pelas instituições participantes das ações.

• **Como foi possível a realização dessa subação sem nenhum gasto?**

Inicialmente pensou-se que, para a realização dessa ação, era necessário recursos para adquirir ferramentas que contribuíssem na confecção de maneira mais técnica o trabalho. Como o recurso não foi adquirido, utilizou-se ferramentas livres, porém como menos recursos.

• **No que consistem os Protocolos de Atuação Integrada de que trata essa subação? Quais ações/atividades/serviços estão sendo integrados por meio desses protocolos?**

A principal intenção ao escrever essa dinâmica de trabalho é orientar e, cada vez mais, melhorar o emprego operacional, otimizando os recursos empregados e reduzindo o impacto que os eventos produzem na mobilidade em Belo Horizonte.

É ainda, intenção desse documento, contribuir para o desenvolvimento do COP-BH à Centro Integrador, Coordenador e Inteligente, que dentro da metodologia de classificação de níveis de maturidade, o COP-BH, ainda figura como Centro Facilitador. O desafio é desenvolvê-lo, otimizando a utilização dos recursos das diversas instituições na pronta resposta ágil e resolutiva, na prevenção e na predição de problemas públicos de segurança, ordem pública, mobilidade, serviços urbanos, defesa civil, emergência em saúde, dentre outros.

A estrutura desse documento está orientada em, de maneira ampla, um Protocolo de atuação Integrada, onde se contempla uma visão acerca da metodologia utilizada, os objetivos gerais e específicos do documento, conceitos e definições que aparecem ao longo do documento, a descrição das naturezas tratadas, a competência legal de cada instituição, a matriz de responsabilidade das instituições, dividida em responsabilidades comuns e responsabilidades específicas, o Procedimento Operacional Integrado (POI), que são as ações em si e o fluxograma das ações esperadas de cada instituição frente ao problema.

O POI é dividido três partes, um quadro descrevendo as ações dentro do evento, uma ilustração para classificação de prioridade do atendimento das ocorrências e uma tabela sobre liderança situacional.

• **Considerando que a meta física dessa subação já foi 100% alcançada ainda no primeiro quadrimestre de 2018, isso significa que os Protocolos de Atuação Integrada já estão plenamente desenvolvidos e implementados? Se não, em que fase se encontra seu desenvolvimento e/ou implementação?**

O Protocolo que foi considerado contempla somente uma das faces dos serviços geridos pela SCI,



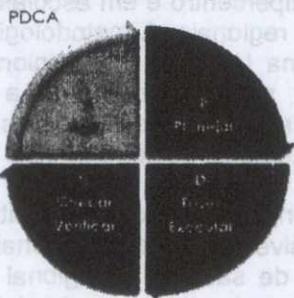
portanto é necessária ainda a confecção das outras frentes de trabalho do COP-BH, tais como serviços urbanos, defesa civil, segurança pública e outros.

4.4. Subação "Implementação da Metodologia de Gestão Integrada Baseada em Metodologia de Solução de Problemas":

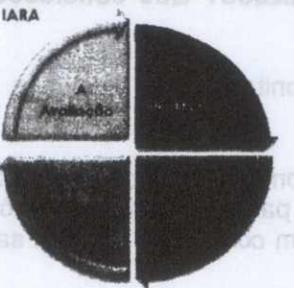
- Em que consiste a metodologia de gestão integrada para solução de problemas que está sendo implementada pela PBH?

A Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção - SMSP, por meio do Centro Integrado de Operações de Belo Horizonte - COP-BH e da Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH, iniciou, de forma inovadora na capital, a metodologia GISP – Gestão Integrada de Segurança e Prevenção. Este processo de trabalho está baseado em metodologias de solução de problemas e gestão de resultados aplicados à segurança e à ordem pública.

Em resumo, O GISP é uma metodologia de trabalho para integração do planejamento e implementação de ações para solução de problemas públicos de Belo Horizonte, especialmente de criminalidade e violência. Tal metodologia se baseia no PDCA (do inglês: *plan, do, check and act*), método de gestão organizado em quatro passos, de planejar, fazer, checar e agir, que visam controlar e melhorar continuamente processos organizacionais e produtos.



O GISP também encontra baliza no método IARA (Identificação, análise, resposta e avaliação) ou SARA (do inglês: *scanning, analysis, response and assessment*), desenvolvido por policiais e pesquisadores no projeto *Newport News*, como parte do Policiamento Orientado para o Problema, na década de 1970, nos Estados Unidos da América - EUA. Esse é um modelo de solução de problemas que pode ser utilizado para lidar com o problema do crime e da desordem.



Outra teoria que inspira esse trabalho e que se relaciona com a ideia de desordem como fator de elevação dos índices de criminalidade, é a Teoria das Janelas Quebradas ou "*Broken Windows Theory*". Tal teoria, constituída em 1980, aborda que a desordem e a degradação de um ambiente, o descaso, a falta de autoridade, de normas, impulsiona mais comportamentos desordeiros, por exemplo, uma janela quebrada de um automóvel ou de uma fábrica. Nesse sentido, se não forem reprimidos, os pequenos delitos ou contravenções, acabam conduzindo, inevitavelmente, a condutas criminosas mais graves.

Tais métodos internacionais foram adaptados à realidade da PBH e serviram para orientar o presente trabalho, que segue o seguinte percurso metodológico:



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção

- a) Identificação e priorização de problemas e indicadores;
- b) Análise das causas dos problemas prioritários;
- c) Elaboração, validação e execução de Plano de Ação;
- d) Monitoramento e avaliação do plano de ação e indicadores.

• Como foi possível realizar 89% da meta física sem gastar nada dos R\$50.000,00 inicialmente orçados? Qual a finalidade desse valor?

A metodologia, enquanto processo de trabalho de realizar diagnósticos e reuniões de planejamento e avaliação, não consome recursos. Quando da concepção do planejamento orçamentário, cogitou-se algum gasto, porém não foi necessário, sendo passível de remanejamento para outras ações.

• Quais são os dezoito territórios selecionados para monitoramento? Destes, quais são os dois que ainda não estão sendo monitorados?

Na realidade a PBH é dividida em nove regionais e, quando do planejamento do PPAG, cogitou-se implantar este projeto em duas localidades ou problemas públicos por regional.

Na prática, entendeu-se como mais interessante ter experiências de articulação entre órgãos para resolver problemas junto a unidades de saúde, parques, no Hipercentro e em escolas. Nesse sentido, foram escolhidos problemas públicos a serem tratados em 4 regionais. A metodologia foi implantada para melhorar a segurança no Hospital Odilon Behrens e na UPA/NO, da Regional Noroeste; no Parque Fazenda Lagoa do Nado, da Regional Pampulha; para reduzir roubo a transeuntes no Hipercentro, da Regional Centro Sul; e para melhorar a segurança em quatro escolas (Israel Pinheiro, Fernando Dias Costa, Dr. Júlio Soares e Levindo Lopes), da Regional Leste.

No âmbito da discussão da segurança nos equipamentos públicos supracitados, ações e encaminhamentos foram planejados e implementados, inclusive para outras regionais. Por exemplo, estratégias pensadas para as supramencionadas unidades de saúde da Regional Noroeste foram tomadas como boas práticas para outras unidades de outras regionais, o que também ocorreu junto aos parques municipais.

• No que consiste o monitoramento a que se refere a meta física dessa subação? Como se dá esse monitoramento? Que situações/ocorrências/ fatos são monitorados dessa forma? Quais foram os resultados decorrentes do monitoramento realizado? Que conclusões puderam ser obtidas a partir desse monitoramento?

No âmbito da metodologia GISP, quando se trata de monitoramento, há duas dimensões: são monitorados indicadores e ações.

O monitoramento de indicadores é, em boa parte, realizado com base nas ocorrências registradas pela Guarda Municipal. O monitoramento de ações é realizado a partir de contatos telefônicos e reuniões para obter o *status* quanto ao andamento das ações, se foram concluídas ou para saber como está o andamento, em contraposição ao planejamento.

São monitorados, por exemplo, roubos, furtos, conflitos, além das próprias ações planejadas.

Quanto a resultados e conclusões, ainda é cedo para tal avaliação, pois o projeto ainda está em andamento. Contudo, exemplificamos com algumas considerações sobre o GISP da Regional Noroeste, aplicado sobre o Hospital Odilon Behrens e a UPA/NO.

Quando se fala em segurança municipal de um Hospital ou de uma Unidade de Pronto Atendimento - UPA, a primeira coisa que vem à mente é colocar um guarda municipal para tomar conta da unidade. Isso é importante? Claro! E a Prefeitura de Belo Horizonte tem agido desta forma. Porém, esta é uma "resposta simples" para um problema de muitas causas, assim como ocorre com a maioria dos



problemas de segurança. Portanto, enfrentar o problema com mais vigias e viaturas é, muitas vezes, apenas parte da solução.

Nesse contexto e para essas unidades, foram elaborados diagnósticos, que apontaram problemas de furtos, roubos e conflitos. Ao se aprofundar na análise dos problemas e de suas causas, várias iniciativas foram planejadas e implantadas, tanto para melhorar a segurança quanto o próprio serviço de saúde prestado. Nesse trabalho integrado, a SMSP aprimorou o patrulhamento e monitoramento pela Guarda Municipal, com guardas fixos, adequação de câmeras, viaturas de apoio e treinamentos. Além disso e de forma inovadora, houve um olhar das duas Secretarias sobre o ambiente e os serviços prestados. Intervenções sobre iluminação, população em situação de rua, obras e a distribuição de folhetos com dicas de autoproteção contra furtos de objetos pessoais para os usuários são exemplos de intervenções planejadas e/ou já executadas.

Também na lógica de atacar a raiz dos problemas, identificou-se que muitos conflitos ocorriam por insatisfação dos usuários com o tempo de atendimento. Nesse sentido, a SMSA, em janeiro de 2018, disponibilizou ao usuário da UPA/NO informação de tempo estimado de espera, por atendimento médico por especialidade médica, no monitor de chamada para atendimento. Além disso, neste mesmo período, um funcionário da Saúde passou a melhor orientar os usuários da UPA/NO. Em última instância, foi reorganizado o fluxo de atendimento, o que implicou na redução do tempo de espera pelo atendimento e, conseqüentemente, no número de conflitos mediados pela Guarda Municipal.

4.5. Subação "Instalação de Circuito Interno de Televisão - CFTV em Equipamentos Municipais":

• Em quais equipamentos municipais serão instalados circuitos internos de televisão? Quais critérios estão sendo utilizados para escolha desses equipamentos públicos?

Foram elencados 120 equipamentos públicos municipais para a instalação de equipamentos de monitoramento eletrônico e imagens. O critério adotado foi a quantidade de crimes registrados nos Boletins de Intervenção da Guarda Municipal de Belo Horizonte no interior dos equipamentos públicos e foram assim distribuídos:

- 50 (cinquenta) escolas municipais;
- 50 (cinquenta) unidades de saúde municipais;
- 20 (vinte) unidades de assistência social municipais.

Tabela - Ocorrências de crimes no interior de próprios municipais - 2017

Tipo Próprio	de	Nome da Unidade	Regional	Total
ESCOLA		FERNANDO DIAS COSTA	LESTE	21
ESCOLA		DOUTOR JULIO SOARES	LESTE	17
ESCOLA		ISRAEL PINHEIRO	LESTE	16
ESCOLA		PROFESSORA ALCIDA TORRES	LESTE	14
ESCOLA		PADRE EDEIMAR MASSOTE	NOROESTE	13
ESCOLA		EDITH PIMENTA DA VEIGA	BARREIRO	12
ESCOLA		PROFESSOR TABAJARA PEDROSO	VENDA NOVA	11
ESCOLA		FRANCISCO CAMPOS	NORTE	11
ESCOLA		LEVINDO LOPES	LESTE	11
ESCOLA		OSWALDO CRUZ	OESTE	10
ESCOLA		JARDIM LEBLON	VENDA NOVA	10
ESCOLA		UNIAO COMUNITARIA	BARREIRO	10
ESCOLA		DESEMBARGADOR LORETO RIBEIRO DE ABREU	NORTE	9
ESCOLA		SALGADO FILHO	OESTE	9
ESCOLA		PADRE MARZANO MATIAS	VENDA NOVA	9



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção

ESCOLA	GERALDO TEIXEIRA DA COSTA	VENDA NOVA	9
ESCOLA	FRANCISCO BRESSANE DE AZEVEDO	NORDESTE	8
ESCOLA	SAO RAFAEL	LESTE	8
ESCOLA	PEDRO ALEIXO	BARREIRO	8
ESCOLA	FRANCISCO MAGALHAES GOMES	NORTE	8
ESCOLA	PROFESSOR PEDRO GUERRA	VENDA NOVA	8
ESCOLA	AURELIO PIRES	PAMPULHA	8
ESCOLA	MARIA DA ASSUNCAO DE MARCO	NORDESTE	8
ESCOLA	PROFESSORA MARIA MAZARELLO	NORDESTE	7
ESCOLA	WLADIMIR DE PAULA GOMES	LESTE	7
ESCOLA	MESTRE ATAIDE	OESTE	7
ESCOLA	MARLENE PEREIRA RANCANTE	PAMPULHA	6
ESCOLA	HERBERT JOSE DE SOUZA	NORTE	6
ESCOLA	MURILO RUBIAO	NORDESTE	6
ESCOLA	HONORINA DE BARROS	NOROESTE	6
ESCOLA	SANTOS DUMONT	LESTE	6
ESCOLA	MONSENHOR ARTUR DE OLIVEIRA	NOROESTE	6
ESCOLA	ANNE FRANK	PAMPULHA	6
ESCOLA	MINERVINA AUGUSTA	NORTE	6
ESCOLA	PROFESSOR JOAO CAMILO DE OLIVEIRA TORRES	NOROESTE	5
ESCOLA	IMACO	CENTRO SUL	5
ESCOLA	IGNACIO DE ANDRADE MELO	PAMPULHA	5
ESCOLA	AGENOR ALVES DE CARVALHO	NORDESTE	5
ESCOLA	PROFESSOR EDGAR DA MATTA MACHADO	NORDESTE	5
ESCOLA	HUGO PINHEIRO SOARES	NORDESTE	5
ESCOLA	DULCE MARIA HOMEM	BARREIRO	5
ESCOLA	PAULO MENDES CAMPOS	CENTRO SUL	5
ESCOLA	PROFESSORA ALICE NACIF	PAMPULHA	5
ESCOLA	PREFEITO AMINTHAS DE BARROS	OESTE	5
ESCOLA	MESTRE PARANHOS	CENTRO SUL	5
ESCOLA	MILTON CAMPOS	VENDA NOVA	5
ESCOLA	PRESIDENTE JOAO PESSOA	CENTRO SUL	5
ESCOLA	ARTHUR GUIMARAES	NOROESTE	4
ESCOLA	PADRE FRANCISCO CARVALHO MOREIRA	LESTE	4
ESCOLA	ACADEMICO VIVALDI MOREIRA	NORTE	4
UPA	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS CENTRO SUL	CENTRO SUL	25
UPA	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS VENDA NOVA	VENDA NOVA	23
UPA	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS NOROESTE II	NOROESTE	21
UPA	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS LESTE	LESTE	19
UPA	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS OESTE	OESTE	18
UPA	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS BARREIRO	BARREIRO	14
CS	OSWALDO CRUZ	CENTRO SUL	13
UPA	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS PAMPULHA	PAMPULHA	12
CS	INDEPENDENCIA	BARREIRO	11



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção

UPA	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS NORDESTE	NORDESTE	11
UPA	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS NORTE / PAM	NORTE	11
CS	SÃO FRANCISCO	PAMPULHA	11
CS	ERMELINDA	NOROESTE	10
CS	GENTIL GOMES	NORDESTE	9
CS	TIA AMANCIA	CENTRO SUL	9
CS	CAFEZAL	CENTRO SUL	9
CS	PADRE TIAGO	PAMPULHA	9
CS	CARLOS CHAGAS	CENTRO SUL	8
CS	CACHOEIRINHA	NORDESTE	8
CS	PADRE JOAQUIM MAIA	PAMPULHA	8
CS	GLORIA	NOROESTE	7
CS	HORTO	LESTE	7
CS	VENDA NOVA	VENDA NOVA	7
CS	ANDRADAS	VENDA NOVA	7
CS	SÃO BERNARDO (AMELIA ROCHA DE MELO)	NORTE	6
CS	SÃO PAULO	NORDESTE	6
CS	OLAVO ALBINO CORREIA	NORDESTE	6
CS	JARDIM LEBLON	VENDA NOVA	6
CS	CICERO IDELFONSO	OESTE	6
CS	ALCIDES LINS	NORDESTE	6
CS	VILA MARIA	NORDESTE	6
CS	NAZARE	NORDESTE	6
CS	CIDADE OZANAN	NORDESTE	5
CS	MARIANO DE ABREU	LESTE	5
CS	VISCONDE RIO BRANCO	VENDA NOVA	5
CS	APARECIDA	CENTRO SUL	5
CS	N. S. CONCEICAO / PADRE TARCISIO	CENTRO SUL	5
CS	JOAO PINHEIRO	NOROESTE	5
CS	VERA CRUZ	LESTE	5
CS	LAJEDO	NORTE	5
CS	MARCO ANTONIO MENEZES	LESTE	5
CS	VALE DO JATOBA	BARREIRO	5
CS	ELZA MARTINS DA CRUZ	NOROESTE	4
CS	TIROL	BARREIRO	4
CS	CARLOS PRATES	NOROESTE	4
CS	MINAS CAIXA	VENDA NOVA	4
CS	DOM ORIONE	PAMPULHA	4
CS	MANGUEIRAS	BARREIRO	4
CS	ETELVINA CARNEIRO	NORTE	4
CS	NOVO AARAO REIS	NORTE	4
ABRIGO	GRANJA DE FREITAS	LESTE	49
ABRIGO	SÃO PAULO	NORTE	15
ALBERGUE	ALBERGUE NOTURNO MUNICIPAL TIA BRANCA	CENTRO SUL	15
CRJ	CENTRO DE REFERENCIA DA JUVENTUDE CRJ	CENTRO SUL	12
MIGUILIM	ESCOLA DE PASSAGEM DO PROGRAMA MIGUILIM	CENTRO SUL	10

G



ABRIGO	POMPEIA	LESTE	9
CASA DE PASSAGEM	CASA DE PASSAGEM DOM BOSCO	PAMPULHA	6
REPUBLICA	UNIDADE DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL FABIO ALVES DOS SANTOS	NOROESTE	6
ALBERGUE	LAR ESPERANÇA	NOROESTE	5
CONSELHO TUTELAR	PAMPULHA	PAMPULHA	5
PLANTAO SOCIAL	PLANTAO SOCIAL NORDESTE	NORDESTE	5
CAPS	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGAS PAMPULHA	PAMPULHA	5
CRAS	CRUZEIRINHO	LESTE	4
CONSELHO TUTELAR	CENTRO SUL	CENTRO SUL	4
CASA DE PASSAGEM	CASA DE PASSAGEM ESPERANCA I	OESTE	4
CRPI	CENTRO DE REFERENCIA A PESSOAS IDOSAS	NOROESTE	4
ALBERGUE	ALBERGUE CASA ESPERANCA III	NORDESTE	3
CRAS	CALIFORNIA	NOROESTE	3
CRAS	LAGOA	VENDA NOVA	3
CONSELHO TUTELAR	BARREIRO	BARREIRO	3

Fonte: Inspeoria de Estatística - GMBH (Data de extração dos dados: 27Abr2018)

4.6. Subação "Implantação de Videomonitoramento na Cidade":

- Em que pontos serão instaladas câmeras de videomonitoramento? Quais critérios estão sendo utilizados para escolha desses pontos?

Os pontos foram estudados através das manchas criminais do município, nos locais com grande fluxo de pessoas; nas áreas comerciais; nas áreas bancárias e nos locais de fuga dos criminosos, além da visita técnica aos locais para resolução de problemas de infraestrutura. Assim foram sugeridos 150 (cento e cinquenta) pontos de captura de informação (câmeras) na cidade cujo estudo foi materializado no mapa abaixo.

Os critérios utilizados para a escolha para a instalação dos equipamentos foram assim definidos: Manchas criminais obtidas através dos dados dos Boletins de Ocorrência - REDS; Locais com grande fluxo de pessoas; Áreas comerciais; Áreas bancárias; Rotas de fuga.

Acrescentando que na instalação de câmeras em vias públicas cria-se uma rede de fibra óptica que também é utilizada para a ligação dos equipamentos públicos municipais (Escolas, Centros de Saúde, UPAS, UMEIS, Farmácia, Parques, Praças, etc) na rede da Prefeitura e também para a disponibilização gratuita de internet aos cidadãos (Hot Spot). Além disso futuramente vários sensores poderão ser adicionados a esta rede e os dados gerados serão processados e trabalhados no COP-BH para a gestão inteligente da cidade.



Estamos também aguardo a liberação de recursos para a instalação dos 35 (trinta e cinco) pontos de captura de informação previsto e aprovados no programa Orçamento Participativo 2015/16 que contará com equipamentos em mais cinco bairros da cidade: Santa Amélia, Camargo, Santa Tereza, Califórnia e Gutierrez. O posicionamento dos equipamentos já foi estudado conforme os critérios apresentados e está materializado no mapa a seguir:



• Quem será responsável pela gestão das câmeras de videomonitoramento na cidade? Quanto tempo as imagens ficarão disponíveis? Quem poderá acessar a gravação das imagens e como?

A Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção é a responsável pela gestão deste sistema em parceria com o Governo de Minas Gerais. O gestor responsável pela Prefeitura de Belo Horizonte é o funcionário Marcelo Martins Santos. As imagens ficam disponíveis nos storages por 30 (trinta) dias. As imagens são visualizadas on-line no COP-BH e o acesso as gravações é restrito, conforme a Lei, e a autoridade policial ou judicial deverá requisitá-la, em tempo hábil, ao Comando do Batalhão de Polícia Militar responsável pela sua área de policiamento.



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção

• **Enviar cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) para aquisição dos equipamentos e materiais referentes à natureza de despesa "449052 Equipamentos e Material Permanente", em que já foram empenhados R\$ 145.749,60. 4.7. Subação "Manutenção de Pontos de Videomonitoramento":**

O referido contrato trata-se de aquisição de 45 câmeras para a substituição dos equipamentos com defeitos, com problemas por acidentes de trânsito, vandalizados e ou furtados por bandidos. Os equipamentos foram adquiridos através de uma Ata de Registro de Preços da PMMG e com um custo extremamente vantajoso para os cofres públicos municipais. Segue em anexo cópia do contrato.

• **Por que não foi feita a manutenção de nenhum equipamento no primeiro quadrimestre de 2018 no âmbito dessa subação (realização de 0% da meta física)?**

O primeiro projeto implantado pela PBH contemplou 153 (cento e cinquenta e três) pontos de câmeras e 3 salas de monitoramento no 41º, 13º e 16º Batalhões da PMMG. A garantia findou e os equipamentos ficaram sem manutenção integral, além de acidentes, vandalismos e furtos ocorreram. A Prodabel está concluindo, através do novo contrato com a empreiteira, manutenção e revisão de toda a rede de fibra óptica para a recomposição das câmeras fora de operação. Estamos concluindo a fase de orçamentos para a manutenção dos nobreaks deste projeto, cuja vida útil das baterias expirou e está deixando o sistema vulnerável. Não teremos custo de serviços de manutenção porque a PMMG está retirando e instalando as câmeras com a sua mão de obra própria mediante a indicação dos locais pela PBH.

O segundo projeto contemplou 183 (cento e oitenta e três) pontos de câmeras e 4 salas de monitoramento no 1º, 22º, 16º Batalhões da PMMG e modernização da sala de monitoramento da Guarda Municipal. Este contrato está em garantia e diariamente é solicitada a manutenção nos equipamentos em vias públicas e nas salas de monitoramento pelo gestor informado acima. As câmeras que foram vandalizadas e furtadas neste projeto já foram substituídas com a aquisição informada anteriormente no item 4.6, sem custos de serviços aos cofres públicos, já que o serviço está em garantia.

Diante do exposto, nossa meta é chegarmos no final do ano com mais de 95% (noventa e cinco por cento) dos 336 (trezentos e trinta e seis) equipamentos em vias públicas e sistemas totalmente em operação.

• **O recurso de R\$ 3.000,00 orçado para essa subação é suficiente para a manutenção de 336 pontos de videomonitoramento?**

O valor orçado não é suficiente. O recurso de R\$ 3.000,00 foi o aprovado para a despesa em apreço. No caso em tela trata-se apenas de uma abertura de crédito.

Atenciosamente,

Genilson Ribeiro Zeferino – BM 1145086
Secretário Municipal de Segurança e Prevenção – SMSP



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

Ofício GAB SUPLOR/DTL-GP Nº 023/18

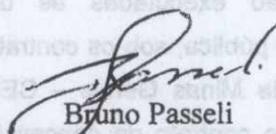


Belo Horizonte, 10 de setembro de 2018

Em resposta ao Of. DIRLEG Nº 2.848/18, que faz referência ao Requerimento de Comissão nº 864/18, que solicita informações sobre os resultados dos programas relativos à Segurança Pública no Município no 1º. Quadrimestre de 2018, seguem as nossas considerações.

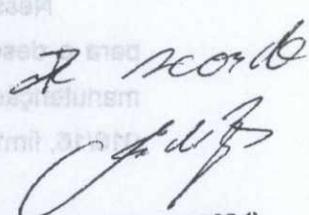
Informamos que a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção-SMSP enviará ofício com resposta diretamente à Secretaria de Governo com as informações solicitadas. Cabe a esta SMPOG/SUPLOR apresentar informações complementares com dados do Programa de Iluminação Pública, repassados pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura-SMOBI, conforme anexo a este ofício, bem como as cópias dos contratos solicitados.

Atenciosamente,


Bruno Passeli

Subsecretário de Planejamento e Orçamento

Bruno Passeli
BM 108.998-4
Subsecretário de Planejamento
e Orçamento - SUPLOR/SMPOG


André Reis - BM 114.233-8
Secretário Municipal de
Planejamento,
Orçamento e Gestão

Ao Senhor
CAIO BARROS CORDEIRO
Diretor Técnico Legislativo / GP

PBH - GABINETE DO PREFEITO

Recebido como

Data: 19/09/2018

Nome: D. D. S.

BM: 70691.8 Hora: 10:35



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

Secretaria Municipal de Obras e
Infraestrutura - SMOBI

Of. SUPFG-OBÍ - SUPLOR n.º 014/2018

Belo Horizonte, 04 de agosto de 2018.

Ref.: Resposta ao Requerimento de Comissão nº 864/2018

Prezado Senhor,

Em resposta ao Requerimento de Comissão nº 864/18, de autoria dos Vereadores Mateus Simões, Áurea Carolina, Gabriel, e Pedro Lula Patrus, sobre os questionamentos relativos à prestação de contas do primeiro quadrimestre de 2018 dos programas, ações e subações relacionados à política de segurança pública do município de Belo Horizonte, relacionados ao programa "84 - serviços de Iluminação Pública", ressaltamos:

3.1. Subação "Controle das Operações de Iluminação Pública":

- natureza de despesa "339039 - outros serviços de terceiros - pessoa jurídica"

Nessa natureza são executadas as despesas referentes aos serviços de fornecimento de iluminação pública, sob os contratos 38233672 e 51684868, firmados com a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, além da prestação de serviço de verificação independente do contrato de concessão celebrado entre o Município de Belo Horizonte e a empresa de direito privado denominada concessionária, através do contrato AJ-034/17, firmado com a Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda.

- natureza de despesa "336783 - contraprestação de serviços"

Nessa natureza são executadas as despesas referentes a prestação de serviços para o desenvolvimento, modernização, ampliação, efficientização energética, operação e manutenção da Rede Municipal de Iluminação Pública - contraprestação, sob o contrato AJ-016/16, firmado com a BH Iluminação Pública S.A.

- natureza de despesa "339035 - serviços de consultoria"

Trata-se de abertura de dotação orçamentária para a execução de serviços de consultoria, entretanto, até o momento, não houve execução de despesa nessa dotação.

3.2. Subação "Ampliação de Redes de Iluminação Pública":

- natureza de despesa "449051 - obras e instalações"

[Handwritten signature and stamp area]

[Handwritten mark]



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

Secretaria Municipal de Obras e
Infraestrutura - SMOBI

Nessa natureza são executadas as despesas referentes aos serviços de remoção ou realocação de postes em função da interferência nas obras executadas pela SMOBI, através de ordem de serviço emitida para Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

- novos pontos de iluminação pública.

A previsão de implantação de novos pontos de iluminação pública, para o ano de 2018, é de duzentas novas unidades.

Esse critério não foi previsto no Plano de Metas para 2018 devido à profunda mudança no modelo de iluminação pública de BH, quando da troca da operação da Cemig pela BHIP, através do contrato de concessão administrativa para prestação dos serviços de iluminação pública, que teve data de eficácia em junho/2017 e início do cronograma de modernização e eficiência em outubro/2017.

Sendo esses os nossos esclarecimentos, nos colocamos à disposição para outros que, eventualmente, possam surgir.

Atenciosamente,

Leandro César Pereira

Secretário Municipal Adjunto da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura

Ao Sec. Bruno Passeli
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SMPOG
Avenida Augusto de Lima, nº 30 - 11º andar. Centro, BH/MG.



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

OF. GABPREF/DALE Nº 027 /19

Belo Horizonte, 14 / 05 / 2019

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 250/2019** – Vereadores Bella Gonçalves, Maninho Félix, Mateus Simões e Pedro Patrus – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 814/19, de 26/03/19.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 250/2019, de autoria dos Vereadores Bella Gonçalves, Maninho Félix, Mateus Simões e Pedro Patrus, que solicita informação sobre a execução orçamentária e as diretrizes de atuação no âmbito da Segurança Pública no Município.

Consultadas, a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção e a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura emitiram respostas por meio do Ofício SMSP/GP nº 119/2019, e Ofício SMOBI Nº 157/2019, acompanhado de mídia digital – CD –, respectivamente, conforme cópias anexas.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Guilherme de Souza Barcelos
Diretoria de Acompanhamento Legislativo em exercício
Gabinete do Prefeito

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL

AVULSOS DISTRIBUÍDOS
Em 17 / 05 / 19
B-640
Responsável pela distribuição



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção

Ofício SMSP/GP nº. 119/2019

Belo Horizonte, 30 de abril de 2019

Referência: Requerimento 250/2019
Ofício Dirleg nº 816/19: Vereadora Nely Aquino

Senhor Diretor,

Em atenção ao requerimento de Comissão nº. 250/2019, encaminhamos as seguintes informações:

Programa Belo Horizonte Cidade Inteligente (302)
Ação 2897 – Gestão Integrada do COP-BH

Subação "Gerenciamento do Centro de Operações do Município – COP" (2897-1)

1. O total orçado para a natureza de despesa "Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica", R\$ 1.000.000,00 é de fonte "Captação de Recursos Vinculados", sendo que não constam despesas nessa rubrica em 2018. A que despesa esse valor se referia?

Trata-se de abertura orçamentária realizada pela SUPLOR para uma possível captação de recursos vinculados. Essa captação não ocorreu em 2018, sendo esse o motivo de não haver despesas nessa rubrica.

1.1 Considerando que esse valor representa quase metade de todo orçado para essa subação, que impactos a ausência de execução dessa rubrica tem sobre o funcionamento e/ou desenvolvimento do COP?

Por se tratar de uma possibilidade de ingresso de recurso, a SMSP procurou realizar o seu planejamento de ações contando apenas com os valores efetivamente disponíveis na LOA e alterados pelo Decreto Municipal Nº 16.839 de 29 de janeiro de 2018.

Ao Senhor
Felipe Prates Rozenberg
Gerência de Assuntos Parlamentares
Diretoria Técnico-Legislativa – Gabinete do Prefeito
Avenida Afonso Pena, 1212 – Centro – Belo Horizonte/MG

2. Descrever os valores dispendidos com cada um dos serviços mencionados no OF. GABPREF Nº 179/18:

- Serviços de Telefonia:

- Telemar: R\$ 67.518,03
- Claro: R\$ 7.592,36

- Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos:

- Ar condicionado – Airtemp: R\$ 152.656,10
- Elevador – Módulo: 19.000,00
- Subestação - Engevolt: R\$ 24.274,66

- Serviços de cópias e Reprodução de Documentos (Stoque): R\$ 51.031,61

- Limpeza e conservação (Desinsetização e Desratização – Ddtiza): R\$ 5.078,00

- Serviço de apoio Administrativo, Técnico e Operacional (Cartão combustível para gerador - Ticket): R\$ 2.263,24

- Locação de veículos (Coopetur): R\$ 94.986,00

- Despesas de Ponto Pagamento (Adiantamento Financeiro): R\$ 578,00

Subação "Implantação de Soluções Tecnológicas" (2897-2)

1. O que justifica a ausência de execução dessa subação em 2018?

A implantação de soluções tecnológicas envolve a pesquisa intensiva de soluções que são aderentes ao funcionamento do COP-BH. São projetos de longa maturação, altamente complexos e que contam com o envolvimento de vários órgãos e instituições da Prefeitura e de fornecedores de software e hardware.

Já foram realizados chamamento público, apresentações no laboratório aberto da Prodabel, Provas de Conceito (POC) para apresentação de soluções e testes real efetivo no ambiente de rede corporativa da PBH e do COP-BH. Alguns foram descartados e outros continuam no processo complexo de confecção de Termo de Referência (TR) e orçamentação destas soluções.

São exemplos destes trabalhos em processo, a solução integradora para o COP-BH, câmeras com reconhecimento facial, câmeras com leitor de placas e gerador automático de alarmes de furtos e roubos, solução de plataforma web para recepção, no COP-BH de imagens de vias públicas provenientes de sistemas de videomonitoramento privados.

2. As 45 câmeras de videomonitoramento adquiridas, conforme informado no OF. GABPREF Nº 179/18, foram integralmente instaladas no Conjunto Arquitetônico da Orla da Lagoa da Pampulha?

Não. As câmeras adquiridas no mencionado ofício são utilizadas para substituição dos equipamentos que ficam inservíveis ou cuja manutenção fique com custo superior ao equipamento novo, além daquelas que deixam de funcionar devido a vandalismo, furto,

acidentes e quedas de árvores.

Subação "Implantação da Metodologia de Gestão Integrada baseada na Metodologia de Solução de Problemas" (2897-4)

1. Conforme informado no OF. GABPREF Nº 179/18, qual foi o destino do remanejamento do recurso destinado para essa subação ?

Não houve remanejamento deste recurso. Ele não foi gasto.

Ação 1334 – videomonitoramento

Subação "Instalação de Circuito Interno de Televisão – CFTV em Equipamentos Municipais (1334-1)

1. Conforme informado no OF GABPREF Nº 179/18 "Foram elencados 120 equipamentos públicos municipais para a instalação de equipamentos de monitoramento eletrônico e imagens" cujo "critério adotado foi a quantidade de crimes registrados nos Boletins De Intervenção da Guarda Municipal de Belo Horizonte no interior dos equipamentos públicos". Entretanto não houve execução orçamentária. Por que essa subação não foi executada?

O estudo foi realizado e apresentado e não foi executado, pois cabe a cada Secretaria, responsável por cada equipamento público, demandar os projetos específicos, bem como destinar orçamento próprio para a execução dos trabalhos.

1. Quais foram as razões para a descontinuidade dessa subação na revisão do PPAG?

Em função das dificuldades de execução do orçamento, do limite orçamentário para 2019 e de outras necessidades operacionais prioritárias, esse recurso foi destinado a outras ações da Guarda Civil Municipal.

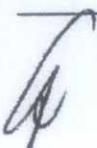
1.1 Diante dessa decisão, qual será a estratégia de SMSM para prevenir futuras ocorrências nesses equipamentos públicos, considerando seu histórico de grande volume de ocorrências?

Fazer gestões com as Secretarias através dos (GISPs) para que soluções de monitoramento e videomonitoramento sejam implementados com alguns padrões mínimos de interoperabilidade. Realizar reuniões com os gestores para mostrar soluções mais eficazes de monitoramento eletrônico e sua interligação técnica e operacional.

Subação Implantação de Videomonitoramento na Cidade (1334-2)

1. Por que essa subação não foi executada?

Por falta de previsão orçamentária. Foi orçado para a ação quatorze milhões e oitocentos mil reais, mas não houve aprovação.



1. Quais foram as razões para a descontinuidade dessa subação na revisão do PPAG?

A implantação de Videomonitoramento teve como base a implantação de mais 185 pontos de captura de informação através de câmeras em Belo Horizonte.

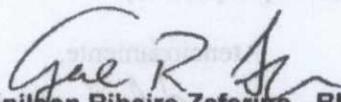
A meta é composta por 150 novos pontos identificados através de estudo realizado pela SMSP, onde não existia nenhuma cobertura por câmeras e em locais com uma mancha criminal relevante, além disso mais 35 câmeras estavam previstas e aprovadas no somatório dos Orçamentos Participativos de 2009/10 (Parque 1º de Maio e Parque Nossa Senhora da Piedade) e 2005/16 (bairros Santa Amélia, Camargos, Gutierrez, Santa Tereza e Califórnia).

Todo o levantamento inicial de localização e estudo básico foi realizado sendo também aberto um chamado na Prodabel para a confecção do referido Termo de Referência e posterior licitação. Entretanto, não há previsão orçamentária para a SMSP dar continuidade no referido Termo e no trâmite licitatório fazendo com que não conseguíssemos cumprir a meta pactuada. Quanto às câmeras do Orçamento participativo, ainda não houve liberação de recursos financeiros para a execução da demanda.

1. Por Que os gastos no valor de R\$ 145.750,00 foram contabilizados nessa subação tendo em vista que se destinam, conforme informado no OF. GABPREF Nº 179/18, À aquisição de materiais para a substituição de equipamentos com defeito ou vandalizados? Por que esses gastos não foram contabilizados na subação "Manutenção dos pontos de videomonitoramento"?

Os valores gastos, conforme informado no Ofício GABPREF 179/18, foram utilizados para aquisição de 45 novos equipamentos de videomonitoramento. A subação "implantação de videomonitoramento na cidade" foi utilizada em razão da impossibilidade de remanejamento de recurso em tempo hábil para realização do empenho no prazo de vigência da Ata de Registro de Preços da PMMG. Destaca-se que o interesse público foi preservado, vez que os equipamentos eram imprescindíveis para as ações de segurança pública no Município. Além disso, ressaltamos que a natureza da despesa foi adequadamente resguardada, portanto, não ocasionando qualquer prejuízo para a Administração Pública.

Atenciosamente,



Genilson Ribeiro Zeferino - BM 1145086

Secretário Municipal de Segurança e Prevenção – SMSP



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

SMOBI N.º 157 /2019

Belo Horizonte, 10 de abril de 2019.

Ref.: TAG 135870

Prezado Senhor,

Em atenção ao Requerimento de Comissão nº 250/2019, dos Vereadores Maninho Félix e Bella Gonçalves, que solicita *informações sobre a execução orçamentária e as diretrizes de atuação no âmbito da Segurança Pública no Município*, informamos, abaixo, o que compete a esta Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura:

- Consta no CD anexo:

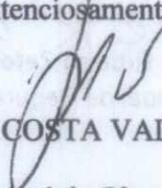
- Programa Serviço de Iluminação Pública – item 1

- Ação 2035 – item 1

- Ação 2035 – Controle das Operações de Iluminação Pública:

- Item 3 – O contrato de Concessão N° AJ 016/2016, contrato de concessão administrativa para prestação dos serviços de iluminação pública no Município de Belo Horizonte, incluídos o desenvolvimento, modernização, ampliação, efficientização energética, operação e manutenção da rede municipal de iluminação pública, estabelece os bens vinculados à concessão, que são aqueles que foram transferidos pela Cemig à PBH em 23/12/2016 e, então, cedidos para Concessionária, conforme Cadastro da Rede Municipal de Iluminação Pública (cadastro do conjunto de equipamentos para iluminação pública).

Atenciosamente,


JOSUÉ COSTA VALADÃO

Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura

Ao Senhor

Caio Barros Cordeiro

Consultor Técnico Especializado

Diretoria Técnico-Legislativa